

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TATIANA BOREL

**PROCESSOS DE FORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCENTES NA
CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO
ESPÍRITO SANTO, NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

**VITÓRIA
2012**

TATIANA BOREL

**PROCESSOS DE FORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCENTES NA
CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO
ESPÍRITO SANTO, NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área de Cultura, Currículo e Formação de Educadores.
Orientadora: Prof^a Dr.^a Regina Helena Silva Simões.

VITÓRIA

2012

Mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai (...) Pessoalmente (...) a história sempre me divertiu muito+

Marc Bloch (1886-1944)

RESUMO

O estudo analisa a constituição da Educação Física Escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940. Utiliza, como marcos temporais, a criação do Departamento de Educação Física do Espírito Santo, ocorrida em 1931, e os processos que envolvem a Educação Física Escolar no Espírito Santo, durante a Era Vargas (1930-1945). Examina as ideias que circulavam no Curso de Formação da Escola de Educação Física do Espírito Santo, criada em 1934, bem como suas relações com a prática desenvolvida pelos egressos dessa instituição nas escolas capixabas, evidenciando a Educação Física desenvolvida no Ginásio do Espírito Santo e no Jardim de Infância Ernestina Pessôa, estabelecimentos de ensino de grande importância no Estado, no período analisado. Utiliza, como fontes: relatórios da Escola de Educação Física e da Inspetoria, recortes de jornais diversos, artigos publicados na Revista da Educação (1934 -1937) e na Revista de Educação Física (do Exército . 1933-1941), pautas dos professores, relatos de sujeitos que vivenciaram a Educação Física Escolar, regulamentos e documentos diversos que indiciam o modo como se constituía a Educação Física capixaba no período analisado. Descreve um panorama histórico a respeito dos aspectos que tangenciaram a formação de professores de Educação Física e as práticas desenvolvidas por eles nas escolas capixabas. As proposições de Carlo Ginzburg e Marc Bloch permitiram analisar a diversidade de fontes encontradas. Dentre os aspectos analisados estão: os espaços reservados à prática, as diretrizes e as orientações para o ensino, a criação e a atuação de agremiações esportivas, professores que se destacaram nessa área no Estado, dentre outros. As discussões finais indicam que a formação de professores de Educação Física no Espírito Santo, apesar de ter passado por algumas dificuldades estruturais, se destacou em âmbito nacional, servindo de modelo para outros Estados do Brasil. A Educação Física nas escolas capixabas, mesmo com as situações mais adversas, era desenvolvida e constantemente destacada nos meios de comunicação, como revistas e jornais locais.

Palavras-chave: História da Educação Física Escolar. Escola de Educação Física do Espírito Santo. Práticas escolares. Ginásio do Espírito Santo.

ABSTRACT

The study analyzes the establishment of physical education in the Brazilian state of Espírito Santo, in the 1930s and 1940s. As a timeframe, we employ the creation of the Department of Physical Education of Espírito Santo, founded in 1931, and the processes that involve Physical Education in Espírito Santo between 1930 and 1945, when the country was under the leadership of Getúlio Vargas. This work examines the ideas that circulated in the training course at the School of Physical Education of Espírito Santo, founded in 1934, and its relations with the practice of the alumni of the institution at schools of the state, showing the physical education developed at the Gymnasium of Espírito Santo and Kindergarten Ernestina Pessoa, both educational establishments of great importance in the state during the period analyzed. We used the following sources: reports from the School of Physical Education, newspaper clippings, articles published in the Journal of Education (1934-1937) and Journal of Physical Education (published by the army - 1933 to 1941), guidelines for teachers, reports of people who experienced scholar physical education, regulations and other documents that indicate how Physical Education was in the state during the period analyzed. This work also describes a historical overview about the issues that were related to the formation of physical education teachers and the practices developed by them at the schools. The propositions of Carlo Ginzburg and Marc Bloch made possible an analysis of the diverse sources found. Among the aspects analyzed, it is worth mentioning: the spaces reserved to the practice, the teaching guidelines, the creation and the role of sporting clubs, teachers who have excelled in this area in the state, and others. The final discussion indicates that the training of physical education teachers in Espírito Santo, despite some structural difficulties, has stood out nationally, serving as a model for other states of Brazil. The physical education at schools of the state, even with the most unfavorable situations, was developed and constantly highlighted in the media, such as in magazines and local newspapers.

Keywords: History of Physical Education. School of Physical Education of Espírito Santo. School practices. Gymnasium of Espírito Santo.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|--------------------|---|------------|
| Figura 01 . | Foto do formulário de matrícula da estudante Rita Tosi Quintaes..... | 46 |
| Figura 02 . | Resultado das provas finais do Curso de Emergência de Educação Física..... | 46 |
| Figura 03 . | Horários, disciplinas e professores do Curso de Emergência 1931..... | 47 |
| Figura 04 . | Solenidade de encerramento e entrega de diplomas do ano letivo do Curso Especial de Educação Física de 1934..... | 54 |
| Figura 05 . | Demonstração de Educação Física para as aulas infantis..... | 57 |
| Figura 06 . | Professora Maria Gianordolli Giestos, regente de Educação Física no Grupo Escolar José Cupertino de Afonso Cláudio..... | 58 |
| Figura 07 . | Alunas do Grupo Escolar Aristides Freire..... | 59 |
| Figura 08 . | Alunos do Grupo Escolar Aristides Freire..... | 59 |
| Figura 09 . | Escudo oficial do Curso de Educação Física..... | 60 |
| Figura 10 . | Prova de Anatomia do Curso Especial de 1931..... | 62 |
| Figura 11 . | Lição de Educação Física I..... | 68 |
| Figura 12 . | Lição de Educação Física II..... | 69 |
| Figura 13 . | Lição de Educação Física III..... | 70 |
| Figura 14 . | Lição de Educação Física IV..... | 70 |
| Figura 15 . | Grupo de alunas da Escola Normal Pedro II em exercício de ginástica sueca em 1912..... | 72 |
| Figura 16 . | Alunas formandas da turma da Escola de Educação Física em 1947..... | 84 |
| Figura 17 . | Exame antropométrico realizado com alunos do Espírito Santo..... | 91 |
| Figura 18 . | Ficha para registro dos exames antropométricos dos alunos capixabas..... | 93 |
| Figura 19 . | Ficha para registro dos exames práticos dos alunos capixabas..... | 93 |
| Figura 20 . | Modelo de alguns materiais de campo sugeridos em substituição aos materiais originais..... | 95 |
| Figura 21 . | Fotografia de exercícios da lição historiada de Educação Física "Um dia na cidade" I..... | 100 |
| Figura 22 . | Fotografia de exercícios da lição historiada de Educação Física "Um dia na cidade" II..... | 100 |
| Figura 23 . | Fotografia de exercícios da lição historiada de Educação Física "Um dia na cidade" III..... | 101 |

| | | |
|--------------------|--|------------|
| Figura 24 . | Fotografia de exercícios da lição historiada de Educação Física "Um dia na cidade" IV..... | 101 |
| Figura 25 . | Fotografia de exercícios da lição historiada de Educação Física "Um dia na cidade" V..... | 102 |
| Figura 26 . | Fotografia de exercícios da lição historiada de Educação Física "Um dia na cidade" VI..... | 102 |
| Figura 27 . | Foto do Estádio Governador Bley no ano de 1943..... | 112 |
| Figura 28 . | Parada desportiva da Uages | 119 |
| Figura 29 . | Alunas do Ginásio com o uniforme do time de vôlei da Uages..... | 122 |
| Figura 30 . | Jogo de vôlei feminino entre os times da Uages e do Álvares Cabral em 1934..... | 123 |
| Figura 31 . | Alunas do Ginásio posando para uma foto no Estádio Governador Bley com a bandeira da Uages..... | 124 |
| Figura 32 . | Time de voleibol do Ginásio do Espírito Santo de 1936 - ao centro Léa Manhães..... | 125 |
| Figura 33 . | Professores que ministraram a Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, na década de 1930..... | 127 |

LISTA DE QUADROS

| | | | |
|------------------|---|---|-----------|
| Quadro 01 | È | Dados pessoais dos estudantes matriculados no Curso de Emergência de 1931..... | 45 |
| Quadro 02 | È | Ensino para professores e instrutores do Curso Especial de Educação Física..... | 50 |
| Quadro 03 | È | Ensino para monitores do Curso Especial de Educação Física..... | 50 |
| Quadro 04 | È | Descrição das disciplinas e organização do corpo docente..... | 82 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 14 |
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS..... | 20 |
| | |
| 2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 | 28 |
| 2.1 DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO FÍSICA NO TEMPO..... | 28 |
| 2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XX..... | 30 |
| | |
| 3 MOVIMENTOS EM PROL DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO | 38 |
| 3.1 A IMPLANTAÇÃO DA GINÁSTICA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS CAPIXABAS: REFORMAS GOMES CARDIM E ATÍLIO VIVACQUA..... | 38 |
| | |
| 4 A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES | 42 |
| 4.1 O DEPARTAMENTO, O CURSO DE EMERGÊNCIA, A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURSO ESPECIAL..... | 42 |
| 4.2 DO DEPARTAMENTO À ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA . 1934..... | 53 |
| 4.3 DO UNIFORME DESTINADO ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 55 |
| 4.4 DA FREQUÊNCIA NO CURSO E DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO..... | 61 |
| 4.5 O MÉTODO FRANCÊS E SUA ADOÇÃO NO ESPÍRITO SANTO..... | 64 |
| 4.6 DA ESTRUTURA E ESPAÇOS RESERVADOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 74 |
| 4.7 ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO 1935 - 1947..... | 76 |
| 4.8 DE VOLTA À ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO 1947..... | 83 |
| | |
| 5 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS CAPIXABAS: ASPECTOS CONSTITUTIVOS | 87 |
| 5.1 ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS | |

| | |
|--|------------|
| ESCOLAS CAPIXABAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940..... | 88 |
| 5.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE NO BRASIL: PARTICULARIDADES... | 104 |
| 5.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA À LUZ DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO..... | 105 |
| 5.4 DOS ESPAÇOS RESERVADOS À PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 111 |
| 5.5 DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ENSINO..... | 115 |
| 5.6 DA OBRIGATORIEDADE, FREQUÊNCIAS E ADVERTÊNCIAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 117 |
| 5.7 DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS NORTEADAS PELA EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO..... | 118 |
| 5.8 UNIÃO ATLÉTICA DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO: A UAGES..... | 120 |
| | |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 131 |
| 7 REFERÊNCIAS..... | |
| APÊNDICE..... | 154 |
| APÊNDICE A . Alguns estudos que versam sobre a História da Educação Física no Brasil e no Espírito Santo..... | 155 |
| | |
| ANEXOS..... | 156 |
| ANEXO A . Documento contendo as instruções para o funcionamento do Curso de Educação Física do Espírito Santo..... | 157 |
| ANEXO B . Entrega do diploma de professora de Educação Física para a senhora Lydia Besouchet | 174 |
| ANEXO C . Fragmentos do Artigo publicado pelo Jornal do Estado no ano de 1935, assinado pelo pseudônimo "mestre escola+..... | 175 |
| ANEXO D . Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola, para o ano de 1933..... | 178 |
| ANEXO E . Diretivas para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Espírito Santo, para o ano de 1936..... | 183 |

APRESENTAÇÃO

Compreender formas assumidas pela Educação Física escolar em diferentes momentos da História tem sido um interesse meu presente em reflexões e estudos desenvolvidos ao longo da carreira acadêmica. De algum modo, a minha vida escolar sempre se aproximou dos movimentos e da liberdade que respirava nas aulas não enclausuradas, proporcionadas pela Educação Física vivida. Outro ramo do conhecimento que muito me impressionava, em tempos de escola, era a História. Naquela disciplina, eu podia instigar a imaginação para *encontrar*. como num filme . cenários e personagens apontados pelos professores em suas explicações. Como exemplo, sempre imaginei o quadro de Pedro Américo, sobre a Independência do Brasil, como um recorte de um *set* de filmagem, com atores e personagens bem constituídos para cada papel. Nunca percebi aquela gravura como produção e imaginação de um único artista. Confesso certa decepção ao descobrir, posteriormente, que o quadro fora pintado 66 anos após o *Grito do Ipiranga*. Então, o trabalho que apresento se configura como um misto de liberdade e imaginação, possível apenas a partir da confluência entre História e Educação Física.

A liberdade respirada em tempos de Educação Física, nos anos de ensino fundamental, não foi vivenciada na etapa posterior de escolaridade. As múltiplas aprendizagens relativas ao corpo e à coerência existentes nas dinâmicas propostas deram lugar ao *vôlei* e às práticas desportivas insípidas, que tinham por finalidade vencer aqueles penosos 50 minutos. O contraste percebido impulsionou-me a levantar algumas questões sobre a prática dos professores, por exemplo: quais motivos os levavam a aplicar sempre a mesma atividade? Existiam outros conteúdos a serem ministrados pela disciplina? Qual o sentido daquela Educação Física? Acredito que tais questionamentos foram de importância decisiva para que eu escolhesse a Educação Física como formação superior.

Em tempos de graduação, percebi o pouco espaço destinado ao estudo da História da Educação e, especificamente, da História da Educação Física. Conhecia pouco, ou quase nada, sobre narrativas que enfocassem professores e professoras no exercício da profissão, em suas práticas.

Decidi, então, iniciar estudos que possibilitassem uma aproximação maior com a história dessas práticas no Brasil. O contato com alguns artigos históricos que tratam da Educação Física Escolar brasileira e que mencionavam Programas de Ensino da Gymnástica do Colégio Pedro II culminou com a escolha da temática de meu trabalho de conclusão de curso. Na pesquisa analisei a repercussão das concepções pedagógicas assumidas no Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, e suas respectivas influências na elaboração do Programa de Ensino da Gymnastica no referido colégio. Como fonte de estudo, foi utilizada a obra de Ariclê Vechia e Karl Lorenz (1998), que organiza os documentos referentes aos programas de ensino do Colégio Pedro II, no período de 1850 a 1951.

Pareceu-me, assim, oportuno empreender estudos na pós-graduação que pudessem, em alguma medida, contribuir com respostas para minhas inquietações pessoais e, igualmente, para a compreensão de processos de formação e prática de professores de Educação Física. Um trabalho que reunisse História e Educação Física necessariamente diria respeito ao meu fazer profissional e ao meu lugar existencial. Posto isso, de comum acordo com a minha orientadora, optei pela possibilidade de elaborar uma perspectiva de estudo que relacionasse aspectos sobre a formação e prática de professores egressos do Curso Especial de Educação Física, instalado na Capital capixaba em 1931. Cabe ressaltar a importância histórica do referido curso: tratava-se da primeira iniciativa brasileira destinada à formação de docentes para a disciplina correspondente no meio civil.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi analisar a história da Educação Física Escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940. O estudo foca a formação de professores a partir do Departamento de Educação Física do Espírito Santo (DEF-ES) e, posteriormente, pela Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEF-ES), bem como suas relações com as práticas desenvolvidas nas escolas capixabas.

A escolha pelo estudo da Educação Física Escolar capixaba durante o período selecionado se justifica por dois motivos principais: primeiro, pelo fato de o Departamento de Educação Física do Espírito Santo ser considerado, por alguns autores, como o primeiro estabelecimento de formação de professores de Educação Física do Brasil no meio civil; segundo, pelo recorte temporal que abriga a conhecida Era Vargas, período de consideráveis mudanças econômicas, sociais, educacionais e culturais no País.

A década de 1930 foi marcada por acontecimentos de cunho nacional que impulsionaram a implantação de ações ligadas à Educação Física em diversos Estados, no Espírito Santo, inclusive. Segundo Mendonça (2010), Getúlio Vargas, ao assumir a Presidência da República, determinou uma série de medidas ligadas à Segurança Nacional em todo o Brasil. No Estado do Espírito Santo, a política getulista era comandada pelo interventor federal João Punaro Bley, indicado pelo próprio presidente Vargas. No início de seu governo, Bley enfrentou grandes dificuldades políticas, econômicas e sociais, herdadas da crise de 1929. O Governo do Espírito Santo passou, assim, a agir de acordo com as diretrizes decorrentes da política de desenvolvimento socioeconômico, instituídas nacionalmente, que procuravam apontar como foco a política econômica e social para atender aos processos de industrialização que se instauravam naquele momento. Mendonça (2010, p.186) acrescenta:

Com isso, o Espírito Santo, na década de trinta, sintonizado com o direcionamento dessa política, realizou ações que no fundo acabaram beneficiando um contingente mais amplo da população. Isto se traduziu pelo encaminhamento da questão social no sentido das demandas nas áreas da saúde e educação, vistas como dispositivos tutelares para melhoria das

condições de vida do proletariado urbano e rural e, por conseguinte, o carro chefe das diretrizes da gestão Bley.

Em meio ao processo de política nacional instituído por Vargas, as iniciativas do Governo Bley estavam voltadas para ações ligadas à saúde e à educação da população. Nesse cenário que contemplou uma política de reorganização da população capixaba, a Educação Física ganhou espaço entre as medidas para alcançar os objetivos estabelecidos pela nova forma de governo. Mendonça (2010, p. 187-188) escreve:

Preocupações com o corpo saudável se fizeram presentes na instituição escolar. Sem alardes encomiásticos a ideia era tomar para assegurar a raça através de exercícios em torno de corpos robustos e mentes disciplinadas. Nessas atividades, onde se percebia ressonâncias do totalitarismo, o tema da educação física ganhou força.

Assim, com as atenções voltadas para a formação de um cidadão capixaba reorganizado socialmente e com novos hábitos comportamentais, a Educação Física passou a fazer parte de maneira expressiva da política educacional do Governo Bley. Dessa forma, conforme Silva (1996, p. 50),

[...] os então tenentes, Carlos Marciano de Medeiros, Wolmar Carneiro da Cunha e Horácio Cândido Gonçalves e ainda, o desembargador João Manoel de Carvalho, Sr. Heitor Rossi Belache, Waldemar Coelho e o Dr. Fernando Duarte Rabello, juntamente com o interventor João Punaro Bley criaram o Departamento de Educação Física do Espírito Santo.

Tal acontecimento, decisivo para a prática da Educação Física no Estado, deu-se em 26 de junho de 1931. O Departamento de Educação Física do Espírito Santo tinha como propósito principal “[...] difundir, regulamentar e controlar a prática da Educação Física em todos os estabelecimentos estaduais de ensino+ (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 3). A importância da criação do DEF-ES encontra-se sintetizada nas considerações expressas pelo interventor João Punaro Bley:

Considerando que os exercícios corporaes recommendados para o robustecimento do organismo e sua necessária resistência contra os elementos destruidores da saúde não são devidamente praticados nos nossos estabelecimentos educativos, por falta, sem dúvida de acção

directiva, controladora e fiscalizadora exercidas por pessoas especializadas na matéria, pois de outro modo não se compreenderia o desprezo em que se encontra a cultura physica, quando todos reconhecem sua conveniência e utilidade e os programmas escolares o aconselham e recommendam (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931).

Nas instruções¹ referentes ao Curso Especial de Educação Física, nota-se que, na instância governamental, havia uma política higienista a ser implantada. Como consequência, percebe-se a preocupação com a instauração de um serviço que organizasse, controlasse e fiscalizasse a Educação Física no Espírito Santo.

Levantamentos bibliográficos iniciais, feitos no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em arquivos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, indicaram 19² trabalhos que tratam da História da Educação Física no período selecionado para a pesquisa, no âmbito nacional e local. Porém, dentre os que foram localizados, apenas dois estudos tratam da História da Educação Física no Espírito Santo, o que chamou a atenção, tendo em vista a importância do referido Estado na divulgação da Educação Física nacional no período analisado.

Pesquisadores já se dedicaram a estudar a História da Educação Física no Espírito Santo. Dirce Maria Correa da Silva, no ano de 1996, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, apresentou, em sua dissertação, os caminhos percorridos pela Escola de Educação Física do Espírito Santo, no período de 1931 a 1961. Por sua vez, Patrícia Pereira de Souza, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2004, analisou a constituição do ensino superior da Educação Física no Espírito Santo, no período entre 1930 e 1970.

O trabalho de Silva (1996) apontou o pioneirismo da Escola de Educação Física do Espírito Santo no Brasil, bem como o contexto em que foi criada a referida instituição. Apresentou suas diversas fases de funcionamento, desde a sua criação, no ano de 1931, até 1961, quando houve a transferência para a Universidade

¹ Ver, no Anexo A, documento contendo as instruções para o funcionamento do Curso de Educação Física do Espírito Santo.

² Ver tabela em Apêndice A, com os títulos dos trabalhos.

Federal do Espírito Santo. A pesquisa citada contribui com este estudo, uma vez que conta uma das histórias da Escola de Educação Física do Espírito Santo, um dos marcos históricos do nosso trabalho. Traz as origens e os caminhos percorridos pela escola durante o período de 1931 a 1961, época que abriga as décadas selecionadas para o estudo empreendido. Assim, o trabalho de Silva (1996) possibilitou o contato com importantes informações acerca da constituição dessa escola, oferecendo pistas sobre a formação de professores e elucidando maneiras de se produzir Educação Física direcionada para o meio escolar capixaba, nas décadas de 1930 e 1940.

O trabalho de Souza (2004) faz referência à importância do Espírito Santo para a divulgação da Educação Física em âmbito nacional, além de explorar aspectos que tangenciaram a Escola de Educação Física, enfatizando as questões físicas e estruturais que permearam o funcionamento dos cursos oferecidos durante seus primeiros anos de funcionamento. Dentre eles, estavam o Curso Normal de Educação Física, o Curso de Monitor de Educação Física e o Curso de Monitor Técnico Desportivo. O trabalho destaca também a figura de Aloyr Queiroz de Araújo, um importante personagem da história da Educação Física capixaba. Segundo a autora, ele organizou o arquivo do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) contando com sua própria memória.

O fato é que nenhum desses trabalhos trata da Educação Física desenvolvida nas escolas capixabas no período selecionado para este estudo. A partir dessa constatação, instalou-se o desejo de analisar possíveis articulações entre as orientações sobre a Educação Física Escolar que circulavam nos cursos de formação de professores de Educação Física do Espírito Santo e as Diretrizes que regem as práticas da Educação Física nas escolas capixabas, nas décadas de 1930 e 1940.

A informação sobre o pioneirismo dessa escola ocasionou o seguinte questionamento: o que teria levado o Espírito Santo a ser escolhido para comportar uma instituição de formação de professores de caráter pioneiro? A partir dessa questão, algumas hipóteses foram levantadas: a proximidade do Estado capixaba dos eixos políticos Rio de Janeiro e São Paulo; a carência de professores formados

para atuar nas escolas capixabas, uma vez que, com a instituição da Reforma Francisco Campos, em 1931, a prática dessa disciplina na escola tornou-se obrigatória. Por último, cita-se a participação do tenente Carlos Marciano de Medeiros na campanha de difusão da Educação Física no Rio de Janeiro, nos anos 30. Ao retornar ao Estado, ele incentivou a disseminação da Educação Física entre o povo capixaba. Segundo Silva (1996), para a divulgação dessa prática, Medeiros escreveu uma matéria intitulada: *O problema da Educação Física*, publicada pelo jornal local Diário da Manhã, em 1930. O texto enfatizava a importância da prática da Educação Física para a sociedade capixaba.

Não se descarta nenhuma das hipóteses com relação ao pioneirismo de referido Departamento, porém a informação sobre as ações do tenente Carlos Marciano de Medeiros no Espírito Santo e suas relações políticas com o então interventor, capitão João Punaro Bley, podem ter sido decisivas para a instalação do Departamento de Educação Física neste Estado, antes mesmo da criação de uma instituição de caráter civil no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O mecanismo que fará reviver os tempos demarcados para a pesquisa será por intermédio da consulta aos vestígios encontrados. Visitar o passado por meio da análise de documentos remete a fatos, ideias, desejos e formas de direcionamentos que podem traduzir diversas interpretações no tempo. Outros vestígios importantes são aqueles que são produzidos a partir de depoimentos de pessoas que viveram o período analisado.

Um dos procedimentos utilizados para a produção de fontes foi a história oral. Para conhecer um pouco da Educação Física desenvolvida nas escolas capixabas, nas décadas de 1930 e 1940, personagens que vivenciaram essa prática naquele período foram entrevistados. Entre eles, a senhora Ivone Martins, que estudou no Ginásio do Espírito Santo (GES) de 1931 a 1935, e o senhor Ivan Borgo, também aluno do Ginásio, porém na década de 1940.

Assim, para que os entrevistados compreendessem melhor a proposta de estudo, o projeto lhes foi apresentado, explicitando os objetivos e a importância dos depoimentos para a construção do trabalho. Encontros foram marcados e, com a autorização dos sujeitos, os diálogos foram gravados. Cabe ressaltar que a análise dos relatos foi feita levando em consideração os sentidos e as influências sofridas pelos entrevistados no passado, que vieram à tona por meio do presente. Dessa forma, para uma maior compreensão dos fatos, foi preciso analisar as fontes, encarando-as como possibilidades. Para Ginzburg (2002, p. 44), «As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes».

Além das fontes orais, a busca constituiu-se em inúmeras idas ao Arquivo Público do Espírito Santo, arquivo pessoal de Aloyr Queiroz de Araújo, arquivo do CEFD da Ufes e arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. O processo de captura das fontes apresentou alguns obstáculos, por exemplo, a falta de categorização e cuidados necessários à conservação desses documentos, o que acarretou, por vezes, a descoberta de documentos quase ilegíveis. Além disso, algumas dificuldades foram encontradas no que diz respeito ao arquivo do Colégio Estadual, visto que os documentos referentes à história do colégio estavam todos juntos, sem nenhuma categorização por tema ou data, o que dificultou o «arripo» das fontes naquela Instituição.

Assim, diante das limitações encontradas no processo de análise das fontes, as orientações de Ginzburg (1989, p.150) foram de grande valia, quando afirma que «[...] pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível». As fontes foram analisadas de acordo com o olhar ginzburgniano, ou seja, considerando todos os vestígios deixados por sujeitos que produziram a Educação Física capixaba no tempo.

Dentre as fontes encontradas, estão: diretrizes para o funcionamento dos cursos Especiais da EEF-ES; boletins informativos sobre o cotidiano dos Cursos Especiais; ofícios expedidos pelo Departamento e pela Inspeção de Educação Física; relatório de inspetores sobre as aulas de Educação Física nas escolas estaduais capixabas;

recortes de jornais a respeito da Educação Física no Espírito Santo e tudo mais que informe sobre a Educação Física daquele período.

A análise das fontes foi baseada nas ideias de Marc Bloch e Carlo Ginzburg. O primeiro propõe a História como ferramenta para o estudo do *homem* no tempo, trazendo à tona personagens muitas vezes invisibilizados por ela. Já o segundo orienta a analisar as fontes no sentido oposto ao que foram produzidas, ou seja, fazendo uma leitura à *contrapelo*. Ginzburg (2002) aponta ainda a circularidade de ideias como elemento essencial ao possível entendimento de processos ocorridos no passado, trabalhando com o cruzamento das fontes. De acordo com o referido historiador, mais importante do que saber quem foram os personagens é saber como eles se constituíram em sua época, os discursos que permearam suas práticas, enfim, em que contextos foram produzidos. Dessa forma, foram lançados questionamentos às fontes encontradas a fim de identificar os processos que constituíram a Educação Física no Espírito Santo e os personagens que viveram e ajudaram a produzir essa história.

Nessa mesma vertente, Bloch (2001) afirma que o estudo da História funciona como um jogo, no qual o percurso se constitui entre idas e vindas entre passado/presente, cuja conquista acontece no momento em que essa relação produz conhecimentos. Desse modo, as inspirações para a pesquisa surgiram a partir das experiências pautadas em um tripé formativo: aluna, professora e pesquisadora iniciante. Assim, neste trabalho, procura-se tratar da história da Educação Física com base nas expectativas de Bloch (2001), quando se dirige a essa ciência como uma ferramenta para o estudo do *homem no tempo*. O autor aponta que não imagina, *pois* para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares (p. 41).

Para Bloch (2001), a análise dos documentos deve ser feita por meio de um interrogatório elaborado, a fim de fazê-los falar; mais do que isso, é preciso questionar as respostas *proporcionadas* por eles, investigando contextos que os cercavam na época em que foram produzidos.

Neste estudo, algumas das fontes interrogadas, provavelmente, já serviram a outros pesquisadores. Não seria, então, sem sentido percorrer um caminho investigativo já inquirido? O mesmo autor supracitado nos auxilia com relação à questão, quando diz que «o passado é, por definição, um dado que nada modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa» (BLOCH, 2001, p. 75).

A importância de pesquisar a constituição histórica da Educação Física no Espírito Santo se mostra pela necessidade de reflexão do desenvolvimento dessa prática em escolas capixabas ao longo do tempo. Seguindo a linha de pensamento de Bloch (2001, p. 8), «[...] são as questões que condicionam os objetos e não o oposto». Percebe-se a relevância de orientação a partir de questões lançadas aos documentos, capazes de nos fornecer elementos sobre as práticas exercidas, que satisfaçam os objetivos propostos para a investigação.

A análise histórica da Educação Física Escolar no Espírito Santo, no período selecionado, requer atenção não apenas aos acontecimentos passados, nos quais se investigam fontes rígidas imutáveis, objetos de um tempo, mas também a um «método regressivo» orientado por Bloch (2001, p. 7), quando afirma que «[...] temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado». Uma estratégia por meio da qual o passado é revisitado a partir do presente, interrogando as fontes a fim de gerar reflexões acerca das experiências de homens e mulheres que fizeram e fazem a Educação Física no «tempo».

O estudo foi dividido em perspectivas de pesquisa intimamente entrelaçadas, segundo o problema, que se configura em: analisar possíveis articulações entre as orientações sobre a Educação Física Escolar que circulavam na Escola de Educação Física do Espírito Santo e as diretrizes que regiam as práticas escolares da Educação Física nas escolas capixabas, nas décadas de 1930 e 1940.

A primeira vertente da pesquisa tem foco nos diferentes momentos que constituíram a Educação Física Escolar. As fontes históricas constituem privilegiados vestígios capazes de indiciar como se organizou a Educação Física Escolar no Espírito Santo. Mas o que exatamente seriam essas fontes? Bloch (2001, p. 75) afirma que «[...] os

exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece. Desse modo, qualquer elemento capaz de nos indiciar acerca da Educação Física escolar teve grande valia.

Na perspectiva de Bloch (2001), a história é a ciência dos homens no tempo, pois o historiador, como agente ativo no processo de produção de conhecimento, atém-se ao passado e reporta-se aos fatos pela via do presente. O autor afirma que “[...] a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (p. 79). Neste trabalho, as fontes históricas assumem tais características, porém com uma especificidade: devem indiciar informações sobre a Educação Física Escolar, produto da construção humana, ao longo dos tempos. Obviamente, a dificuldade de acesso às fontes e as condições de preservação dos documentos são consideráveis empecilhos.

Fontes históricas por si só não constituem uma boa trama histórica. Bloch (2001, p.79) nos alerta sobre isso: “[...] os textos ou documentos arqueológicos, mesmo aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. O contato com fontes que auxiliaram no processo de compreensão do momento histórico analisado implicou descartar quaisquer preconceitos, para que fosse possível lançar um olhar minucioso às questões que permearam as fontes no período analisado, tais como: o contexto em que foram produzidas, os personagens que fizeram parte dessa constituição, além dos interesses que permeavam os discursos produzidos, pois “[...] todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância” (BLOCH 2001, p. 70). Dessa forma, as perguntas lançadas aos documentos intentam explicitar intenções num determinado tempo.

O diálogo com autores e personagens que vivenciaram a Educação Física no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940, objetivou levantar testemunhos da constituição e da atuação de professores na Educação Física Escolar capixaba. No entanto, conforme afirma Bloch (2001, p.74), “[...] não existe outra máquina de voltar

no tempo senão a que funciona em nosso cérebro, com materiais fornecidos por gerações passadas+. Nesses termos, o produto final, ou seja, o relato histórico estará condicionado às respostas que as fontes soprarem e, também, ao caráter idiossincrático inerente ao texto.

Este estudo ganha relevância a partir de quatro argumentos principais: a) a necessidade de ampliação das investigações históricas sobre a História da Educação no Espírito Santo; b) a escassez de pesquisas e estudos locais sobre a Escola de Educação Física do Espírito Santo, no período selecionado; c) a importância da compreensão dos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais, que permearam a constituição da Educação Física escolar capixaba; d) a importância do estudo do passado como ferramenta para a compreensão do presente. A partir desse argumento, Bloch (2001, p. 69) aponta:

As características mais visíveis da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhece os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário do laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente indireto. Que haja nessas observações uma parte de verdade, ninguém pensará em negá-los. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas.

Dessa forma, somos ciente de que não teremos acesso aos fatos/acontecimentos ocorridos no passado, mas sim ao emaranhado de pistas e testemunhos que de alguma maneira estiveram envolvidos nos processos constitutivos.

A partir das contribuições de Carlo Ginzburg e Marc Bloch, foram analisadas as fontes, nas quais as marcas deixadas pelos mais diversos personagens da História encontram-se presentes. Portanto, é possível reescrever a História a cada momento, a partir de um determinado lugar e tempo, mediante interesses, necessidades ou oportunidades dos que a produzem. Com isso, é de fundamental importância conhecer os processos para um possível entendimento dessas produções.

Os autores citados auxiliaram o processo de compreensão das fontes utilizadas nesta pesquisa, uma vez que, por meio do estudo de suas concepções, as análises foram direcionadas para o processo pelos quais os documentos foram produzidos, e não para o fato em si.

Diante do exposto, resta saber como se constituiu a Escola de Educação Física do Espírito Santo? Quais as diretrizes estabelecidas para o funcionamento dos cursos de professores da EEF-ES nas décadas de 1930 e 1940? Quais as orientações oferecidas para a prática da Educação Física nas escolas estaduais capixabas, durante o período analisado? E como as ideias que circulavam na EEF-ES se relacionavam com a prática dessa disciplina nas escolas?

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos: o Capítulo 1 constitui a introdução do trabalho evocando o tema estudado a partir da problemática, das justificativas e do caminho metodológico traçado para a captura e análise das fontes.

O Capítulo 2 aborda diferentes concepções a respeito da Educação Física na História da Educação no Brasil, além de apontar autores que tratam dos acontecimentos que nortearam as décadas de 1930 e 1940 no País. Dentro dessa perspectiva, destacam-se os sentidos atribuídos à Educação Física no tempo.

O Capítulo 3 analisa as condições que propiciaram o surgimento da Educação Física como disciplina escolar no Espírito Santo, nas primeiras décadas do século XX. As Reformas Gomes Cardim e Atilio Vivacqua foram evidenciadas. A primeira por ter instituído a ginástica pela primeira vez como parte do currículo escolar capixaba, e a segunda por ter dado continuidade a essa iniciativa.

O Capítulo 4 apresenta os processos de criação e constituição do Departamento de Educação Física do Espírito Santo e, posteriormente, da Escola de Educação Física do Espírito Santo. Também foram analisados os processos que regeram o Curso de Emergência bem como os Cursos Especiais e de formação de professores ocorridos ao longo das primeiras décadas de funcionamento da instituição.

O capítulo 5 concentra-se na Educação Física praticada nas escolas estaduais do Espírito Santo, destacando o caso do Ginásio do Espírito Santo e o Jardim de Infância Ernestina Pessôa, instituições de ensino de grande importância no Estado, nas décadas de 1930 e 1940.

Na conclusão deste trabalho, chama-se a atenção para as diretrizes estabelecidas para o funcionamento dos cursos oferecidos pela Escola de Educação Física durante suas primeiras décadas de criação, bem como suas relações com as apropriações feitas por professores atuantes nos estabelecimentos de ensino capixabas, a partir das orientações nacionalmente instituídas para a Educação Física Escolar naquele período. Destacam-se, também, as condições infraestruturais oferecidas nesses espaços, como: os materiais de ensino, o espaço físico, tanto para as aulas práticas como para o exame antropométrico dos alunos, a participação da Educação Física Escolar nos eventos comemorativos do Estado, evidenciando a criação de agremiações esportivas estudantis, especificamente o caso da União atlética do Ginásio do Espírito Santo, a Uages. As considerações finais constituem uma confluência das conceituações advindas dos veios constituintes dos capítulos anteriores, como forma de possibilitar uma noção de interseções entre as ideias. A análise das inter-relações ilustra de que maneira a Educação Física se apropriou de significados atribuídos a ela numa trama espaço-temporal e quais foram as repercussões de tais apropriações no agir de professores que atuavam nas décadas de 1930 e 1940, no Espírito Santo.

Que os interessados pelo assunto possam acompanhar esta trama que aborda a História da Educação Física Escolar no Espírito Santo. O assunto parece invocar uma situação inovadora, uma abertura de inquietações, o que se torna condizente com o estudo da História, visto que possibilita infinitos olhares sobre seus processos.

CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

2.1 DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO FÍSICA NO TEMPO

Para melhor compreender a Educação Física Escolar no Espírito Santo, faz-se necessário contextualizar, historicamente, seu processo constitutivo e as funções a ela atribuídas. De acordo com Góis Junior e Lovisolo (2003), no final do século XIX e início do século XX, uma nova concepção de cidadão despertou um movimento ligado à saúde da população, que se convencionou chamar de movimento higienista. Esse movimento em favor da saúde da população foi idealizado como um meio de valorizar a sociedade na condição de fonte de prosperidade econômica da Nação.

Lovisolo (2000, p. 131-132) explica:

Indutivamente, se não podemos definir uma mentalidade higienista, posto as várias divergências teóricas em relação à intervenção no Brasil. Podemos definir o movimento higienista pelo que tinha de comum, ou seja, seu objetivo. Que era o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual.

Além de educar a população por meio da disseminação de hábitos higiênicos, outra ideia paralela, apregoadada pelo movimento higienista, era a vinculação do atraso nacional, em termos de desenvolvimento econômico e social, a uma questão racial. Lovisolo (2000, p. 75) sintetiza o tipo de argumento pronunciado pelas elites brasileiras da época para sustentar a questão racial como um impedimento da ascensão do País.

O determinismo biológico das limitações das raças dos brasileiros provoca um ambiente de pessimismo em relação ao desenvolvimento do país. Muitos viam as características psicológicas herdadas dos índios e negros como um obstáculo intransponível para o desenvolvimento do Brasil.

Castellani Filho (1991, p. 43) indica outra importante característica que dogmatizava o higienismo daqueles tempos. Para ele “[...] o controle familiar [...] inseriu-se, portanto, na política populacionista elaborada pelo Estado Nacional”. Em outras palavras, os médicos higienistas propalavam a ideia de que, por meio da Educação

Física ligada à educação sexual, homens e mulheres se transformariam em reprodutores de raças puras, dando continuidade a uma geração de pessoas saudáveis, entenda-se brancas.

Segundo Gondra (2003), com o movimento higienista, pretendia-se reeducar a população brasileira contra os maus hábitos que a acometia naquele momento. Para alcançar tal objetivo, a prática higiênica era extensiva a homens e mulheres, com orientações classificadas, segundo o próprio autor, de acordo com o gênero dos cidadãos. A publicação de livros específicos destinados aos pais, aos professores, às mães e às professoras, com orientações a respeito de hábitos higiênicos, configurou-se como uma das medidas de orientação e prevenção do movimento higienista.

Anjos (1995) afirma que o movimento higienista que permeou o final do século XIX e o início do século XX foi contagiado por ideias positivistas, ou seja, as ideias sobre o movimento se apoiavam na afirmação de que as diferenças sociais eram simplesmente consequências da natureza biológica do indivíduo. A partir desse ideal, ao Estado caberia um poder meramente controlador e fiscalizador, eximindo-se de qualquer obrigação a respeito das necessidades sociais do cidadão.

O autor afirma ainda que o pensamento médico-higienista, além de dominar os poderes governamentais, influenciou várias instituições, como a Engenharia, a Ciência Jurídica e a instituição escolar por meio da instrução física.

A educação física foi adjetivada por este cognome, pois incorporando os preceitos da visão médica daquela época, era a instrução física, chamada através de sua prática, a colaborar na erradicação de doenças, epidemias, que grassavam naquele período e também como uma pedagogia que iria normatizar, disciplinar, o viver operário, dentro dos parâmetros higiênicos ditados pela classe dirigente (ANJOS, 1995, p. 50).

A partir dessa percepção, o espaço escolar serviu, de alguma maneira, para a difusão de práticas higienistas, por meio das quais a classe dominante pretendia produzir corpos saudáveis para compor uma força de trabalho capaz de tornar o País mais produtivo.

Com a Revolução Industrial e a ascensão da tecnologia que municiava os meios de produção, esperava-se que um estado de sedentarismo acometesse a classe operária, percebido pela classe dominante como um potencial empecilho ao projeto de desenvolvimento econômico do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, atribui-se à Educação Física o papel de mantenedora das aptidões físicas do indivíduo, a fim de que ele pudesse atender às atividades necessárias, segundo o novo cenário industrial que se instaurava no País, como observam Berto, Schneider e Ferreira Neto (2007, p. 1):

É possível apreender, nas primeiras décadas do século XX, a composição de uma cultura escolar em que a ordem médica, a partir dos estudos sobre higiene, propunha a regeneração do Brasil por meio da escola. Desse modo, podemos perceber a importante influência dos médicos higienistas na constituição de um modo específico de projetar a educação.

Assim, a partir da ideia de regeneração do povo brasileiro, por meio de preceitos higiênicos disseminados pela escola e levando em consideração que o Estado do Espírito Santo, na década de 1930, era um dos 11 Estados brasileiros a possuir interventor federal . o que pode ter contribuído para a instalação de um Departamento ligado à formação de professores . destaca-se a criação do Departamento de Educação Física do Espírito Santo, em 26 de junho de 1931. Esse fato coincide com momentos de consideráveis mudanças políticas, econômicas, culturais e educacionais no Brasil. Assim, por conta das quase similaridades dos acontecimentos, o presente estudo se vale da conhecida Era Vargas+(1930 - 1940) para se intervalar temporalmente.

2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XX

A análise de um panorama do momento histórico vivido no âmbito nacional se mostra importante a partir do momento em que relações com o cenário local, espaço da nossa pesquisa, sejam estabelecidas. A compreensão dos processos que orientaram a Educação Física escolar capixaba está intimamente relacionada com os movimentos ocorridos no âmbito nacional.

Parte-se do pressuposto de que concepções e ideias, mesmo consideradas novas, nascem a partir de conexões com fatos ou episódios ocorridos em algum momento da História. De acordo com Ginzburg (1989, p. 177), esse processo se constitui como parte de uma totalidade.

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas . sinais, indícios . que permitem decifrá-la.

Portanto, é possível que as fontes utilizadas neste trabalho tenham circulado por várias instâncias, ou seja, os fatos não estão isolados. As ideias circulam e se movimentam. Os documentos oficiais, regimentos, pautas, dentre outras fontes investigadas, certamente foram atravessados por diversas iniciativas de cunho político, econômico, cultural e educacional durante a época em que foram produzidos. Nesse movimento, surgiram as pistas e os sinais que orientaram esta investigação no questionamento das fontes, levando o pesquisador ao mais próximo de uma possível realidade sobre a Educação Física no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940.

No primeiro Governo de Getúlio Vargas, os olhares políticos e econômicos estavam voltados para o desenvolvimento industrial. Dentro dessa perspectiva, a educação ganhou destaque como um meio viável para o encaminhamento de uma população que trabalhasse para o progresso do País.

Para Carvalho (1992, p. 48-49), em 1945, o Brasil encontrava-se, pois, na fase de montagem da infraestrutura que permitiria a passagem da industrialização de cunho nacionalista, de bens de consumo, para a industrialização de bens de consumo duráveis e bens de produção.

Nesse cenário de mudanças, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 69) afirmam que a educação foi concebida como uma ferramenta que possuía o [poder] de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e de participação. Assim, sob o plano político do

governo forte e autoritário difundido por Getúlio Vargas, nascia, naquele momento, um Estado guiado por uma política centralizadora e intervencionista que visava ao desenvolvimento do Brasil.

Horta (1994) afirma que, desde o início dos anos 30, a educação ocupou um espaço importante nas discussões oficiais. De acordo com o autor, a ideia apresentada era [p. 2] colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária+ (p. 2), o que se resumia em conceber a educação como problema nacional, estreitando os laços entre educação e saúde, além de colocar a educação moral em evidência. Segundo o autor, a concepção da educação como problema nacional serviria de justificativa para uma intervenção cada vez maior do Governo Federal nos diferentes níveis de ensino. Isso ocasionaria uma crescente centralização do aparelho educativo.

Para Horta (1994), em 1935, quando a educação passou a ser considerada problema de segurança pública, houve um maior interesse dos setores militares nas questões educacionais. Dessa maneira, do entrelaçamento da educação com a saúde, a Educação Física ganhou espaço, [p. 2] inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual, e logo relacionada com o fortalecimento da raça+ (HORTA, 1994, p. 2).

No momento em que a economia dos grandes centros urbanos dava um salto rumo à industrialização, e a política se tornava cada vez mais nacionalista, a Educação Física foi apontada como caminho para o desenvolvimento de uma nação forte e capaz de encaminhar o País que vivia um momento de transição e necessitava de ordem para promover o progresso.

No bojo do pensamento que preconizava a elevação moral, predominante no período e do qual o Ministro Francisco Campos compartilhava, coexistia como condição substancial para a formação de uma nação próspera, o princípio de saneamento social, remanescente do final do século XVIII e decorrer do século XIX. No Brasil observa-se a disseminação deste ideário no início do século XX, especialmente nas duas primeiras décadas, quando a idéia prevalente de assepsia social ganha força em decorrência do agravamento da crise sanitária. Assim, a situação brasileira naquele momento histórico estava longe de ilustrar o ideal de sociedade sadia física e moralmente, considerada imprescindível ao projeto de [p. 2] construção nacional+ de Getulio Vargas. Era preciso, portanto, proceder a medidas

imediatas para reverter este quadro e no tocante a preparação de indivíduos fisicamente sadios, a educação física, especialmente aquela desenvolvida no âmbito escolar, se mostrava como o lócus privilegiado (CORRÊA, 2009, p. 1).

Seguindo a ideia de reconstrução nacional almejada pelo Governo de Getúlio Vargas, o Exército brasileiro tratou de difundir a Educação Física pelo País. Para Horta (1994, p. 2), “[...] em 1937 a educação física [passou] a ser um setor privilegiado de atuação dos militares, que [pretenderam] utilizá-la para a concretização da sua presença nas escolas+”

De acordo com Romanelli (1978), a presença do capitalismo industrial no Brasil, representada pela Revolução de 30, motivou novas maneiras de se fazer educação, ou seja, um país que passava por uma transição de sua economia até então agrária exigia toda uma movimentação no que concerne à educação desse novo homem %produtor+idealizado.

A movimentação em torno do desenvolvimento da educação moral e cívica direcionada ao cidadão brasileiro naquele momento contribuiu para a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, uma das primeiras medidas do Governo Provisório de Vargas. Como responsável para reger tal Ministério, o Governo nomeou Francisco Campos que, no cargo de ministro da Educação e Saúde, implantou uma reforma³ que abrangeu o ensino superior e secundário em instituições escolares brasileiras. Uma das medidas estabelecidas pela reforma foi a obrigatoriedade da Educação Física no nível secundário das escolas do Brasil. Dada à importância do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, serão mencionados a seguir os artigos que se referenciavam à Educação Física:

Art. 9. Durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário exercícios de educação física obrigatórios para todas as classes.

³ A Reforma Francisco Campos estabeleceu, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro. Ela imprimiu organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Desta forma, a cultura escolar definida pela reforma de 1931 procurava produzir um *habitus* burguês nos estudantes secundaristas, a partir da educação integral e de práticas de disciplinamento e de autogoverno (DALLABRIDA, 2009).

Art. 32. Cada turma não terá menos de 20 nem mais de 28 horas de aula por semana, excluídos desse tempo os exercícios de educação física e as aulas de música.

Art. 57. Aos inspetores da seção C compete ainda fiscalizar os exercícios de educação física e as aulas de música, bem como verificar as condições das instalações materiais e didáticos do estabelecimento (ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO, 1931).

A partir dessa lei, é possível notar que a Educação Física começou a ganhar espaço nos estabelecimentos de ensino. Um dos indícios é a fiscalização dessa prática por inspetores federais. Nas palavras de Dallabrida (2009, p. 185), a Reforma Francisco Campos [p. 1] marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização.

Pouco tempo após a instituição do Ministério de Educação e Saúde, Getúlio Vargas configurou um golpe de Estado, instaurando o chamado Estado Novo (1937-1945). Esse período foi considerado um momento de grandes consolidações para a Educação Física nacional. Segundo Melo (2007), em 1937, um projeto de lei, elaborado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, propôs a criação do Conselho Nacional de Desportos, do Instituto Nacional de Educação Física e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Para o autor, [p. 1] a Educação Física estava ligada a um projeto de segurança nacional, algo muito mais complexo do que simples preocupações com uma disciplina escolar (p.1).

Durante esse período, houve ainda a criação da Divisão de Educação Física e do Departamento de Educação e Saúde. Melo (2007, p. 1) explica:

Este órgão, primeiro especializado no nível administrativo federal, seria o responsável por sistematizar e regulamentar todo o processo de formação profissional. Os cursos, em funcionamento ou que viessem a funcionar, deveriam primeiro solicitar a autorização para tal e depois o seu reconhecimento, além de serem periodicamente inspecionados. Junto com a Juventude Brasileira e a ENEFD, a divisão formaria o tripé que sustentaria o projeto de educação física do Estado Novo.

Romanelli (1978) argumenta que não existe consenso entre os historiadores sobre os objetivos e os resultados do Estado Novo implantado por Vargas. Dessa forma:

É difícil chegar-se a um consenso sobre o que representou o Estado Novo para a vida nacional. Os estudiosos do assunto divergem amplamente quanto à forma pela qual passou a agir o governo e quanto aos resultados dessa ação. Para uns, ele foi o golpe de morte nos interesses latifundiários e o favorecimento dos interesses da burguesia industrial. Para outros, ele favoreceu as camadas populares, com amplo programa de previdência social e sindicalismo. Para outros, ainda, ele foi resultado da união de forças entre o setor moderno, o setor arcaico e o capital internacional, contra os interesses da classe trabalhadora (ROMANELLI, 1978, p. 51).

As iniciativas preconizadas durante o Estado Novo do Governo de Vargas indiciam a política que se pretendia empreender no Brasil. Uma política voltada para interesses econômicos e de segurança nacional. Nessa perspectiva, a Educação Física se destacou como um meio para alcançar os ideais ambicionados naquele momento.

Dando continuidade ao projeto iniciado por Francisco Campos, Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde no ano de 1942. Dentre as medidas por ele instituídas por meio de ampla reforma educacional, a Educação Física continuou ganhando espaço. Estabelecida na reforma anterior, a obrigatoriedade dessa disciplina nas escolas permaneceu, sendo atribuídas novas orientações a essa área do conhecimento na escola. A seguir, algumas medidas instituídas pela Reforma Capanema:

Art. 19. A educação física constituída, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos.

Parágrafo único. A educação física será ministrada segundo programas organizados e expedidos na forma do artigo anterior.

Art. 40. O plano de distribuição do tempo em cada semana é matéria do horário escolar, que será fixado pela direção dos estabelecimentos de ensino secundário antes do início do período letivo, observadas as determinações dos programas quanto ao número de aulas semanais de cada disciplina e de sessões semanais de educação física.

Art. 43. A educação física será dada a grupos homogêneos, organizados independentemente do critério da seriação escolar. Os alunos que, por defeito físico ou deficiência orgânica, não possam fazer os exercícios ordinários serão submetidos a exercícios especiais. A educação física far-se-á com permanente assistência médica.

Art. 50. Será oral a prova final, salvo as de desenho, trabalhos manuais e canto orfeônico que serão práticas.

§ 3º Não poderá prestar prova final, na primeira ou na segunda época, o aluno que tiver, como resultado dos exercícios e das duas provas parciais,

no conjunto das disciplinas, média aritmética inferior a três. Também não poderá prestar prova final, na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e das sessões dadas em educação física, e, na segunda época, o aluno que tiver incidido em cinquenta por cento das mesmas faltas (LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO, 1942).

A Reforma contribuiu para transformações no que concerne ao ensino secundário, organizando também o ensino primário e o profissionalizante no País.

Portanto, um país que assumira recentemente uma posição política autoritária e nacionalista e uma economia ligada à industrialização necessitava de uma população que acompanhasse tal desenvolvimento. Romanelli (1978, p. 59) afirma que “[...] as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo”.

Para a autora, a predominância do setor agrícola na economia do Brasil, aliada às formas de produção local e à pequena densidade demográfica, dificultava o processo de difusão da educação ligada ao capitalismo que se implantara. Assim, “[...] a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram a relação de produção capitalista” (ROMANELLI, 1978, p. 60), o que configurou uma grave contradição do sistema educacional no Brasil.

O Espírito Santo, apesar de se caracterizar como um Estado predominantemente agrário naquele período, acompanhou os acontecimentos que eclodiam no cenário nacional. Achiamé (2010, p. 91) afirma que a história política capixaba, durante esse período, ainda está para ser escrita, “[...] a política espírito-santense gravitava em torno dos interesses das oligarquias estaduais e de outras unidades mais poderosas da federação”.

Segundo Achiamé (2010), no cargo de interventor federal do Espírito Santo, uma das medidas do capitão João Punaro Bley foi equilibrar as despesas orçamentárias no Estado, caracterizando o que o autor define como um salto no desenvolvimento político, econômico e social do Espírito Santo. Dentre as medidas tomadas pelo

interventor, destaca-se a reorganização do quadro de professores primários, a inauguração de colégios e a fundação o Departamento de Educação Física.

Nesse mesmo período, [o Espírito Santo participou do processo de instalação do capitalismo no país de maneira periférica, em relação aos estados da região+(SILVA, 1996, p. 30). Mesmo ocupando um espaço periférico na economia nacional, o Estado era considerado pioneiro na formação de professores de Educação Física no meio civil.

Segundo Silva (1996), no Espírito Santo, a criação do Departamento de Educação Física efetivou-se por meio de um militar, o tenente Carlos Marciano de Medeiros, que participou da campanha em favor da Educação Física ocorrida em 1930, no Estado do Rio de Janeiro. Ao chegar ao Espírito Santo, o tenente enfatizou a importância da difusão dessa prática entre a população capixaba. Após essa manifestação e apoiado pelo então interventor federal, João Punaro Bley, em 26 de junho de 1931, foi criado o Departamento de Educação Física do Espírito Santo.

Informações a respeito do Departamento de Educação Física do Espírito Santo nos orientam sobre a participação da Escola de Educação Física do Exército na sua organização. De acordo com Silva (1996), grande parte dos organizadores do curso especial, fundado em 1931, frequentou a Escola de Educação Física do Exército, o que indicia a sua influência na organização dessa instituição de caráter civil no Espírito Santo.

As mudanças ocorridas na área da educação coincidem com os primeiros anos de funcionamento do Departamento de Educação Física do Espírito Santo. Assim, pretende-se, com este trabalho, investigar a constituição do DEF-ES, bem como as orientações que circulavam na formação de professores, relacionando-as com a prática da Educação Física nas escolas capixabas. Dessa forma, a análise é feita a partir da circularidade das ideias, na qual as fontes se complementam, a fim de possibilitar uma maior aproximação dos processos que constituíram o objeto de estudo no tempo (GINZBURG, 1987).

CAPÍTULO 3: MOVIMENTOS EM PROL DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO

3.1 A IMPLANTAÇÃO DA GINÁSTICA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS CAPIXABAS: REFORMAS GOMES CARDIM E ATÍLIO VIVACQUA

Ao ingressar em um universo de tempos passados, é imprescindível visitar histórias já contadas sobre o objeto que se pretende investigar. Assim, nesta investida, buscou-se falar de um lugar que abrigou diversos personagens que, de alguma maneira, encenaram Histórias a respeito da Educação Física Escolar no Espírito Santo.

A partir dessa ideia, apresenta-se um pequeno esboço dos movimentos de constituição da Educação Física Escolar no Espírito Santo, desde a sua inserção como componente curricular nas escolas estaduais, em 1908, até a criação do Departamento de Educação Física do Espírito Santo, em 1931.

Com o intuito de escrever uma história possível, ou seja, sem personagens e acontecimentos engessados, assim como orienta Bloch (2001), esta pesquisa não se preocupa com origens, mas sim com os contextos de produção que permearam a constituição do objeto em questão. Dessa forma, a intenção foi analisar fios e rastros deixados por sujeitos de outros tempos, a fim de subsidiar a escrita de uma história da Educação Física Escolar no Espírito Santo, a partir de novos olhares. Diante das inúmeras histórias já contadas, assume-se o risco de se surpreender por questionamentos a respeito da verossimilhança das fontes interrogadas, mas, como afirma Ginzburg (2001), a pesquisa histórica oferece esse risco.

A seguir, o lugar e o tempo dos quais se pretende falar, numa tentativa de localizar os personagens que iniciaram o movimento em prol de uma efetivação da Educação Física Escolar no Espírito Santo.

Durante o período da primeira República (1889-1930), algumas reformas acerca da educação no Espírito Santo foram promovidas. Neste momento, interessa expor os movimentos que permearam a Reforma intitulada Gomes Cardim, instituída no

Espírito Santo, em 1908, quando, pela primeira vez, a ginástica foi contemplada como conteúdo nos currículos das escolas capixabas. Para Silva (1996), a reforma que recebeu o nome de seu proponente, o professor paulista Carlos Gomes Cardim,⁴ contemplou algumas disciplinas antes não incluídas nos currículos capixabas, entre elas, a ginástica. A autora afirma ainda que, entre as medidas instituídas no Governo de Jerônimo Monteiro, estava a regulamentação do Ginásio do Espírito Santo ocorrida em 1908, assunto a ser tratado nos capítulos seguintes.

Na ausência de professores formados especificamente para ministrar a ginástica, a prática foi atribuída a professores, como Emília Franklin Mululo,⁵ Francisco Carvalho e Dr. Deocleciano de Oliveira.⁶ Silva (1996) aponta duas hipóteses no que diz respeito ao desenvolvimento dessa disciplina durante esse período: uma delas é a aplicação da ginástica pelo professor correspondente de cada turma. A outra hipótese é que, mesmo tendo sido incluída nos currículos escolares, nem todo estabelecimento desenvolvia a ginástica, sendo dispensáveis professores para ministrar essa disciplina.

Indícios levam a crer que, mesmo em tempos distantes anteriores ao ápice da Educação Física no Espírito Santo, ocorrido no início na década de 1930, a ginástica começava a aparecer como elemento essencial para a formação integral dos alunos capixabas. O governador da época, Jerônimo Monteiro, reforça essa ideia quando afirma, em uma de suas mensagens sobre os negócios do Estado, apresentada à Assembleia Legislativa, que: "Ao lado da instrução literária é ministrada a educação física ao aluno, que pelos exercícios variados, inteligentes e metodicamente executados mantém sempre o seu organismo em favorável formação" (MONTEIRO, apud ARAÚJO, 1964, p.1).

⁴ Educador paulista trazido de São Paulo para o Espírito Santo, no Governo de Jerônimo Monteiro, com o propósito de reorganizar a educação primária, secundária e secundária profissional do Estado (SILVA, 1996).

⁵ Segundo os Decretos nº 131 e 132 de julho de 1908, Emília Franklin Mululo e Francisco Carvalho foram os primeiros professores de Educação Física contratados do Estado. Ambos exerceram suas funções na Escola Normal e Modelo, respectivamente (SILVA, 1996, p. 90).

⁶ Considerado por Araújo (1964) um dos pioneiros da ginástica no Espírito Santo, pois, além de introduzi-la como atividade curricular na época, também ministrou as primeiras aulas às alunas da Escola Normal Pedro II.

Nas décadas seguintes, uma nova figura ganha destaque na História da Educação do Espírito Santo, Atílio Vivacqua. Capixaba nascido em Rio Pardo, hoje Muniz Freire, sempre teve interesses voltados para a área educacional. Foi secretário da Instrução Pública no Governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), mandato interrompido pelo golpe de 1930 (BONATTO, 2005).

Vivacqua foi um dos participantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação,⁷ além de difundir os ideais da Escola Ativa, não só por meio da imprensa capixaba, mas também pela imprensa paulista. De acordo com Bonatto (2005, p. 76), para o aprimoramento da educação capixaba, algumas medidas deveriam ser tomadas como emergenciais. Dentre elas:

[...] a construção de cinco escolas normais de emergência, oferecendo em dois anos para habilitar compulsoriamente o professorado provisório e efetiva-lo. Além da mudança do [...] currículo do referido curso, que compreenderia: Português, matemática, geografia, História do Brasil, caligrafia, noções de didática, preceitos de higiene, instrução moral e física e ginástica.

Assim como na Reforma anterior presidida por Gomes Cardim, a ginástica permaneceu nos currículos das escolas normais do Estado, o que pode indicar que a educação capixaba deveria continuar agregando a Educação Física. Isso indica a necessidade de professores habilitados nessa área para atuar nas escolas estaduais.

Segundo Bonatto (2005), em uma entrevista cedida ao Correio Paulistano, em 1928, Vivacqua afirma que as Reformas promovidas até aquele período no Estado não haviam surtido mudanças significativas, ou seja, não haviam conseguido elevar o ensino no Estado.

⁷ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do País.

Assim, em 26 de junho de 1931, aproximadamente um ano após a Revolução de 1930, foi criado o Departamento de Educação Física do Espírito Santo. De acordo com Silva (1996), existem evidências que nos levam a crer que, a partir do Centro Militar de Educação Física (mais tarde Escola de Educação Física do Exército), iniciou-se, nos anos 30, no País uma campanha de difusão e incentivo à prática e ao ensino da Educação Física.

Nas páginas a seguir, a criação do Departamento e da Escola de Educação Física do Espírito Santo é contemplada, bem como seus mais variados momentos. Destacam-se os ideais difundidos pelos cursos oferecidos, além de enfatizar seus processos desde o ano de sua criação, em 1931, até o final da década de 1940, período que abrigou o primeiro Governo de Getúlio Vargas no Brasil.

CAPÍTULO 4: A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

4.1 O DEPARTAMENTO, O CURSO DE EMERGÊNCIA, A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURSO ESPECIAL

No dia 26 de junho de 1931, foi criado o Departamento de Educação Física do Espírito Santo, considerado a primeira Instituição de formação de professores de Educação Física do Brasil no meio civil. A afirmativa sobre tal pioneirismo exige alguns esclarecimentos.

No mesmo período em que foi criado o Departamento de Educação Física do Espírito Santo, foi inaugurado o Departamento de Educação Física de São Paulo (DEF-SP) que, devido a acontecimentos de ordem política, foi impedido de funcionar plenamente durante seus primeiros anos.⁸

Apesar dos acontecimentos citados, o DEF- SP organizou dois cursos durante o seu primeiro ano de funcionamento, entre maio de 1931 e maio de 1932. Um artigo publicado na Revista de Educação Física editada pelo Exército versa que:

No ano de 1931, foram, pelo Departamento de Educação Física realizados dois cursos sumários de Educação Física, um de caráter rápido, para os professores estaduais do interior e outro mais desenvolvido, conquanto ainda elementar, para professoras da capital (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA [EXÉRCITO] 1936, p. 40).

A organização de cursos, embora de caráter sumário, indica que houve atividades no DEF - SP durante o ano de 1931. No entanto, a ideia de pioneirismo do DEF-ES se mantém, pelo fato de o primeiro curso oferecido ter sido voltado para a formação de professores habilitados a ministrar a Educação Física nas escolas estaduais capixabas, diferentemente do ocorrido em São Paulo, onde os cursos oferecidos .

⁸ Coincidentemente, com a inauguração do DEF-SP, eclodiu no Estado a Revolução Constitucionalista, iniciada em 9 de julho de 1932, movimento armado contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que teve como um dos objetivos instituir uma nova Constituição no Brasil (BEZERRA, 1988).

de acordo com o artigo publicado na Revista de Educação Física do [Exército], aconteceram de forma rápida e simples, sem estrutura organizacional.

O Departamento de Educação Física de São Paulo . órgão subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado . sustentou práticas ligadas ao esporte. Conforme Gomes e Dalben (2011, p. 322), o Departamento tinha por função a responsabilidade de %a.] organizar, fiscalizar, incentivar e registrar a prática dos esportes no estado+, enquanto, no Espírito Santo, o Departamento tinha por finalidade %a.] difundir, regulamentar, e controlar a prática da educação física em todos os estabelecimentos estaduais de ensino+ (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 1).

De acordo com as fontes, os Departamentos foram criados no mesmo ano, porém com finalidades iniciais diferentes. No Espírito Santo, os ideais estavam voltados para a habilitação de professores para ministrar a Educação Física nas escolas capixabas. Já em São Paulo, os interesses estavam direcionados para o controle médico das práticas esportivas, conforme explicam Gomes e Dalben (2011, p. 322):

Nas décadas de 1930 e 1940, como no caso do DEF-SP, o esporte integrava muitas vezes as políticas do governo, sendo frequentemente mobilizado como forma higiênica capaz de energizar os corpos e combater os diversos efeitos deletérios provocados pelas circunstâncias urbanas, transformando-os em organismos mais eficientes e aptos para o trabalho. Para tanto, segundo o pensamento da época, fazia-se necessário o controle médico dessas práticas esportivas.

Dessa forma, é compreensível que alguns autores apontem o DEF-ES e, posteriormente, a Escola de Educação Física do Espírito Santo, como a primeira instituição de formação de professores de Educação Física no meio civil do Brasil.

Dentro da perspectiva de produzir uma história da Educação Física Escolar no Espírito Santo, a partir de diferentes olhares e concepções, foram estabelecidos diálogos com as fontes, no sentido de que possibilitassem subsídios para sustentar a ideia de que é possível rever os caminhos pelos quais o objeto investigado transitou, ao passo que se acredita que os contornos e interpretações atribuídos ao objeto são circunstanciais.

Dessa forma, as fontes foram interrogadas levando em consideração as relações de força+ (GINZBURG, 2002) que moveram os acontecimentos envolvidos nos processos pelos quais o objeto em questão transitou.

Pretende-se, pois, construir uma trama histórica mediante a análise de documentos sobre a Educação Física capixaba, buscando respaldo nas palavras de Bloch (2001, p. 70, grifos do autor):

[...] não conheço a situação dos meus homens de rua+ senão pelo panorama que eles mesmos aceitam me fornecer. Porque no imenso tecido de acontecimentos, gestos e palavras de que se compõe o destino de um grupo humano, o indivíduo percebe apenas um cantinho, estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção; [...] todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância. [O investigador do presente não é, quanto a isso, melhor aquinhoado do que o historiador do passado].

As primeiras fontes analisadas consistem em documentos que expressam cenas escolares sobre a Educação Física capixaba nas décadas de 1930 e 1940, nos quais foram focados o Curso de Educação Física, bem como suas diretrizes e orientações, regidas inicialmente pelo Departamento e, mais tarde, pela Escola de Educação Física.

Sem a presença de professores diplomados no Estado por uma Escola de Educação Física civil e almejando acompanhar a política disseminada nacionalmente, no dia 24 de agosto de 1931, foi instalado o Curso de Emergência. Promovido pelo Departamento, o curso tinha como objetivo habilitar professores para atuar nos Cursos Especiais que estariam por vir. Segundo os documentos, o Curso de Emergência teve duração de aproximadamente três meses, sendo encerrado no dia 1º de dezembro de 1931. O encerramento foi caracterizado como um momento de festividade no qual estiveram presentes autoridades federais, estaduais e municipais. No mesmo evento, foi inaugurado, pelo tenente Carlos Marciano Medeiros . diretor do Departamento de Educação Física . o primeiro Curso Especial de Educação Física do Espírito Santo, iniciado em 12 de dezembro de 1931 (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931).

Dentre os diplomados no Curso de Emergência, estão os professores: Rita Tosi Quintais, Hilda Pessoa Prado, Alcira Netto, Maria Durvelina Calmon, Juracy Machado e Lydia Besouchet e Alcides Gomes Vasconcellos, formado no curso de monitores. No livro de matrícula dos alunos citados, constavam os seguintes dados:

Quadro 1 . Dados pessoais dos estudantes matriculados no Curso de Emergência de 1931

| Nome | Idade | Filiação | Naturalidade | Estado civil | Diplomado por |
|----------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------|--------------|--------------------------|
| Rita Tosi Quintaes | 31 anos (27/03/1900) | Vicente Tosi | Espírito Santo | casada | Escola Normal Pedro II |
| Hilda Pessoa Prado | 37 anos (16/03/1894) | Ignácio Tomáz Pessôa | Espírito Santo | casada | Escola Normal Pedro II |
| Juracy Machado | 26 anos (10/x/1905) | EufRASINO Vieira Machado | Espírito Santo | solteira | Escola Normal Pedro II |
| Lydia Bomilcar Besouchet | 24 anos (23/05/1907) | Helsecio Renato Besouchet | Rio Grande do Sul | solteira | Escola Normal Pedro II. |
| Maria Durvelina Calmon | 18 anos (07/04/1913) | Augusto Pedrinho de Calmon | Espírito Santo | solteira | Colégio do Carmo |
| Alcides Gomes Vasconcellos | 28 anos (31/05/1903) | João Constantino Gomes | Pernambuco | solteiro | Sargento do R.G Selilita |
| Alcira Netto | 22 anos (18/07/1909) | João de Deus Netto | Espírito Santo | solteira | Colégio do Carmo |

Fonte: Livro de matrícula dos alunos do Curso Especial de Educação Física (n. 52).

No Quadro 1, o nome da professora Hilda Pessôa Prado aparece entre as alunas que participaram do Curso de Emergência. Posteriormente, essa professora atuou como diretora de um jardim de infância localizado na cidade de Vitória, o Ernestina Pessôa. De acordo com informações encontradas em relatórios de aulas, a Educação Física fez parte do programa de ensino daquele educandário. Assim, é possível perceber que professores formados pelo Departamento atuaram tanto no ensino secundário como no ensino infantil do Estado. No capítulo seguinte, atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física do Jardim de infância Ernestina Pessôa serão contempladas, bem como a figura da professora ministrante dessa disciplina, na época, Felisbina Pinheiro de Moraes, que participou de um dos cursos de professores oferecidos pelo Departamento.

Figura 1 . Foto do formulário de matrícula da estudante Rita Tosi Quintaes⁹



Fonte: Livro de matrícula nº. 52. Arquivo do CEFD-UFES¹⁰, 1931.

Curiosamente, a existência do Curso de Emergência é questionada por Silva (1996). Tal discussão decorre do depoimento cedido em entrevista à autora pela senhora Lydia Bomilcar Besouchet que, ao ser indagada sobre a sua participação no referido curso, afirmou não ter participado do Curso de Emergência, mas apenas de um Curso Superior de Cultura Pedagógica. No entanto, documentos referentes ao Departamento de Educação Física apontam o nome da senhora Lydia no livro de matrícula e também nos resultados das provas finais (Figura 2).

Figura 2 . Resultado das provas finais do Curso de Emergência de Educação Física (1931)

| CURSO DE EMERGENCIA | | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------|-------|--------------------|------|---------|-------------------------|------|----------------------|
| RESULTADOS DAS PROVAS FINAIS | | | | | | | | |
| | Psico Pedag. | Hist. | Anat.e Physiol. | Hig. | Biomet. | Aptidão Exec. Direç. | | Nota de Aprovação |
| Rita Tosi Quintais | 8.10 | 8.00 | 6.50 | 7.50 | 8.00 | 7.90 | 7.90 | 7.70 |
| Hilda Pessoa Prado | 7.90 | 8.00 | 6.70 | 8.00 | 7.50 | 7.30 | 7.90 | 7.60 |
| Juracy Machado | 8.10 | 7.00 | 6.00 | 6.00 | 7.00 | 8.00 | 7.00 | 7.10 |
| Lydia B. Besouchet | 6.50 | 7.00 | 6.00 | 5.50 | 6.00 | 6.00 | 6.00 | 6.10 |
| Alcira Netto | 6.40 | 7.10 | 5.50 | 5.50 | 5.90 | 6.00 | 6.00 | 6.00 |
| Maria D. Calmon | 6.30 | 6.90 | 5.50 | 5.30 | 5.60 | 5.50 | 5.50 | 5.80 |

Victoria, em 20 de novembro de 1931.

Visto.

 Carlos Marciano Medeiros
 Inspector Chefe.

Heitor Rossi Belache,
 Secretário do Depart. de Physica.

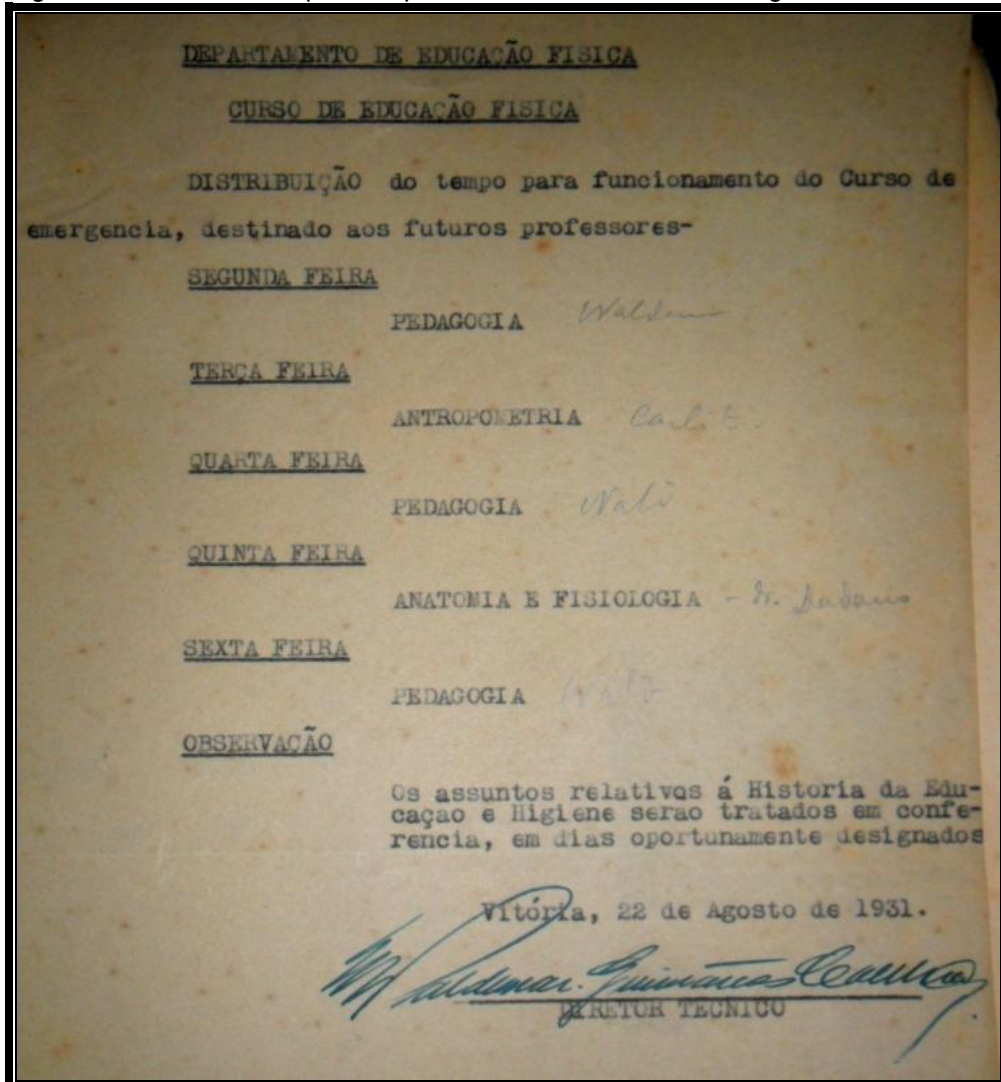
Fonte: Caixa nº. 27 do Arquivo do CEFD-UFES.

⁹ Foto da estudante Rita Tosi Quintaes da turma do Curso de Emergência. Única foto anexada às matrículas dos alunos do Curso de Emergência encontrada no arquivo do CEFD.

¹⁰ Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo.

Além do registro de notas apresentado, o nome da senhora Lydia está presente na ata de encerramento do curso, no qual recebeu seu diploma¹¹ de professora de Educação Física (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931). A Figura 3 aponta o plano de ensino para o Curso de Emergência, com seus respectivos horários, disciplinas e professores.

Figura 3 . Horários, disciplinas e professores do Curso de Emergência,1931



Fonte: Caixa nº. 27 do Arquivo do CEFD-UFES.

Os documentos encontrados indicam um credenciamento concedido pelo Estado a pelo menos seis professores. Bloch (2001, p. 90) fala a respeito da distância que há [p.a.] entre o escrito e a ação, uma distância cuja extensão nos surpreende. Compreende-se, dessa forma, que é possível que, entre as fontes encontradas e os

¹¹ Ver no Anexo B.

fatos ocorridos, exista um espaço a ser decifrado que, por razões desconhecidas, incitaram a lembrança da senhora Lydia ligada apenas ao Curso de Cultura Pedagógica.

Após o término do Curso de Emergência, inaugurou-se o Curso Especial de Educação Física, também organizado pelo DEF-ES. Aprovado pelo Decreto nº. 1450, de 15 de julho de 1931, a Secretaria de Instrução do Estado do Espírito Santo, por meio do Departamento de Educação Física, lançou um documento com as Instruções para o Curso de Educação Física do Estado.

De acordo com o documento, o curso era destinado aos professores do Estado e aos oficiais do regimento policial militar. Aos oficiais¹² seriam oferecidos conhecimentos essencialmente práticos, a fim de constituir um grupo de monitores destinados às funções de auxiliares do ensino da Educação Física na corporação militar e nas instituições de ensino. Já aos professores o curso objetivava: %Reparar professores de Educação Physica, preparar instructores de Educação Physica, difundir, unificar e intensificar, o ensino da Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino do Estado+(DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 3).

Pela primeira vez, foi organizada no Espírito Santo uma instituição de formação de professores de Educação Física para atuar nos estabelecimentos de ensino capixaba. O Departamento e os cursos oferecidos não funcionavam de maneira independente, pois havia subordinação à Secretaria de Instrução do Espírito Santo. Quanto às finalidades do Departamento e do Curso Especial, Araújo (1964, p. 2) afirma:

Ambos se completavam em suas atribuições. O Departamento com a finalidade de difundir, regulamentar e controlar a prática da educação física em todos os estabelecimentos de ensino. O curso Especial, com duração de seis meses e funcionamento previsto para as férias escolares, com o fim de habilitar o professorado estadual a ministrar a prática da Educação Física pelo método modernoq

¹² Uma observação quanto à matrícula de sargentos é, além das exigências estabelecidas pelas instruções baixadas, o curso exigia também o exame de admissão (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931).

As normas funcionavam a partir de uma tríade de poderes, como versa o art. 3º do decreto baixado para as instruções: “[...] o curso é subordinado didacticamente ao Departamento de Educação Physica, e em tudo o que concernir a administração e a disciplina, á Secretaria de Instrução+ (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 4).

Assim, todas as decisões tomadas a respeito da Educação Física no Estado passavam pela avaliação do Departamento e da Secretaria de Instrução do Espírito Santo. Tal organização indicia a importância atribuída ao desenvolvimento dessa nova área de conhecimento no Espírito Santo, uma vez que, mediante os documentos encontrados, é possível visualizar uma forte estrutura organizacional para que a Educação Física Escolar prosperasse naquele momento.

[...] no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos. Preocupações com o corpo saudável se fizeram presentes na instituição escolar. Sem “alardes encomiásticos” a ideia era tomar iniciativas para assegurar a raça através de exercícios em torno de corpos robustos e mentes disciplinadas. Nessas atividades, onde se percebia ressonâncias do totalitarismo, o tema da educação física ganhou força (MENDONÇA, 2010, p.188).

As instruções baixadas para o funcionamento do Curso de Educação Física apresentam um programa com todas as informações referentes à estrutura funcional do curso. Dentre as orientações prescritas, constam informações sobre: os objetivos do curso e a organização geral; o plano de ensino; o pessoal de ensino; o conselho de instrutores e professores; o período letivo e da frequência; do sistema disciplinar; recompensas e obrigações; material de ensino e dependências do curso; disposições gerais e disposições transitoriais (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931). Inicialmente, o curso funcionou no período das férias, durante três meses, tendo seu início no dia 1º de dezembro de 1931. O curso foi dividido em duas categorias: a de formação de professores e instrutores e a categoria de monitores.

Para o curso de professores e instrutores, o ensino foi dividido em: geral teórico-prático, e prático. Os Quadros 3 e 4 demarcam essas categorias com as respectivas áreas de estudo desenvolvidas.

Quadro 2 . Ensino para professores e instrutores do Curso Especial de Educação Física

| Ensino geral teórico-prático | Ensino prático |
|--|---|
| Anatomia, physiologia, Hygiene, Historia da Educação Physica, Physiologia applicada, Anthropologia e Morphologia, Didactica e pedagogia da Educação Physica, Physiologia e mechanica dos movimentos, Gymnastica orthopedica, Socorros de urgencia, Physiotherapia, Estudo geral da educação e da harmmonia dos movimentos, com applicação á educação physica feminina, dansas regionaes e classicas. | Demonstração pratica e execução individual e collectiva de todos os elementos do methodo; estudo geral pedagogico e anatomo-physiologico dos diferentes elementos do regulamento geral de Educação Physica; composição das lições para os diferentes graus das edades physiologicas; organização reuniões esportivas; organização do ensino de Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino. |

Fonte: Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Para os monitores, o ensino se enquadrava nas mesmas categorias citadas, porém com diferentes abordagens:

Quadro 3 . Ensino para Monitores do Curso Especial de Educação Física

| Ensino geral teórico-prático | Ensino prático |
|--|--|
| As grandes divisões de anatomia; as grandes funções physiologicas; noções de hygiene geral; resumo historico da educação physica e dos desportos; noções de didactica e de pedagogia da educação physica e socorros de urgência. | Demonstração pratica e execução individual e collectiva de todos os elementos do methodo; estudo geral pedagogico dos diferentes elementos do Regulamento Geral de Educação Physica; organização de lições para os diferentes graus das edades physiologicas; direcção de lições para os diferentes graus das edades physiologicas; e noções sobre organização geral de ensino da Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino. |

Fonte: Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

A análise das atividades propostas pelo Curso Especial aponta algumas pistas a respeito das intenções almejadas pelo Departamento. Na formação de professores e instrutores, eram privilegiadas as atividades essencialmente ligadas à fisiologia humana e à saúde. Aproximadamente 47% das disciplinas previstas pelo curso eram voltadas para a área de biomédicas, 23 % ligadas ao ensino das teorias sobre a História e a Pedagogia e 24%, às organizações de reuniões esportivas e da Educação Física nos estabelecimento militares e de ensino.

Para os monitores, a ideia difundida pelo plano de curso sugeria uma formação pautada em atividades que priorizavam %noções+ dos estudos sobre Pedagogia e História da Educação Física e um aprofundamento em organizações didáticas e militares, apresentando aproximadamente 36% das disciplinas voltadas para

Fisiologia Humana e Saúde, 18% direcionadas para o ensino de teorias ligadas à História e Pedagogia e 45% para a organização da Educação Física nos estabelecimentos militares e de ensino.

No Programa de Ensino instituído pela Instrução Pública do Espírito Santo para o funcionamento do Curso Especial, é possível notar, em suas propostas, uma tendência militar. Característica afeita à formação inicial de seus idealizadores, o tenente coronel Carlos Marciano de Medeiros e o capitão João Punaro Bley, ambos frequentadores da Escola Militar.

De acordo com o art. 12 do Decreto nº. 1450, de 15 de julho de 1931, os cargos referentes ao ensino deveriam ser preenchidos por um diretor técnico, instrutores e professores, além de monitores em número suficiente para auxiliar os trabalhos práticos dos professores. Para a matrícula no Curso Especial de Professores e Instrutores, os candidatos deveriam atender às seguintes exigências:

- a) - Ser diplomado como professor por estabelecimento do ensino oficial ou oficializado do Estado e da União;
- b) - Ser oficial do regimento policial militar, com o curso profissional militar;
- c) - Ter mais de 16 e menos de 35 anos de idade, contada até a data da matrícula;
- d) - Ter demonstrado capacidade para ministrar o ensino de Educação Physica, attestada, para os officiaes . pelo commandante do R.P.M e para os professores pelos directores dos Estabelcimentos onde tiveram obtido seus diplomas;
- e) -Ter excellente e optima robustez physica comprovada em rigorosa inspecção de saúde perante uma junta medica indicada pelo director do Departamento (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 9).

Diante do exposto, é possível perceber que a primeira exigência para ser um professor de Educação Física seria o diploma de magistério. Além disso, a predisposição para ministrar aulas de Educação Física também era requisito para seleção dos futuros diplomados. No entanto, a questão que mais chama a atenção aparece no item que exige o teste de robustez, no qual pessoas que não demonstrassem capacidades físicas satisfatórias ficariam impedidas de se matricular no curso. De acordo com informações coletadas em uma conversa informal com um sujeito que participou do processo seletivo para ingressar no CEFD-UFES, no ano de 1971, o teste ainda prevalecia como parte do sistema de avaliação para o ingresso

no curso de Educação Física naquele período. A idade dos candidatos configurava mais um requisito para a matrícula. Pessoas acima de 35 anos estariam impedidas de fazer o curso, fato que poderá ser compreendido nas próximas páginas deste trabalho.

As condições impostas para o ingresso no curso indiciam a especificidade desse campo de formação de professores no Espírito Santo, uma vez que pessoas eram avaliadas tanto pela capacidade intelectual quanto pela capacidade física. Tal apontamento sugere a ideia de que nem todos os professores poderiam requerer a formação específica na área da Educação Física Escolar.

Vago (2010) comenta a respeito da afirmação da Educação Física como disciplina escolar no Brasil, apresentando alguns dos aspectos que atravessaram a constituição da dessa disciplina no século XX.

Em torno dela, variadas ações foram desencadeadas, tanto por governos como por agentes diversos (como os militares, os médicos, intelectuais, professores, dentre outros): a produção de representações sobre seus alardeados benefícios para o corpo e a saúde dos estudantes; as prescrições legais de programas com as práticas corporais autorizadas na escola; a circulação de métodos de ensino de origem europeia e norte-americana; as publicações de livros ou de manuais de ginástica; a preocupação com a formação de professores para o seu ensino (p. 357).

O autor aponta a formação de professores como um dos aspectos evidenciados no momento em que se configuravam ações em prol da estruturação da Educação Física como disciplina escolar no Brasil.

Ainda nessa vertente, a análise seguinte tem por finalidade conhecer os processos de formação de professores a partir dos primeiros anos de funcionamento do curso, bem como a criação da Escola de Educação Física do Espírito Santo.

4.2 DO DEPARTAMENTO À ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA . 1934

Três anos após a criação do Departamento de Educação Física do Espírito Santo, o interventor João Punaro Bley, a fim de reorganizar a Inspeção de Educação Física, criou, por meio do Decreto nº 5.207, de 24 de agosto de 1934, a Escola de Educação Física do Espírito Santo (SILVA, 1996). O Curso de Educação Física funcionaria agora na Escola de Educação Física do Espírito Santo, anexa à Inspeção.

Com a nova organização, algumas orientações foram acrescentadas no que diz respeito ao ensino da Educação Física. Uma delas apontava que, com a nova lei, essa disciplina só poderia ser ministrada por pessoas devidamente habilitadas. Além disso, a duração do curso foi ampliada para nove meses, acarretando modificações na grade curricular (SILVA, 1996).

De acordo com notícias encontradas em recortes de jornais que circulavam localmente na época, após o término dos cursos oferecidos pelo Departamento de Educação Física, os alunos recebiam o diploma na presença de autoridades municipais, estaduais e federais, configurando um importante evento no Estado. Além de reunir autoridades de várias instâncias, a notícia era publicada em jornais locais e em revistas do Exército que circulavam nacionalmente na época. Como exemplo, destaca-se a notícia sobre o encerramento da segunda turma do ano de 1934 (Figura 4) que, publicada no jornal *Diário da Manhã*, no dia 5-2-1935, expressou a solenidade por meio das seguintes palavras:

Realizou-se sábado às 16 horas no Grupo Escolar de Jucutuquara a cerimônia da entrega dos diplomas às professoras que recentemente concluíram o curso na Escola de Educação Physica. Com a presença do exmo. Sr. Interventor Federal capitão Punaro Bley, Secretários de Estado, autoridades e grande número de pessoas gradas [sic] do nosso meio social, teve início a solemnidade da entrega dos diplomas (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935).

Figura 4 . Solenidade de encerramento do ano letivo de 1934 e entrega dos diplomas



Fonte: Revista de Educação Física (Exército), n. 18, p. 14, 1934.

Da mesma forma como ocorria no encerramento, a inauguração dos períodos letivos também era publicada em jornais locais e por vezes em revistas especializadas.

Com a presença das altas autoridades da administração do Estado, representantes do mundo oficial, grande número de famílias da sociedade capixaba e de directores e professores de estabelecimentos de ensino, foi hoje levado a efeito na sede da Escola de Educação Physica em Jucutuquara o acto solemne da installação dos trabalhos do 6º período lectivo do Curso de Professores de Educação Physica (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935).

A visibilidade dispensada ao curso oferecido pela Escola de Educação Física expressa os esforços para o fortalecimento dessa instituição em meio à sociedade capixaba. As fontes apontam que constantemente eram publicadas notícias a respeito do trabalho que se desenvolvia no Espírito Santo naquele momento.

No que concerne à administração do Departamento, um personagem nos chamou a atenção, Heitor Rossi Belache. Nomeado secretário da Inspetoria pelo Departamento de Educação Física, em 27 de junho de 1931, Belache atuou nesse cargo até 1934. Em 1935, em meio a essas transformações, assumiu o cargo de inspetor chefe,

chegando a diretor da Escola de Educação Física pelo Decreto nº 8.070, de outubro de 1936 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, 1937).

O personagem citado ganha destaque na análise, pelo fato de ter obtido o diploma de técnico em Educação Física, requisito para que se mantivesse no cargo de secretário inicialmente alcançado. Os documentos apontam o nome de Heitor Rossi Belache nos quadros de notas e frequência, indicando que o diploma foi obtido pela realização, como ouvinte, do Curso Especial de 1933, apresentando, como nota de final de curso, 8,445 e menção *muito bem* (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1933). Não se sabe ao certo o que levou a indicação de Heitor Rossi Belache a assumir um cargo na inspetoria, visto que a maioria de seus funcionários iniciais eram ligados ao meio militar. O que se pode afirmar é que Belache fez parte da História da Educação Física no Espírito Santo, alcançando importantes posições em meio a esse serviço.

Dentro das orientações difundidas pela EEF-ES, observa-se o uso obrigatório do uniforme de Educação Física nas aulas práticas. Em 1931, junto a criação do DEF-ES, determinou-se um plano de uniforme para a Educação Física, inicialmente para os egressos do Curso de Educação Física e, posteriormente, ampliado para alunos e alunas escolares.

4.3 DO UNIFORME DESTINADO ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A vigilância do uso do uniforme estipulado para as aulas práticas de Educação Física era rigorosa. De acordo com a descrição da Portaria nº 001, os uniformes se caracterizavam da seguinte forma:

PROFESSORAS: - BLUSA BRANCA . com gola tipo sport, manga com o máximo de 10 cm. Terminando preza por elástico bem flexível, para não tolher os movimentos. SAIA AZUL MARINHO . godét (presa á blusa costurada) . com comprimento máximo até os joelhos, sem pala. CALÇÃO PRETO . Bombacha, bocca com elástico bem flexível, que deverá prender acima da articulação dos joelhos. A largura dos calções deverá ser apenas a necessária para manter a compostura devida a permitir todos os movimentos, inclusive as flexões de ambas as pernas. MEIAS BRANCAS .

De uso facultativo. SAPATOS . De tennis. TECIDOS. . É de toda conveniência ser escolhido um typo único de tecido para cada peça. PROFESSORES E OFFICIAES DO R.P.M. CAMISA - de malha branca, decotada e sem mangas. CALÇÃO . de mescla, com soutache preto na costura externa. SAPATOS . de tennis. SARGENTOS DO R.P.M. CAMISA . de malha branca, decotada e sem mangas. CALÇÃO de meacla. SAPATOS de tennis (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 1 - 2).

Segundo o secretário do diretor da Escola de Educação Física, Heitor Rossi Belache,¹³ esses uniformes entrariam em vigor a partir da primeira sessão de aulas práticas que aconteceriam no dia 17 de dezembro de 1931.

Soares (2011) comenta a respeito das vestimentas utilizadas pela sociedade ao longo dos anos, afirmando que as roupas traduzem toda a bagagem de sentimentos e de valores+que as sociedades produzem no tempo. A autora complementa a ideia esclarecendo que a liberdade de escolha de roupas especiais para as mais diversas atividades, incluindo a prática de exercícios físicos ou de esportes, se consolidou apenas no início do século XX. Assim:

Vestir-se para exercitar o corpo em práticas distintas, portanto, é parte de uma nova sensibilidade, de um novo modo de vida, resultado de uma educação especializada e dirigida ao corpo, da inserção num mundo regido por padrões, comportamentos, atitudes, hábitos novos (SOARES, 2011, p. 69).

A questão levantada pela autora expressa as inovações referentes à instituição de uma nova concepção a respeito das vestimentas ideais para as aulas de Educação Física.

Em 1934, foi instituído, no Espírito Santo, um novo modelo de uniforme para a Educação Física, retificando o plano já existente, que abrangia apenas os alunos da Escola de Educação Física (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1934). Os novos modelos instituídos apontavam padrões para os uniformes de professores e instrutores, professoras, alunos e alunas escolares.

¹³ Segundo informações, o diretor Heitor Rossi Belache modificou, atendendo a pedidos e ciente da razão higiênica, o item exposto na Portaria 001, de 12 de dezembro de 1931, na parte que se refere a saia do uniforme presa à blusa: onde se lê costurada, troca-se por botões (ESCOLA DE EDUCAÇÃO PHYSICA, BOLETIM DIÁRIO nº. 3, 1931).

À análise dessa documentação é possível associar matérias localizadas em periódicos, como a Revista de Educação Física (do Exército) e a Revista de Educação que, em diferentes momentos, trazem informações sobre a Educação Física no Estado do Espírito Santo. Nesses impressos, é possível visualizar imagens da prática da Educação Física no Estado por sujeitos em cujos uniformes aparecem detalhes muito próximos aos descritos nas orientações determinadas.

De caráter obrigatório, o uniforme se caracterizava como uma espécie de identificação do aluno com a instituição de ensino que frequentava, uma vez que o uso nas aulas de Educação Física era obrigatório tanto para as meninas, como para os meninos. O uniforme dos instrutores e professores, de acordo com o novo plano instituído, constituía-se de: %Camisa de meia, branca, de algodão, sem mangas. Calção branco, acima do joelho, com elástico na cintura. Blaiseqazul, com mangas curtas. Calça branca, de brim (facultativa). Sapatos de #ênnisqbrancos+(CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1934). A Figura 5 não representa práticas da Educação Física no Espírito Santo, porém apresenta uma ideia de como se constituía o uniforme para os professores dessa disciplina.

Figura 5 . Demonstração de Educação Física para aulas infantis

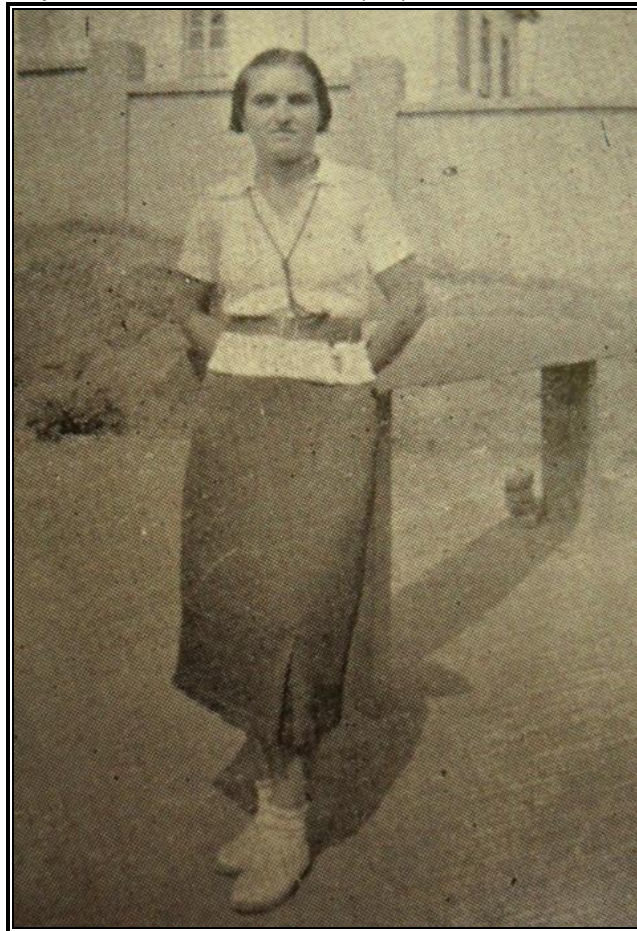


Fonte: Revista de Educação Física do [Exército], 1939.

A documentação também aponta o uniforme das professoras de Educação Física do Estado (Figura 6) composto dos seguintes itens:

Blusa: De crepe santé, branco, modelo esporte, com manguito, gola virada, abertura no peito com creinalheira metálica, basquinha, formando com pespontos dois bolsos na frente. Da gola parte um cordão azul marinho, com um apito, sendo colocado no bolso esquerdo. Os pespontos da blusa acompanham os da gola. Cinto: de pelica azul marinho. Saia: em tecido azul marinho. Na frente, do lado esquerdo (1/4 de largura) leva uma prega macho pespontada, que e fechada á altura do joelho (2/3 do comprimento) por um traçado de linha azul marinho, passando por ilhózes pretos e terminando em duas borlas; atraz, no meio, outra prega macho, pespontada até a mesma altura da frente. Os pespontos da saia com 0m,01 de largura, e de um ilhós a outro, deve ter 0m,02 de distância. Bombacho: preto (gaudet ou franzido), com elástico acima dos joelhos e na cintura. Sapatos: brancos, de modelo esporte, com soquete branca (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 3 de julho, 1934).

Figura 6 . Professora Maria Gianordolli Giestos, regente de Educação Física no grupo escolar José Cupertino de Afonso Cláudio (ES)



Fonte: Revista de Educação Física (do Exército), n. 40, jul. 1938.

As novas orientações com relação ao uniforme foram estendidas, também, aos alunos das escolas do Estado, de ambos os sexos. Para as meninas:

Blusa larga, de tecido branco, liso, sem mangas, com peitilhos abrindo para os lados. Bombacho, preto franzido, com elástico acima dos joelhos e na cintura, abotoado na blusa por seis botões brancos. Meias e sapatos tipo esporte, brancos (ESCOLA DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 3 de julho, 1934).

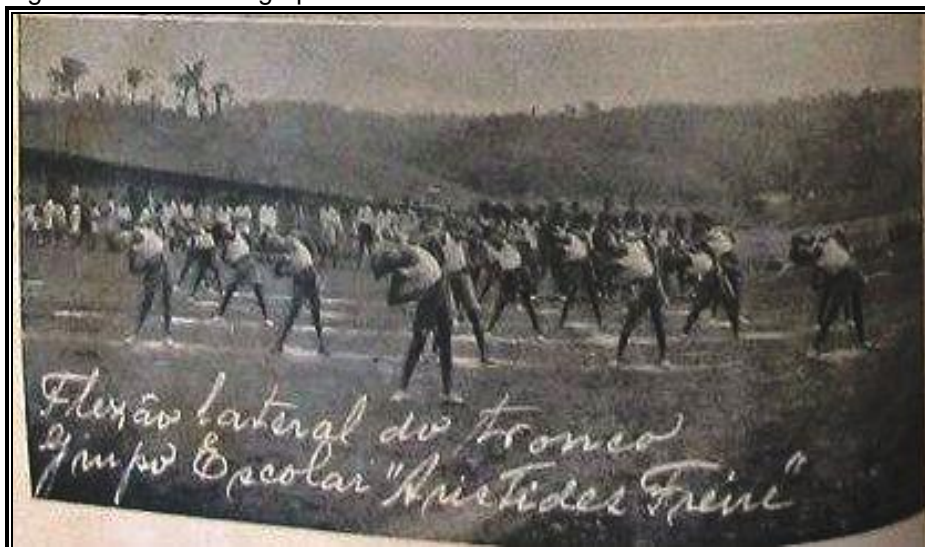
Os meninos, por sua vez, deveriam usar %Camisa de meia, branca, de algodão, sem mangas. Calção azul, acima do joelho, com elástico na cintura, ou calça curta, azul marinho, com cinto elástico. Sapatos de tênis brancos+(ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 3 DE JULHO 1934).

Figura 7 . Alunas do grupo escolar Aristides Freire



Fonte: Revista de Educação 1936, n. 22.

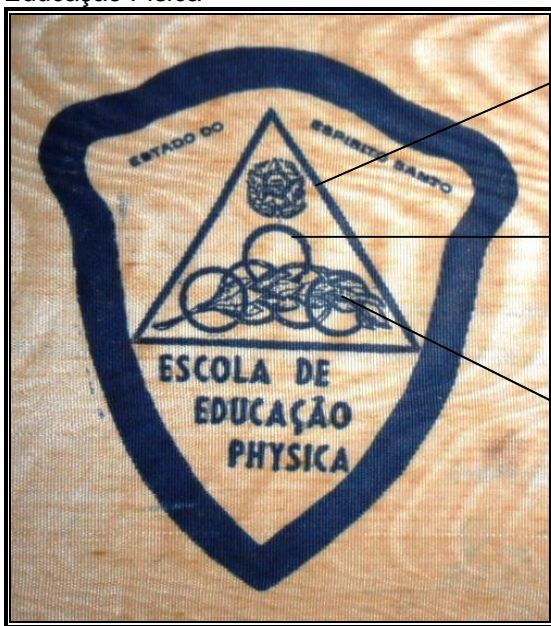
Figura 8 . Alunos do grupo escolar Aristides Freire



Fonte: Revista de Educação, 1936, n. 22.

Instrutores, professores e monitores diplomados pelo Curso Especial de Educação Física deveriam usar, em seu uniforme sobre o peito, ao centro da camisa, o escudo do Curso Especial de Educação Física (CEEF). De acordo com a análise do documento, as professoras também usariam, porém sobre o peito ao lado esquerdo. O escudo oficial do Curso Especial de Educação Física era formado por símbolos que expressavam cada um o seu significado (Figura 9):

Figura 9 . Escudo oficial do Curso de Educação Física



Triângulo Equilátero: as três faces da Educação Integral, a Educação Física, intelectual e moral (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934).

Argolas: o símbolo olímpico do pentatlo que sintetiza a perfeita harmonia das qualidades físicas e morais do atleta (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934).

Folha de Louro: o símbolo da vitória usado na corrida da maratona, representando o coroamento da Educação Física desportiva e atlética (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934).

Fonte: Arquivo pessoal de Aloyr Queiroz de Araújo, encontrado no Departamento de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (1944).

A representação do escudo no uniforme de professores e professoras revela um dos objetivos almejados pela Escola de Educação Física: dar visibilidade à instituição formadora a fim de gerar autenticidade do curso perante a sociedade, e também possibilitar a identificação dos professores com a instituição de formação.

Além da obrigatoriedade do uniforme, a rigidez na frequência diária dos alunos nos cursos oferecidos pela EEF-ES e o sistema de avaliação ao qual eram submetidos os futuros professores, constituíam assuntos frequentemente tratados nos boletins diários produzidos pela Instituição.

4.4 DA FREQUÊNCIA NO CURSO E DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Como estratégia para evitar que os alunos deixassem de assistir às aulas diariamente, a frequência dos alunos era dotada de extrema vigilância. A fiscalização funcionava por meio de um sistema que controlava as faltas dos alunos mediante pontuações. O processo ocorria da seguinte maneira: a falta do aluno seguida de justificativa acarretava um ponto na sua ficha, já a falta sem justificativa correspondia a três pontos. Esse controle por pontos tinha o propósito de evitar as faltas dos alunos nas aulas, uma vez que seriam afastados do curso aqueles que alcançassem 20 pontos. Dentro das normas estabelecidas, havia uma exceção para os alunos que faltassem por motivo de doença ou acidente e que tivessem obtido média de cinco ou mais nos trabalhos. Nesses casos, o desligamento se efetuariaria apenas se somassem 30 pontos (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 15).

O sistema de avaliação aplicado aos futuros professores e monitores de Educação Física ocorria por meio de provas. Há registro de que, no dia 31 de dezembro de 1931, foi aplicada a primeira prova de Higiene desse curso, estruturada a partir das respectivas questões e pontuações:

1º Que visamos com a Educação Sanitária? . 3 pontos.

2º No ponto de vista da Educação da Saúde, como se deve comportar o educador em face de: a) um educando com idade de 6 anos; b) um educando com idade de 14 anos . 4 pontos.

3º Quaes as principaes praticas da Puericultura (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 15).

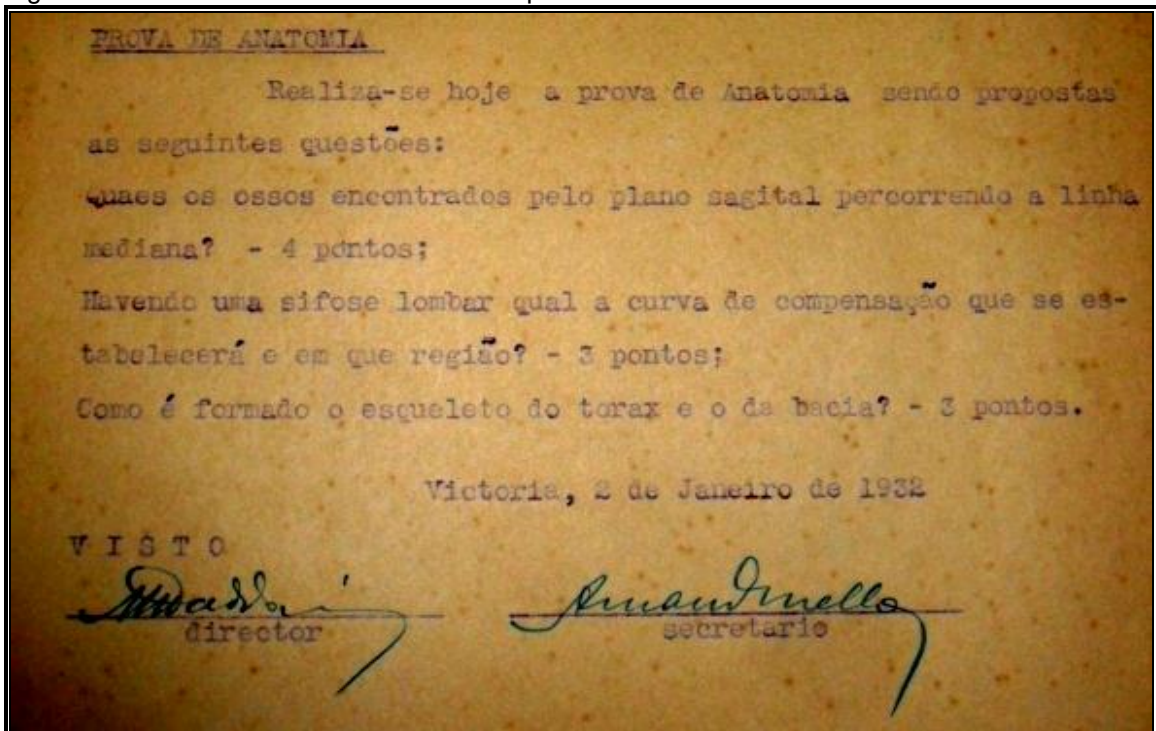
Verifica-se, na avaliação, a preocupação com a educação ~~higiênica~~ higiênica do indivíduo desde a sua infância até a adolescência, fato correspondente às ideias difundidas pelo governo capixaba que, na década de 1930, iniciou um projeto de reeducação da população para a formação de cidadãos disciplinados, segundo prescrições nacionalmente difundidas.

Assim, educar o capixaba para constituí-lo como cidadão disciplinado foi preocupação central do projeto político que afirmou-se em 1930 e consolidou-se no Estado Novo. Desse modo, a escola assumiu uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão. Por outro lado, as questões educacionais apareceram vinculadas à temática do saneamento e

da higiene. Quando Punaro Bley priorizou saúde e educação como núcleos de sua intervenção estratégica, não estava fazendo nada mais do que a tentativa de viabilizar, no Espírito Santo, o programa da Aliança Liberal que levou Vargas ao poder (MENDONÇA, 2010, p. 187).

Destaca-se também a prova de Anatomia, aplicada no dia 2 de janeiro de 1932. A Figura 10 indica as questões abordadas com suas respectivas pontuações.

Figura 10 . Prova de Anatomia do Curso Especial de 1931



Fonte: Curso de Educação Physica, 1931. Pasta n. 4, caixa 32. Disponível no arquivo do CEFD-UFES.

A partir de uma primeira análise da prova de Anatomia, é possível presumir que elementos puramente técnicos eram abordados no programa da disciplina. Ao que parece, não havia adaptação específica para a formação de futuros educadores, uma vez que as questões sugeridas comporiam a avaliação de profissionais da área médica. O teor das questões era meramente descritivo, aparentemente sem discussões acerca de eventuais profilaxias e cuidados inerentes à prática educativa corporal.

Atinente ainda às avaliações, a apreciação da prova de Fisiologia, realizada no dia 7 de janeiro de 1931, indica apenas duas questões gerais: a primeira referente a um movimento evolutivo da célula até o organismo, retrata o tom essencialmente

descritivo . característico das disciplinas de Anatomia e Fisiologia; a segunda questão possuía caráter inerente à formação do profissional do magistério, visto que abordava a concepção funcional da educação infantil (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931). As autoras Arce e Simão (2007, p. 40) conceituam Educação Funcional da seguinte maneira: “[...] seria um processo interno ou endógeno, através do qual a criança se exercita, instrui, se constituindo assim, em pessoa autônoma”.

Seguindo com as avaliações, no dia 11 de janeiro de 1932, realizou-se a prova de Pedagogia. A avaliação foi dividida em três grupos com três questões em cada um.

1º grupo - 1ª questão - Considerações sobre a educação physica elementar . 15 linhas.

2ª questão - Qual o fim dos flexionamentos de 2ª categoria? . 5 linhas.

3ª questão - De que qualidade depende a dextreza? . 2 linhas.

2º grupo - 1ª questão - Considerações sobre a Educação Physica secundaria . 15 linhas.

2ª questão - Qual o fim dos flexionamentos de 2ª categoria? . 5 linhas.

3ª questão - Qual a diferença entre flexionamentos e exercícios educativos . 2 linhas.

3º grupo - 1ª questão - Considerações sobre a educação Physica feminina . 15 linhas.

2ª questão . Por que somente os jogos não podem constituir um methodo completo de desenvolvimento? . 5 linhas.

3ª questão . Quantas e quaes são as famílias das applicações? . 2 linhas (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 22).

Mediante as questões propostas, compreende-se que a preocupação com a formação oferecida pela Escola de Educação Física, em seu primeiro Curso Especial, estava pautada basicamente no conhecimento das funcionalidades humanas. Desse modo, o perfil do professorado que se pretendia formar estava atrelado ao conhecimento das funções referentes ao organismo humano em todas as suas faixas etárias, a fim de se obter um cidadão saudável e fisiologicamente apto.

Informações apontam a realização da prova de Socorros Urgentes, realizada no dia 13 de janeiro de 1932, porém a estrutura dessa avaliação não foi encontrada nos documentos. Dessa forma, levanta-se a hipótese de que a prova possa ter sido composta por atividades práticas de primeiros socorros aprendidas em aula.

4.5 O MÉTODO FRANCÊS E SUA ADOÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Informações a respeito do funcionamento do Curso Especial de Educação Física eram diariamente publicadas pelo DEF-ES. Dentre as publicações, foram encontradas as fundamentações teóricas utilizadas pelo corpo docente do curso, baseadas nos seguintes títulos:

2 exemplares do Règlement general de l'éducation Physique (methode française). 1 exemplar do Manuel pratique de Kinesitherapie (F. Weterwald et E. Zander Jr.). 1 exemplar de L'Avie par La Stade (Dr. A. Ehooris). 1 exemplar de La Cours á pied (Dr. Bellin de Conteau). 1 exemplar de Educação Physica Feminina (Orlando Rangel Sobrinho). 1 exemplar do Mécánisme et Education des Mouvements (Georges Demeny), [...] livro História da Educação Physica, dos tenentes do exército Laurentino L. Bonorino, Antônio de Mendonça, Molina e Carlos Marciano de Medeiros (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1932, boletins diários n. 21 e 26).

O documento aponta que, dentre os livros indicados para o curso, apenas dois eram de autoria nacional: *Educação Physica Feminina*, de Orlando Rangel Sobrinho, e *História da Educação Physica*, dos tenentes Laurentino Lopes Bonorino, Antônio de Mendonça Molina e Carlos Marciano de Medeiros.

Dentre as publicações, é possível notar o Regulamento Geral da Educação Física, documento baseado na tradução do Método Francês, empregado como método oficial no Brasil, e, conseqüentemente, no Espírito Santo.

Uma melhor dimensão sobre o Método Francês que direcionava a Educação Física daqueles tempos é encontrada na obra de Jandira Guidini Sanches ([19 - -]). Segundo a autora: "Educar é desenvolver tôdas as qualidades dum- ser . ou seja, as qualidades físicas, intelectuais e morais do homem+(p. 2). Complementa ainda que a educação é o fio condutor do desenvolvimento de tais qualidades.

Ao comentar sobre o método francês, Sanches ([19 - -]) descreve as razões pelas quais ele foi adotado em terras brasileiras:

Utilitário, científico, econômico, variado, racional e simples, deixava prevêr uma aceitação relativamente fácil, razão pela qual foi indicado para a educação física da nossa gente, após ter sido pacientemente estudado, praticado e analisado pela Escola de Educação Física do Exército (p. 4).

Elaborado por oficiais da Escola de Joinville Le-Pont¹⁴ em 1852 e trazido para o Brasil em 1907, esse método foi difundido por todo o País devido às suas particularidades que atendiam às pretensões das formas de governo que se instauravam naquele momento.

Rico de tradições do passado e assentado em bases precisas, o Método Francês constitui um patrimônio cultural brasileiro, pois sua difusão, mais do que na própria França, tem fornecido, através do tempo, precioso equipamento de trabalho aos professores da nossa terra (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969, p.1).

Segundo Goellner (1992), o Método Francês chegou ao Brasil em 1907 por meio da chamada Missão Militar Francesa, contratada para instruir o Exército no Estado de São Paulo. A autora afirma ainda que, introduzido no Brasil no início do século XX, o método se alastrou pelas instituições militares e também pelas instituições civis [p. 126] chegando ao ponto de ser reconhecido oficialmente como a diretriz de trabalho da Educação Física, na tentativa de uniformizá-la (GOELLNER, 1992, p.126).

Para a autora, após ter sido estudado e praticado pela Escola de Educação Física do Exército, o método ganhou espaço no Brasil. Assim com o Decreto n°. 1.366, de 26 de junho de 1931, [p. 2] fica adoptado nos estabelecimentos estaduais de ensino o methodo francez de educação physica+ (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931, p. 2).

Para Goellner (1992), apesar de o método ter sido introduzido no Brasil em 1907, esse modelo foi amplamente difundido apenas nas décadas de 1920 e 1930, principalmente no Governo de Getúlio Vargas, no qual se iniciava uma política econômica impulsionada pelo crescimento das indústrias e do mercado do café.

¹⁴ A Escola de Educação Física de Joinville-le-Pont, em Paris, na França, por mais de 100 anos, foi o laboratório da Educação Física em todo o mundo (PUBLIO, 1998).

Uma das normas determinadas pelo Método Francês era a aplicação das atividades de acordo com o grupo etário a que o indivíduo pertencesse, conforme o modelo que segue:

- a- A educação física elementar (pré - pubertária) destinada às crianças de 4 a 13 anos, mais ou menos.
- b- A educação física secundária (pubertária e pós - pubertária) objetivando os indivíduos de 13 a 18 anos.
- c- A educação física superior (desportiva) destinada aos jovens admitidos a este grau e que podem realizar os exercícios intensos até o declínio de suas possibilidades (30 a 35 anos).
- d- A educação física feminina.
- e- As adaptações profissionais.
- f- A ginástica de conservação para a idade madura (após 35 anos). (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969, p. 1-2).

O manual ressalta ainda que os limites apresentados são apenas indicações, pois mais importante do que formar grupos pela idade seria observar o estado fisiológico dos indivíduos a fim de oportunizar a formação de grupos homogêneos. Uma das etapas do referido método apresenta uma questão já analisada no início deste capítulo, a exigência da idade inferior a 35 anos para o ingresso do aluno no Curso Especial de Educação Física. Informações publicadas no plano geral do Método Francês apontam que pessoas acima de 35 anos não possuíam capacidade para a prática de exercícios intensos, implicando a não aceitação no curso de professores, de indivíduos que se encontrassem acima da faixa etária determinada (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969).

As qualidades visadas pelo método eram agrupadas por famílias que constituíam saúde, força, resistência, destreza, têmpera de caráter e harmonia das formas. Para alcançar os objetivos, o método priorizava as seguintes formas de trabalho: jogos, flexionamentos, exercícios educativos, exercícios mímicos, aplicações, desportos individuais e desportos coletivos. Segundo Sanches ([19- -]), as atividades propostas pelo método eram organizadas em forma de lições de Educação Física, que compreendiam três partes: a sessão preparatória, a lição propriamente dita, e a volta à calma+(p. 5).

Cada fase da lição apresentava uma particularidade com objetivos determinados. A fase preparatória destinava-se a preparar e adaptar o organismo para atividades

mais intensas que incluem evoluções e flexionamentos de braços, pernas e tronco. Já a lição propriamente dita reunia exercícios desenvolvidos numa ordem lógica de esforço, permitindo a sua realização abrangendo %a.] alternância, continuidade, atração e disciplina+ (p.5). Compunham essa fase os exercícios de %a.] marchar, trepar, saltar levantar e transportar, correr, lançar e atacar e defender+ (p. 5). É importante evidenciar que esses movimentos eram executados mediante as particularidades de cada ciclo. A ordem dos exercícios poderia ser alterada de acordo com as características objetivadas pela lição, ou seja, exercícios muito intensos não deveriam ser executados ao final da lição propriamente dita, pois estariam muito próximos da etapa de volta à calma, detalhada a seguir.

A terceira parte da lição era denominada %volta à calma+, pois era responsável pela diminuição do ritmo acelerado dos órgãos vitais, adquirido durante os exercícios intensos. Esse momento caracterizava-se pela execução de exercícios respiratórios por meio da marcha lenta, nos quais os resultados eram observados na marcha seguida de canto ou assobio.

Dessa forma, segundo o método em questão, as lições de Educação Física eram organizadas por etapas cuidadosamente planejadas e com objetivos concretos, devendo: %a.] ser contínua, alternada, graduada, atraente e disciplinada+. Segundo Sanches ([19 - -]), as lições desenvolvidas de maneira correta preparariam os alunos: %a.] para as outras atividades escolares, podendo se dirigir para as suas salas de aula em ótimas condições físicas e com boa disposição para o estudo+ (p. 5).

O método aponta ainda que, para a constituição da lição, o professor deveria se ater a algumas questões, por exemplo: a idade, o estado fisiológico e físico do indivíduo, a duração da aula, o grau de treinamento da escola, a estrutura material disponível, as condições atmosféricas e climáticas, os objetivos que se desejavam alcançar, fisiológicos, econômicos ou estéticos (SANCHES, [19 - -]).

O planejamento das atividades na forma de lição era parte integrante do método. Para a organização dos dados produzidos pela aplicação da lição, eram confeccionadas fichas que seriam preenchidas com as seguintes informações: ciclo

(infantil, elementar ou secundário), dia, local, duração, uniforme determinado, os materiais e o regime da lição (sessão preparatória, lição propriamente dita e volta à calma). As figuras a seguir apresentam modelos de Lição de Educação Física publicados na Revista de Educação Física do (Exército), no ano de 1934.

Figura 11 . Lição de Educação Física

31

LIÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ciclo 9 a 11 anos – 3.º grau do ciclo elementar

| FIM A ATINGIR | PROGRAMA DE EXERCÍCIOS | REGIME DA LIÇÃO |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> — Contribuir para assegurar a saúde. — Desenvolver normalmente as funções orgânicas e particularmente a função respiratória. — Desenvolver harmoniosamente o organismo — Contribuir para desenvolver as faculdades cerebrais. — Combater as más atitudes. | <ul style="list-style-type: none"> — Flexionamentos e exercícios educativos simples, feitos à comando ou à imitação do instrutor. — Exercícios mímicos — Pequenos jogos — Flexionamentos da caixa torácica. | <ul style="list-style-type: none"> 1.º — Sessão preparatória normal. 2.º — Lição propriamente dita. — Um exercício educativo ou — Um exercício mimico por família. — Dois pequenos jogos. 3.º — Volta à calma. |

1.º — SESSÃO PREPARATORIA

DURAÇÃO 4' a 5'

1.º — **Marcha serpentina** — Os alunos colocados em coluna por um seguem o chete de fila que faz descrever sinuosidades semelhantes à progressão da serpente.

2.º — **ELEVAÇÃO DOS BRAÇOS**
(Diferentes planos)



Elevar os braços estendidos horizontalmente sucessivamente nos planos da frente, oblíquo e lateral; as mãos permanecem sempre no plano de execução.
RITIMO — 8 movimentos por minuto.
REPETIÇÃO — Mínimo 5, Máximo 10.

3.º — **FLEXÃO E EXTENSÃO DAS PERNAS, JOELHOS AFASTADOS**



Elevar-se sobre a ponta dos pés, flexionar as pernas joelhos afastados, depois sem marcar tempo de parada, estender as pernas endireitando todo corpo; tornar à posição de partida.
RITIMO — 10 movimentos por minuto.
REPETIÇÃO — Mínimos, 7 Máximo 14.

4.º — **FLEXÃO E EXTENSÃO DO TRONCO**



Flexionar para frente o mais possível a cabeça e o tronco, pernas estendidas, ombros caídos, braços caídos naturalmente, depois endireitar o corpo o mais possível, o tronco e a cabeça em extensão, ombros levados para trás, os braços segundo o movimento dos ombros.
RITIMO — 6 movimentos por minutos.
REPETIÇÃO — Mínimo 6, Máximo 12.

5.º — **AFASTAMENTO PARA FRENTE COM ROTAÇÃO DO TRONCO E ELEVAÇÃO LATERAL DOS BRAÇOS**




Levar a perna esquerda estendida para frente voltando o tronco e a cabeça para o lado da perna avançada e elevando lateralmente os braços; desfazer o movimento voltando à posição fundamental, e executar o mesmo movimento à direita.
RITIMO — 8 movimentos por minuto.
REPETIÇÃO — Mínimo 6, Máximo 12.

Fonte: Revista de Educação Física (do Exército) n. 7, 1933.

Figura 12 . Lição de Educação Física.


32

6. — ELEVÇÃO LATERAL DOS BRACOS DEPOIS FLEXÃO DOS ANTE-BRACOS SENDO UM NO PLANO HORIZONTAL E OUTRO NO PLANO VERTICAL



Elevant os braços estendidos lateralmente, palma da mão esquerda (direita) voltada para baixo, palma da mão direita (esquerda) voltada para cima; flexionar o ante-braço esquerdo (direito) no plano horizontal e o ante-braço direito (esquerdo) no plano vertical; estender os braços à posição lateral, palma da mão direita (esquerda), voltada para cima e tornar à posição de partida. REPETIÇÃO — Mínimo 6, Máximo 12.


7. — FLEXIONAMENTO DA CAIXA TORÁCICA COM ELEVÇÃO DOS BRACOS ESTENDIDOS



Fazer uma expiração levando os ombros para frente, braços caindo naturalmente diante do corpo; inspirar elevando lateralmente os braços estendidos até à posição vertical, palmas das mãos voltadas para o exterior; expirar abaixando naturalmente os braços. REPETIÇÃO — Mínimo 3, Máximo 5.


LIÇÃO PROPRIAMENTE DITA
DURAÇÃO — 14' ou 17'30"

8. — O QUADRUPEDE




Os alunos, em linha, se põem de 4 pés, mãos e pés no sólo, e progridem imitando a marcha de um quadrúpede.

9. — SUSPENSÃO ALONGADA



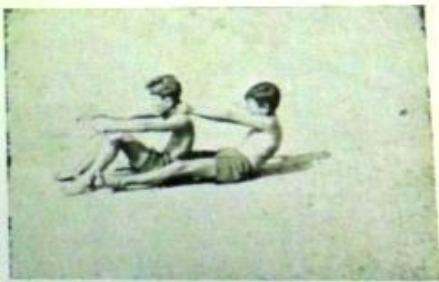
O corpo caindo naturalmente é suspenso pelas mãos em uma ou duas barras; os pés juntos e em ligeira extensão. (Eadireita a coluna vertebral — Amplia o torax).

10. — SALTO NA CORDA



Executar sem variar a cadencia, salto no mesmo lugar apoiando alternadamente os pés ou sobre os pés unidos.

11. — OS REMADORES



Os meninos são colocados em coluna por um. Ao sinal do instrutor, eles se sentam no sólo, pernas afastadas, serrando sobre o chefe de fila e colocando as mãos sobre os ombros do menino que se acha na frente. Depois, fazendo tração pelos braços eles executam uma extensão do tronco para tornar em seguida à flexão e continuar assim.

Fonte: *Revista de Educação Física* (do Exército), n. 7, 1933.

Figura 13 . Lição de Educação Física

12 — ELEVACÃO ALTERNATIVA DOS JOELHOS



Elevar alternativamente os joelhos sem sair do mesmo lugar, a perna de impulsão estendida, os pés em extensão, o tronco ligeiramente inclinado para frente, as mãos nos quadris ou os braços semi-flexionados balançando naturalmente.

Aumentar progressivamente a amplitude e a velocidade do movimento para tornar em seguida á cadencia do início.

13 — MOINHO DE VENTO




Os meninos colocados em linha ou em círculo executam uma circundação alternativa dos braços de frente para trás, e de trás para frente, imitando assim as azas do moinho de vento.

O sentido de circundação é fixado pelo instrutor.

Fonte: *Revista de Educação Física* (do Exército), n. 7, 1933.

Figura 14 . Lição de Educação Física

14 — RESISTENCIA A' FLEXÃO DOS ANTE-BRAÇOS



O aluno n.º 1 — Afastamento para frente braços ao longo do corpo, mãos em suspensão, punhos fechados.

O aluno n.º 2 — Na frente do n.º 1, afastamento em lateral coloca as mãos sobre os punhos do n.º 1 com os dedos para o interior.

O aluno n.º 1 executa uma flexão de ante-braço; o n.º 2 resiste, depois êle continua sua tração para conduzir os braços do n.º 1 a posição de partida.

VOLTA A' CALMA

DURAÇÃO — 2' a 2'30

- 1.º — Marcha lenta com exercicios respiratorios.
- 2.º — Marcha em canto ou assovio.
- 3.º — Exercicios de ordem:
 - Marcha.
 - Voltas á direita e esquerda.
 - Paradas e rompimento de marcha.

Fonte: *Revista de Educação Física* (do Exército), n. 7, 1933.

A análise das imagens revela o caráter técnico das lições, o que também pode ser observado nas finalidades dos exercícios, que consistiam em:

Contribuir para assegurar a saúde; desenvolver normalmente as funções orgânicas e particularmente a função respiratória; desenvolver harmoniosamente o organismo; contribuir para desenvolver as faculdades cerebrais, combater as más atitudes (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DO EXÉRCITO), n. 7, 1933, p. 31).

Os exercícios contemplados na lição juntamente com os objetivos traçados por seus autores aludem ao modelo de cidadão que se pretendia formar: uma criança com as potencialidades fisiológicas bem desenvolvidas. Além disso, dentre os objetivos, uma pequena menção referente à educação comportamental é notada. Percebe-se que as atividades preconizadas pelo método remetiam ao desenvolvimento físico-fisiológico do sujeito, uma vez que exercícios envolvendo o movimento corporal e a respiração eram privilegiados.

No Espírito Santo, o Método Francês foi adotado como método oficial desde a criação do Departamento de Educação Física. Em tese apresentada no I Congresso Nacional de Educação Física, realizado no Paraná, em 1953, Aloyr Queiroz de Araújo expõe comentários a respeito da adoção do Método Francês no Espírito Santo. De acordo com Araújo, as orientações advindas desse método teriam sido as mais acertadas para o povo capixaba, uma vez que até aquele momento não havia chegado ao conhecimento dos dirigentes da Educação Física no Espírito Santo um método positivo, científico e seguro quanto aquele+ (ARAÚJO, 1953, p. 23).

O autor afirma ainda que, apesar das bases fisiológicas e a maneira de se organizar os grupamentos dos alunos tornarem o método adequado para o povo capixaba, a rigidez com que era aplicado nas escolas impedia qualquer iniciativa do professor, tornando-o dependente do método.

Entretanto, tal orientação, se de um lado trouxe aquela desvantagem, de outro foi útil, porque criou unidade de doutrina na educação física. Para nós que tivemos a oportunidade de freqüentar os primeiros cursos de especialização da educação física no Brasil a impressão que tínhamos era a de que qualquer atividade física realizada fora do método francês era condenada, muito embora não tivéssemos conhecimento de qualquer experiência feita com outros métodos de suas vantagens e inconveniências e de sua adaptação ou não ao nosso povo (ARAÚJO, 1953, p. 28-29).

De acordo com Araújo, a escolha do Método Francês, naquele momento pareceu acertada. No entanto, nas palavras do próprio professor, “[...] nenhuma outra preocupação e esforço foi realizado no sentido de examinar o lado bom de outros métodos existentes” (p. 29).

Há indícios de que, em 1912, foram desenvolvidos exercícios físicos escolarizados orientados pelo Método Sueco na Escola Normal Pedro II. Tal informação sugere a existência de outras orientações metodológicas para a prática de exercícios ginásticos no Estado antes da adoção do Método Francês.

Figura 15: Grupo de alunas da Escola Normal Pedro II em exercício de ginástica sueca em 1912



Fonte: Acervo do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Documentos apontam que foram entregues aos alunos matriculados na EEF-ES o Regulamento Geral da Educação Física, documento baseado na tradução no Método Francês (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, n. 29, 1933). A informação

constitui mais um indício da utilização desse método pelos dirigentes do Departamento de Educação Física do Espírito Santo.

Uma informação observada em um dos boletins publicados em 1933 aponta o professor Aloyr Queiroz de Araújo como auxiliar do ensino prático e do gabinete médico da sessão masculina. A escolha de Araújo para o cargo de auxiliar chamou a atenção, uma vez que, como professor recém - formado no Curso Especial de 1932, já assumira um cargo no Departamento de Educação Física do Espírito Santo (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, boletim n. 1, 1933).

Indícios apontam que, de alguma maneira, professores e professoras egressos do Curso Especial de Educação Física (CEEF) foram incentivados a frequentar diariamente o curso. Segundo informações encontradas em boletins publicados em 1933, eram oferecidos passes escolares com até 50% de desconto para os alunos matriculados e que requeressem tal benefício (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, boletim n. 2, 1933). A medida empreendida aponta uma possível estratégia para assegurar a frequência diária no curso, considerada de caráter obrigatório pelo DEF-ES.

Nas orientações para a elaboração dos programas do curso de professores oferecido pelo DEF-ES em outubro de 1933, o diretor-técnico tenente Horácio Cândido Gonçalves aponta que para bem direcionar a obra da Educação Física, os professores deveriam conhecer o organismo humano, bem como o seu funcionamento. Afirma ainda que, “[...] para manter o controle dos seus processos, a Educação Física moderna deveria buscar elementos na antropometria para a determinação do valor psicossomático do indivíduo, e na biotipologia e na estatística para classificá-los” (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1933). As palavras do diretor-técnico retratam as intenções que fundamentavam as orientações disseminadas pelo curso: formar um professor conhecedor da constituição do organismo humano, bem como do seu funcionamento. Mais do que aplicar, o novo professor deveria aprimorar fisicamente os alunos para que sentissem os resultados da prática “[...] diária e metódica dos exercícios físicos” (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1933).

4.6 DA ESTRUTURA E ESPAÇOS RESERVADOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Entre os aspectos que atravessaram o Curso de Educação Física durante seus primeiros anos de funcionamento, destacam-se os espaços destinados à instalação do DEF-ES e CEEF. De acordo com Souza (2004, p. 36,) [a.] a Escola teve como sua primeira sede, até o ano de 1949, o Estádio Governador Bley, situado no bairro Jucutuquara, próximo ao centro da cidade. A autora faz referência às condições estruturais da escola afirmando que, para as disciplinas práticas, o espaço era satisfatório, já para as teóricas, obstáculos foram enfrentados pela [a.] falta de espaço físico e instalações (p. 36).

Os problemas relacionados com os espaços adequados motivaram a escola a solicitar ao Governo do Estado uma solução. Segundo Araújo (1964, p. 3), uma passagem importante da história da Educação Física, particularmente da Escola de Educação Física, caracteriza-se pelo

[...] esforço compreendido para dotá-la de sede própria. Com a doação do Estádio Governador Bley ao Rio Branco Atlético clube após examinadas diversas áreas, teve a escola a sua localização definitiva no bairro de Bento Ferreira, nos terrenos conquistados dos mangais.

Souza (2004) afirma que, em 1945, o estádio Governador Bley foi doado ao Rio Branco Atlético Clube. Com isso, a Escola de Educação Física passou a ministrar o Curso na Escola Técnica de Vitória, até que sua nova sede ficasse pronta.

Para receber o diploma de professor/a de Educação Física, os alunos deveriam produzir e apresentar a um Conselho de Professores um trabalho de fim de curso, que seria aprovado ou não de acordo com a avaliação de uma banca examinadora. Durante a investigação, foram encontradas publicações de alguns desses trabalhos pela Revista de Educação do Espírito Santo. Dentre os trabalhos, destaca-se o da professora Felisbina Pinheiro de Moraes, que apresentou como temática *A Ginástica respiratória, a base da Educação Física*.¹⁵ Esse trabalho foi avaliado com Distinção

¹⁵ Revista da Educação, Vitória, maio de 1934, n. 2, p. 24.

com louvor+. Felisbina Pinheiro de Moraes representou fundamental importância para a Educação Física Infantil capixaba, uma vez que ministrou essa disciplina no Jardim de Infância Ernestina Pessôa, uma importante instituição de educação infantil capixaba na década de 1930.

Outro trabalho digno de publicação foi produzido pela professora Celina Cardoso, com o título: *A dança e a ginástica rítmica na Educação Física Feminina*,¹⁶ também aprovado com %Distinção com Louvor+, e o de Maria Aparecida Nogueira com o título: *A Educação Physica como factor de progresso*,¹⁷ aprovado com %Distinção+. Todos os trabalhos foram publicados no ano de 1934. A visibilidade empregada aos trabalhos, com a publicação em revistas que circulavam em território nacional, constitui uma maneira de divulgação dos resultados obtidos pelo Curso Especial de Educação Física. Seria uma forma de apresentar para o País que o trabalho em prol da Educação Física no Espírito Santo estava produzindo bons resultados.

No ano de 1935, o curso foi instalado e destinado somente à formação de professores e não mais foi ministrado para monitores, como nos anos anteriores. %p.a.] foi instalado, nesta data, o 6º período lectivo do Curso de Professores, que funcionará de Março á Novembro do corrente anno, destinado somente á professores+(ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, boletim n. 1,1935).

Até o ano de 1934, os cursos tinham duração de quatro a cinco meses. Com as novas orientações, em 1935, esse período foi estendido para nove meses. Com relação à estrutura curricular do curso, houve algumas mudanças. Além de oferecer a formação de professores, a escola instalou, nesse ano, o Curso de Informações, destinado aos diretores dos grupos escolares e inspetores técnicos do ensino primário; e o Curso de Revisão, indicado para os professores e monitores formados nas turmas de 1931/32; 1932/33 e 1933/34 (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Boletim n. 1,1935). Além de formar novos professores, a Escola de Educação Física promoveria a atualização dos conhecimentos adquiridos pelos professores formados nos cursos anteriores.

¹⁶ Revista da Educação, Vitória, junho de 1934, n.3, p.13.

¹⁷ Revista da Educação, Vitória, dezembro de 1934, n. 9, p.16.

Como mencionado, a cada novo período iniciado pela EEF-ES, era entregue aos alunos o Regulamento Geral da Educação Física (baseado na tradução do Método Francês). Um dos boletins publicados em 1935 aponta que esse Regulamento não estaria mais disponível de forma gratuita, como havia acontecendo. Desse modo, os alunos que desejassem tê-lo deveriam retirá-lo na secretaria pelo valor de nove mil réis o volume (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Boletim, n. 41, 1935). A cobrança do referido material de ensino pode estar relacionada com as dificuldades financeiras expressas pelo Departamento. Souza (2004, p. 38) afirma que algumas medidas foram tomadas para minimizar as deficiências apresentadas por alguns setores da EEF-ES durante as décadas de 1930 e 1940, por exemplo, [p. 38] o caso da alteração do sistema de ingresso de novos alunos (as), apenas a cada dois anos, e não mais todo o ano, em função da insuficiência de meios materiais e humanos apropriados ao bom desenvolvimento das aulas+.

4.7 ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO . 1935-1947

De acordo com o art. 6º do Decreto de nº. 82, de 1935, a Escola de Educação Física passou a denominar-se Escola Superior de Educação Física, mantendo os cursos que se faziam necessários e que constavam no regulamento. O art. 10º do mesmo decreto estabelece ainda que toda movimentação do professorado de Educação Física seria feita pelo do Departamento de Educação e por proposta da Diretoria de Educação Física. O art. 12º afirma que, assim que o governo obtivesse melhores condições econômicas financeiras, providenciaria um local apropriado para o funcionamento da sede da Diretoria e da Escola Superior de Educação Física, com campo devidamente aparelhado para os seus trabalhos de ensino prático.

As transformações ocorridas no ano de 1935 pareciam indicar um maior desenvolvimento da escola nos próximos anos. Um decreto expedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em 1936, aponta diversas medidas tomadas com relação à Educação Física no Espírito Santo. Dentre elas, está a transformação da Inspeção de Educação Física em [p. 38] uma Diretoria diretamente subordinada ao Departamento de Educação+. Com essa nova

organização, professores, monitores e instrutores estariam subordinados às diretrizes técnico-pedagógicas da Diretoria da Educação Física que seria composta, além do Diretor, por um inspetor técnico, um secretário, 4º escriturário, protocolista-arquivista, porteiro, almoxarife, servente contínuo e, finalmente, por um zelador do material e servente do campo. Segundo o art. 5º, para a ocupação desses cargos, foram aproveitados os funcionários em exercício na antiga Inspeção de Educação Física (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, RECORTE DE JORNAL, 1935).

Os esforços lançados a favor do crescimento e fortalecimento da Escola de Educação Física e do desenvolvimento dessa prática nas escolas capixabas nem sempre foram vistos como positivos no Espírito Santo. Essa afirmação está pautada em um artigo¹⁸ publicado no ano de 1935, no *Jornal do Estado*. A publicação foi assinada por uma pessoa que se identifica como um mestre-escola.

De acordo com o artigo publicado, o ensino no Espírito Santo estava sendo reduzido pelo governador à sua forma mais simples. Referindo-se a João Punaro Bley, o mestre escola escreve: “[...] tendo formado o seu espírito na escola da força física, quer elle transformar o Espírito Santo em uma Sparta dos tempos antigos. Com um ar de indignação, afirma ainda: “Não tardará que o homenzinho abaixe um édito, obrigando a infancia a dormir ao relento, para temperar o organismo na resistência aos phenomenos [fenômenos] atmosféricos”. O autor comenta a respeito dos investimentos na área da Educação Física, apontando que estava visível aos olhos da população que a educação física era a preocupação máxima do governador. O texto versa ainda que as questões de inteligência não atraíam e nem interessavam ao governador. Como exemplo, o mestre escola aponta a aplicação das provas escolares, destacando que a primeira a ser aplicada teria sido a de Educação Física, na qual os alunos executaram saltos e corridas. Essa prova só existe no Espírito Santo do sr. Bley, mais em parte alguma. Outra crítica visualizada na matéria publicada faz menção ao número de professores disponíveis para atender a única escola normal naquele período no Estado, afirmando a existência de apenas um professor para ministrar matérias como: Aritmética, Álgebra e Geometria. Já para ministrar a Educação Física, existiam 12 professoras no Estado. Quanto a essa

¹⁸ Ver, no Anexo C, fragmentos do artigo publicado pelo *Jornal do Estado* no ano de 1935, assinado por um mestre escola.

diferença, o artigo expõe a seguinte expressão: “[...] uma verdadeira calamidade de educadoras do muque, espalhadas por toda a parte, para preparar as legiões de spartanas da capitania, porque não passamos de uma capitania com um capitão-mor e três ou quatro sub-mor”. O “mestre escola” afirma que as escolas de curso secundário estavam cheias desses profissionais que, segundo ele, em sua maioria, não davam aula.

E as críticas continuaram. Dois dias após a publicação do primeiro manifesto, o “mestre escola” publica outro artigo no qual expõe toda a sua insatisfação com o Serviço de Educação Física desenvolvido no Estado. Nas palavras do autor, o governador só se preocupava com a Educação Física, gastando uma fortuna inutilmente. “Não há Estado algum que mantenha em matéria de Educação Physica o aparato e a organização dispendiosa que se vê no Espírito Santo”. Críticas também foram lançadas ao que ele denomina de curso de aprendizagem, mantido na Capital. Segundo o artigo, o curso era uma calamidade, isso porque cerca de 15 professoras normalistas estavam matriculadas no curso com um vencimento mensal de 300\$00 (conto de réis) só para estudar, enquanto as professoras que ministravam aulas nas escolas rurais percebiam menos de 200\$00 (conto de réis). Outra crítica pontuada no artigo diz respeito ao ingresso no Curso de Educação Física. Nas palavras do “mestre escola”, só conseguiam matrícula no curso as “protegidas” que queriam ficar na Capital, sem trabalhar, apenas recebendo os 300\$00 mensais (RECORTE DO JORNAL DO ESTADO, 1935).

Dentre as fontes encontradas, o artigo citado se configurou como única referência negativa atrelada aos investimentos ligados à Educação Física no Estado do Espírito Santo. Não se sabe se as críticas surtiram algum efeito na organização desse serviço, porém é possível supor que, mesmo apregoada pelo governo como uma prática estritamente benéfica, para o “mestre escola” e, possivelmente, para simpatizantes dos seus argumentos, a Educação Física foi encarada como um agravante na educação capixaba.

No ano de 1936, há indícios de que o Curso de Educação Física para formação de professores não aconteceu. Essa afirmação está pautada inicialmente na informação a seguir:

Tenho a honra de passar ás mãos de V. Excia. as chaves dos prédios de nº4 da Rua Alberto Torres e nºs 19 e 21 (unidos internamente) da Rua Augusto Calmon, os quais devidamente adaptados serviram a esta Inspetoria da Educação Physica, inicialmente para sua sede e funcionamento do Curso Especial de Educação Physica e ultimamente, como almoxarifado e vestiários para secções masculina e feminina, do Curso de Professores da Escola de Educação Physica. Esta entrega é feita em virtude da desnecessidade de ficarem à disposição desta Inspetoria, por não estar funcionando neste exercício o Curso de Professores de Educação Physica (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1936, s.p.).

Outra pista que sustenta a não ocorrência do curso de professores foi observada no requerimento da Diretoria da Escola Normal Pedro II, o qual solicitava a devolução de um manequim anatômico emprestado à inspetoria desde outubro de 1933, acusando, como motivo do requerimento, que: “[...] no corrente anno, deixará de funcionar o Curso de Educação Physica+ (DIRETORIA DA ESCOLA PEDRO II, 1936).

De acordo com Silva (1996), devido à necessidade de regulamentação da Escola Superior de Educação Física, o curso permaneceu suspenso no período de 1936 a 1939, voltando a funcionar em abril de 1939, “[...] quando pelo Decreto nº 10.330, a Inspetoria e a Escola de Educação Física são regulamentadas+(p.157).

Em 16 de dezembro de 1939, encerrava-se o 7º período escolar do Curso de Professores de Educação Física iniciado em abril daquele ano. O plano de ensino do período letivo de 1939 teve como modelo o plano estabelecido em 1934. A análise do documento aponta que as maiores mudanças entre os planos de 1934 e 1939 dizem respeito à nomenclatura das disciplinas e à nomeação dos professores que as ministrariam. O documento indicia que poucas mudanças ocorreram na transição da EEF-ES para a ESEF-ES ocorrida em 1936, uma vez que muitas disciplinas permaneceram.

Em 1940, uma nota publicada no jornal A Gazeta confirma a assinatura do decreto que concedeu o reconhecimento do Curso Normal de Educação Física, regulamentando o seu funcionamento: “[...] Reconhecido o Curso Normal de Educação Física deste Estado [...] o Presidente Vargas assinou na Pasta da Educação, um decreto concedendo o reconhecimento do Curso Normal de Educação Física, com sede em Vitória+(RECORTE DO JORNAL AGAZETA, 1940, s. p.).

Com o reconhecimento do Curso Normal de Educação Física do Estado, os professores formados a partir de 1939 receberiam o título de Licenciados em Educação Física. Tal titulação possibilitava regalias que não eram oferecidas aos professores formados pelos Cursos Especiais proporcionados até então. Diante dessa situação, o interventor João Punaro Bley, em ofício, solicitou ao ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema a equiparação dos professores diplomados nos cursos anteriores a 1939, para que estes pudessem usufruir das mesmas regalias oferecidas aos diplomados a partir de 1940.

Para agravar a situação, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, os professores formados nos anos anteriores a 1939 seriam vetados de ministrar aulas de Educação Física [no.] em estabelecimentos oficiais de ensino secundário, normal, primário e pré-primário, no Estado [...] e o que resultaria na paralisação temporária das aulas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino. Essa medida foi tomada após a extensão da legislação Federal do Ensino Superior ao Curso Normal de Educação Física. Em resposta ao pedido do interventor, o presidente da República, Getúlio Vargas, decretou, por meio da Lei nº. 3.384, de 3 de julho de 1941, que:

Os alunos diplomados pelos cursos de educação física, oficiais, realizados no Estado do Espírito Santo, de 1931 a 1939, inclusive, gozaram das mesmas regalias dos licenciados em educação física de que trata o art. 32 do decreto-lei nº 1212, de 17 de abril de 1939 (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941, s. p.).

Segundo Silva (1996, p. 179), caso não fosse aceito o pedido de equiparação, os professores formados entre 1931 e 1939 só poderiam trabalhar com alunos do curso primário.

Na década de 1940, algumas modificações, no que diz respeito à Educação Física no Espírito Santo, foram executadas. A primeira orientação visualizada em um relatório confidencial assinado pelo Inspetor técnico da Educação Física Napoleão Freitas, indica mudanças no período de duração do curso de professores, que iniciou sua existência com três meses (1ª turma) e chegou a nove meses (última turma).

Essa modificação na duração do curso, conseqüentemente possibilitaria certa diferenciação na formação do professorado. Para amenizar ou solucionar esse aparente problema, o inspetor sugeriu, na época, a realização de um estágio na Escola de Educação Física por parte dos professores formados nas primeiras turmas. Dessa maneira, os professores teriam a oportunidade de atualizar seus conhecimentos e aprender novas maneiras de trabalhar a Educação Física nas escolas (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940).

Em 1940, pelo Decreto-Lei nº 12.290, foi criado o cargo de médico especializado no quadro do pessoal da Diretoria da Educação Física, o que indica a estreita relação da Medicina com essa área do conhecimento que, já em 1931, com a criação do DEF-ES, apresenta, em seu corpo docente, médicos que ministravam as disciplinas ligadas à saúde do corpo.

Para o ano de 1943, foram abertas as inscrições para o vestibular do Curso Normal de Educação Física. Segundo as instruções baixadas pela Portaria nº 488, de 21 de dezembro de 1939, do Departamento Nacional de Educação, eram exigidos os seguintes documentos para a inscrição:

[...] Certidão de nascimento, em original pela qual provém ter 18 anos (completos na data de inscrição ou por completar até 30 de junho) e menos de 30 anos de idade; diploma de normalista reconhecido pelos Estados ou pelo Distrito Federal; prova de identidade; atestado de bons antecedentes; atestado de vacina anti-variólica, recente; atestado de sanidade física e mental; 4 retratos 3x4 cms; recibo de pagamento da taxa de inscrição (Cr\$ 20,00) (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943).

De acordo com informações emitidas pelo diretor de Educação Física, Heitor Rossi Belache, somente dois alunos se inscreveram no vestibular para o ingresso no Curso Normal de Educação Física do ano de 1943. Segundo o próprio diretor, a ocorrência negativa pode ter sido resultado da exigência de que os candidatos tivessem diploma de normalistas, o que dificultava a inscrição, visto que essa categoria se encontrava limitadíssima entre os jovens, a quem o curso era destinado. A inscrição de apenas dois alunos causou certo constrangimento à Diretoria da Educação Física que enviou um ofício ao Secretário de Educação e Saúde do Estado solicitando ao

Departamento de Educação Nacional que não enviasse inspetor para fiscalização naquele ano.

Silva (1996, p. 181) afirma que, em 1944, [p.].] com a reorganização da Secretaria de Educação e Cultura, a Diretoria foi transformada em Serviço da Educação Física pelo decreto nº 15.774 de 15 de dezembro de 1944+. A autora aponta ainda que, entre os anos de 1940 e 1943, não houve o funcionamento dos Cursos na Escola de Educação Física.

Aos vinte e um dias do mês de maio de 1946, instalava-se o Curso Normal de Educação Física. Na ata da primeira reunião, estão fixadas as disciplinas e o corpo docente que atuaria naquele ano (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946). O que pode ser observado no Quadro 4:

Quadro 4: Descrição das disciplinas e organização do corpo docente no ano de 1946.

| Disciplinas teóricas | Professores | Disciplinas dadas em exercícios | Professores |
|--|-----------------------------------|--|----------------------------|
| Metodologia da Educação Física; Direção | Professor Aloyr Queiroz de Araújo | Educação Física Geral; Desportos Terrestres Coletivos (assistente) | Professor Adjine Gonçalves |
| Anatomia e Fisiologia humana; Socorros de Urgência | Dr. José Timotheo F. | Ginástica rítmica; Desportos Terrestres Individuais (sessão feminina); Desportos de Ataque e Defesa (assistente) | Professora Ana Rigoni. |
| Cinesiologia | Dr. Mário Tavares | Educação Física Geral (sessão masculina); Desportos terrestres Coletivos | Professor Audifax Barreto |
| Biometria | Dr. M. Carvalho Anchieta | Desportos de Ataque e Defesa; Desportos Terrestres Individuais (assistente) | Professor Emy Brandão |
| Fisioterapia-Higiene | Professor Léo Ribeiro | Desportos Aquáticos (masculino) | Raymundo Ângelo Filho. |
| Organização da Educação Física; História da Educação Física e Desportos | Adelaide Pases | Ginástica Rítmica; Acompanhamento ao piano | Izabel R. Valdes |

Fonte: Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

A partir das disciplinas oferecidas, é possível notar a presença dos desportos no programa do Curso Normal de Educação Física em suas diversas variações: coletivos, individuais, terrestres ou aquáticos. Em seus primeiros anos de funcionamento, o curso enfatizava as disciplinas referentes à higiene e saúde física do indivíduo. Dezesesseis anos mais tarde, nota-se a ocorrência de disciplinas ligadas

ao esporte, resultado da inclusão do Curso de Monitores Técnicos Esportivos entre os cursos oferecidos pela ESEF-ES que, segundo Silva (1996), decorreu do Decreto nº 15.555, instituído no dia 17 de maio de 1944.

4.8 DE VOLTA À ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESPÍRITO SANTO . 1947

Por meio do Decreto nº 9, de 12 de agosto de 1947, o governador do Espírito Santo regulamentou o Serviço de Educação Física. A partir desse decreto, a Escola Superior de Educação Física volta a denominar-se Escola de Educação Física. De acordo com o Serviço de Educação Física previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº.16.471, de 24 de fevereiro de 1947, o Serviço constitui [a.] um órgão técnico, especializado, diretamente subordinado à Secretaria da Educação e Cultura+. Dos fins desse serviço:

- a- Promover o ensino da educação física no Estado;
- b- Orientar e fiscalizar a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino pré-primário, primário, e secundário (normal ou profissional), mantidos pelo Estado ou equiparados;
- c- Estabelecer condições técnicas para a construção de extádios, campos de jógos, parques de recreação e outros locais destinados à práticas de exercícios físicos;
- d- Promover a mais ampla e intensa divulgação da prática da educação física, sob as suas diversas modalidades;
- e- Propor a aquisição de material necessário à pratica de educação física, e fixar a sua distribuição pelos estabelecimentos de ensino;
- f- Promover a construção de instalações para a prática da educação física nos estabelecimentos de Ensino mantidos pelo Estado;
- g- Incentivar a realização de conferências e publicações sobre assuntos gerais de educação física;
- h- Promover competições desportivas escolares (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, p. 3).

Com esse decreto a Escola Superior de Educação Física voltou a denominar-se Escola de Educação Física, segundo o art. 24:

A Escola de Educação Física, anexa ao Serviço, tendo por finalidade a habilitação de pessoal técnico para ministrar a educação física nos estabelecimentos estaduais de ensino, de qualquer categoria, funcionará, por anos letivos, quando o governo considerar necessário (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, p. 11).

O decreto previa, ainda, o incentivo às organizações desportivas escolares, regulamentando, por meio da Portaria n°.158, de 21 de agosto de 1947, o Conselho Desportivo Escolar, órgão responsável pela orientação dos desportos nos estabelecimentos de ensino do Estado, associando a prática dos desportos a um caráter educativo e social.

Figura 16 . Alunas formandas da turma da Escola de Educação Física em 1947



Fonte: Diário Oficial, sexta-feira 28, de novembro de 1947. Arquivo pessoal do professor Aloyr Queiroz de Araújo.

A crença nos benefícios promovidos pela prática dos desportos individuais e coletivos por parte das autoridades educacionais é visível nos documentos analisados. Em 1948, uma nota divulgada pela Diretoria Técnica, endereçada aos estudantes, expõe o seguinte texto: "Todo estudante deve ser um bom exemplo em matéria de esportividade e condenar sempre qualquer conduta anti-esportiva por parte de outros estudantes ou espectadores" (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948).

A partir dessa idéia, o documento dita dez orientações no que diz respeito ao espírito esportivo que os estudantes deveriam nutrir. Dentre eles, foram selecionados:

Lembrar que um estudante espectador representa sua Escola da mesma maneira que o faz o atleta em competição. Reconhecer que o bom nome da Escola é mais valioso que qualquer vitória por jogo desleal. Cooperar com as autoridades escolares de maneira a descobrir meios pelos quais estudantes e Escolas possam desenvolver e demonstrar sempre um espírito esportivo ideal (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948).

Silva (1996, p.185) afirma que, pela lei Federal nº 745, de 22 de junho de 1949, o Governo Federal designou a EEF-ES como sede de exames para a habilitação profissional de professores, médicos e técnicos especializados em Educação Física. De acordo com a autora, esses exames foram aplicados para os professores de Minas Gerais. A banca examinadora era composta por professores da EEF-ES.

A análise das fontes possibilitou a compreensão de que a Escola de Educação Física passou por diversas representações no que diz respeito à sua estrutura como estabelecimento de formação. As orientações metodológicas adotadas pela Escola de Educação Física basearam-se no Método Francês que, de acordo com o professor Aloyr Queiroz de Araújo, constitui-se como um método adequado às características do povo capixaba, apesar de ter sido instituído de maneira muito rígida nas escolas, não oferecendo espaço para a autonomia do professor durante o planejamento das aulas. Quanto ao sistema organizacional da EEF-ES, a frequência no curso era tratada como uma questão obrigatória. Foi instituído um sistema de pontos que, de acordo com as normas estabelecidas, poderia resultar no desligamento do aluno do curso.

Outra questão analisada diz respeito à determinação de uniformes específicos de acordo com o gênero em todos os níveis de ensino, com referência a professores e professoras, alunos e alunas escolares. O uso obrigatório de vestimentas específicas, além de evidenciar uma identificação com a instituição frequentada, sugere uma forma de caracterizar a Educação Física como uma disciplina diferenciada na vida dos cidadãos capixabas.

Diante dessas explicações, foi possível perceber que a Escola de Educação Física se constituiu como uma instituição organizada para atender a uma política nacionalmente instituída, que visava, por meio de seus idealizadores, à reeducação da população a partir de hábitos que possibilitassem a formação de uma sociedade capixaba repleta de cidadãos cientes dos preceitos ligados à educação e à saúde do corpo.

Após a análise dos processos que regeram a formação de professores de Educação Física no Espírito Santo, durante as décadas de 1930 e 1940, o capítulo seguinte evidencia os aspectos que tangenciaram as práticas desses profissionais nas escolas capixabas durante esse período, especificando o caso do Ginásio do Espírito Santo e no Jardim de Infância Ernestina Pessôa.

CAPÍTULO 5: O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS CAPIXABAS: ASPECTOS CONSTITUTIVOS

A análise das fontes possibilita algumas aproximações de práticas da Educação Física em escolas capixabas. Assim, a partir da análise de indícios encontrados em documentos e depoimentos sobre as manifestações ocorridas no passado, procurou-se tecer uma trama histórica sobre as aulas de Educação Física desenvolvidas nas escolas capixabas, nas décadas de 1930 e 1940.

De acordo com documentos datados da década de 1930, a Educação Física esteve presente no ensino primário e no ensino secundário do Espírito Santo, atendendo a crianças a partir dos quatro anos de idade. A análise está pautada nas informações encontradas em documentos referentes à Educação Física ministrada em escolas de diferentes níveis de ensino, como no caso do Jardim de Infância Ernestina Pessôa e no Ginásio do Espírito Santo.¹⁹ A escolha das referidas instituições justifica-se pela representatividade desses estabelecimentos de ensino nas décadas selecionadas para este estudo. Apesar disso, análises sobre a Educação Física em outras escolas capixabas também foram desenvolvidas.

A fim de conhecer os aspectos que tangenciaram as práticas de ensino da Educação Física nas escolas capixabas, foram enfatizadas questões como: as orientações determinadas para a prática no ambiente escolar, a disposição dos materiais de ensino necessários para o desenvolvimento dessa disciplina nas escolas, observando a operacionalidade e as estratégias utilizadas em sua aplicação, além de questões como frequência, participação em eventos, apresentações desportivas e horário das aulas. Alguns professores que atuaram nas escolas capixabas foram selecionados, destacando os que desenvolveram a docência no Ginásio do Espírito Santo e no Jardim de Infância Ernestina Pessôa, nas décadas de 1930 e 1940.

¹⁹ Ver mais informações no artigo escrito por Simões, Salim e Tavares (2009).

5.1 ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS CAPIXABAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

De modo geral, as diretrizes direcionadas para o ensino da Educação Física nas escolas capixabas, para o ano de 1933, partem do pressuposto de que a Educação Física [visava formar o educando para a vida adulta. No caso da Educação Física: a orientação do trabalho deve ser extremamente prática visando a formar personalidades independentes, capazes de se dirigir, tomar decisões, atuar convenientemente nas suas experiências de vida (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933, p.1).

As diretrizes, durante o ano de 1933, evidenciavam a finalidade educativa presente nos exercícios físicos. O documento aponta ainda o desenvolvimento físico e a manutenção e promoção da saúde, como alguns dos objetivos a serem alcançados pelo programa de Educação Física. O desenvolvimento das qualidades sociais, psíquicas e das naturalidades emocionais também fazia parte das orientações disseminadas pela disciplina naquele período. De maneira geral, os objetivos a serem alcançados com a prática das atividades físicas visavam, segundo as diretrizes, a dar oportunidade:

- a) Para o desenvolvimento da capacidade orgânica e qualidades como força, resistência, destreza, flexibilidade, coordenação motora, etc;
- b) Para o desenvolvimento da capacidade de organização, análise, julgamento, decisão, auto-domínio, e espírito de iniciativa;
- c) Para o exercício de qualidades sociais desejáveis como cooperação, confiança, cortezia, disciplina, espírito esportivo, respeito ao direito alheio e a liberdade individual, responsabilidade perante a si mesmo e aos outros;
- d) Para o aprimoramento de qualidades de caráter como sejam, honestidade, coragem, lealdade, altruísmo, etc.
- e) Para a aquisição de conhecimentos e habilidades em atividades físicas que possibilitem a utilização futura das horas de lazer (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933, p. 2).

Os documentos²⁰ prescrevem, ainda, as atividades que deveriam ser desenvolvidas em cada série do ensino.

²⁰ Ver, no Anexo D, o plano de ensino traçado pelas Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola, para o ano de 1933.

De acordo com os documentos e os depoimentos analisados, em grande parte das escolas capixabas, ouviam-se frequentes reclamações por parte dos professores, com relação aos pátios destinados a esse fim. Muitas vezes, as aulas eram suspensas. Um ofício encaminhado ao diretor da Escola Normal Pedro II pela professora Rita Tosi Quintaes²¹ refere-se a essa situação:

Na qualidade de encarregada da direcção dos trabalhos de Educação Physica, deste estabelecimento venho trazer ao conhecimento de V. Exa. Que não é mais possível ministrar esta disciplina no pateo desta escola, nas condições em que elle se encontra (OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO, 1936, s. p).

Ainda nesse ofício, a professora aponta que o principal impedimento para a prática dessa atividade seria o terreno que, ao ser pisoteado pelos alunos, levantava poeira em excesso, prejudicando a saúde dos discentes e dos professores. Reclamações de pais e professores atribuindo as moléstias entre os alunos ao excesso de poeira também eram frequentes (OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO, 1936, s.p).

O problema com a quantidade de poeira produzida pelos pátios no momento da execução de exercícios físicos também foi observado em relatórios expedidos pela Inspeção da Educação Física. Essas reclamações foram encaminhadas pelo inspetor-chefe Heitor Rossi Belache ao secretário de Educação e Saúde pública da época e expunham o seguinte pedido:

Visitando a Escola Normal Pedro II, e anexas para o fim de fiscalisar o serviço que me é affecto, verifiquei que o pátio de exercícios está coberto de forte camada de terra solta que desprende muita poeira durante as aulas de educação physica, poeira essa prejudicial aos escolares, especialmente pela sua absorpção nos exercícios respiratórios. Solicito-lhe, por isso, se digne V. Excia, pedir á secretaria da Agricultura, Terra e obras do Estado, que se sirva mandar retirar a referida terra e collocar algumas carroçadas de saibro fino que, estendido e amassado por um rolo compressor, fará desaparecer o inconveniente apontado (OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO, 1936, s.p.).

²¹ Uma das alunas diplomadas pelo Curso de Emergência oferecido pelo Departamento de Educação Física em 1931.

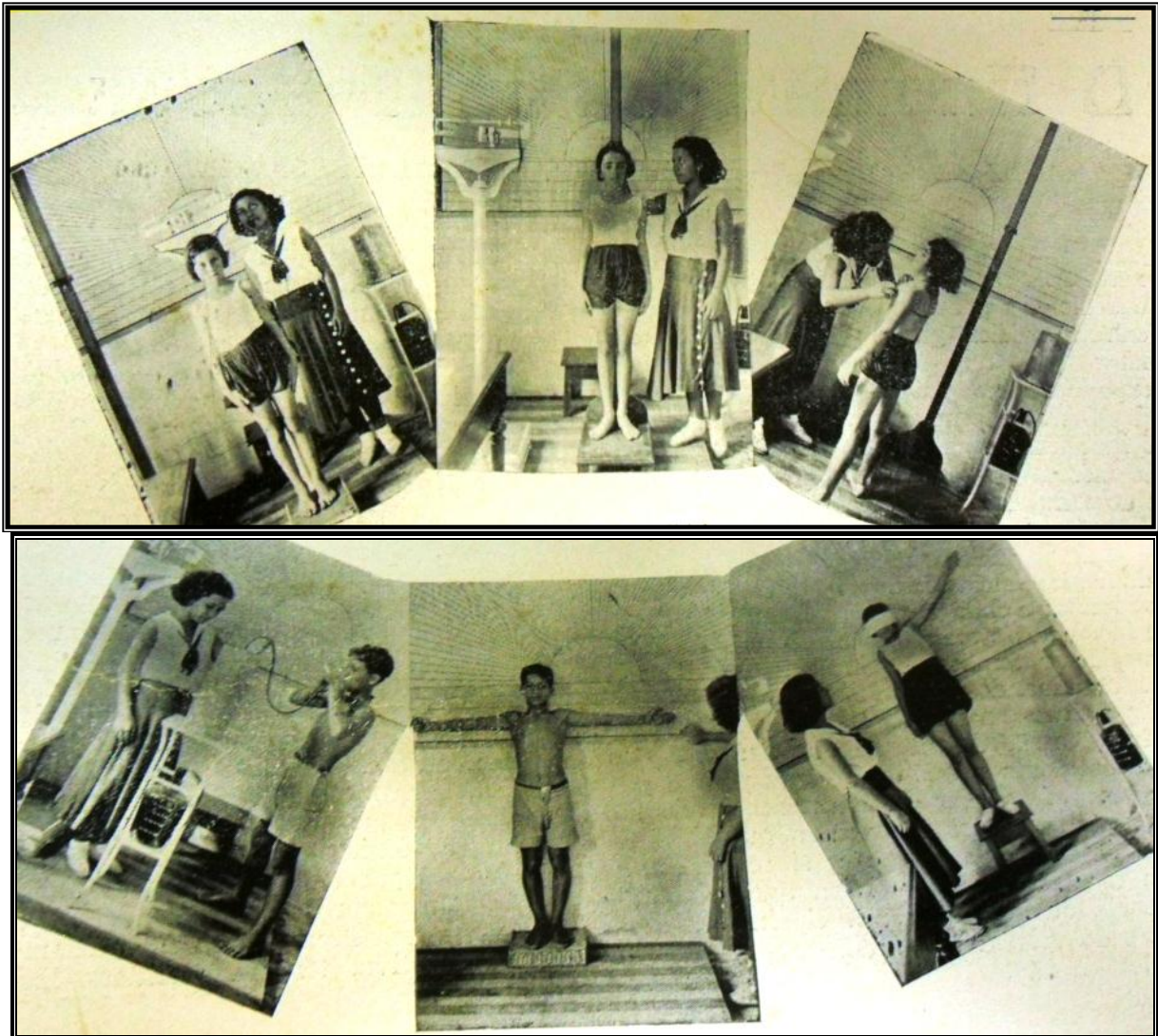
Os documentos apontam que muitas foram as solicitações de melhoramento dos espaços destinados à Educação Física nas escolas. Uma das medidas que nos chamou a atenção aparece no pedido enviado pelo diretor-geral do Grupo Escolar José Cupertino, que solicitou à Secretaria de Educação e Saúde Pública uma mangueira de borracha com comprimento de dez metros para a irrigação diária do pátio destinado aos exercícios físicos. Além disso, o diretor registrou uma reclamação quanto ao tamanho do terreno, afirmando ser reduzido e com propensão à formação de pó, tornando-se quase insuportável o desenvolvimento de qualquer prática naquele espaço (OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO, 1936).

Outros casos também foram encontrados, como o do Grupo Escolar Aristides Freire, onde as aulas foram suspensas no ano de 1937. O motivo da suspensão foi a situação da rua onde eram desenvolvidas as aulas de Educação Física que, segundo o documento, apresentava muito trânsito e poeira. Nesse mesmo ofício, foi solicitado também o melhoramento de aparelhos de campo.

Um das exigências para o desenvolvimento das aulas de Educação Física nas escolas era a realização dos exames antropométricos, aos quais os alunos deveriam ser submetidos ao início e ao final do ano letivo. Para Danailof (2005, p. 34), o exame constituía uma etapa que objetivava avaliar [a] a circunferência de diferentes membros, de peso, da altura, e da composição corporal. Toda essa vigilância com a situação corporal do aluno indicia uma preocupação com os resultados esperados com a prática da Educação Física na escola, durante o período escolar (Figura 17).

O gabinete antropométrico era composto por diversos materiais, por exemplo: fitas métricas metálicas; *medicine balls* de diferentes pesos (um até quatro quilos); pipetas de vidro; espirômetro de água; uma toesa para medir estatura e a altura de busto; balança com precisão; álcool; algodão; agulha; compassos de correção para medidas do nariz; compassos cefalométricos; compasso de espessura; dinamômetro manual (adulto); dispositivo para medida da força lombar; dispositivo para a medida da força escapular (tração e pressão); aparelho para medir a tensão arterial, tipo Vaquez Laubry; quadro mural de envergadura; quadro mural para sentido muscular; Boigey (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1943).

Figura 17 . Exame antropométrico realizado com alunos do Espírito Santo



Fonte: Revista de Educação Física, jun, 1933, p. 11.

Com relação aos exames antropométricos, as fontes informam que as escolas obedeciam ao padrão estabelecido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. No entanto, no ano de 1940, algumas alterações para a aplicação do exame foram sugeridas: por exemplo, a suspensão provisória das medidas de ordem antropológicas devido à falta de instrumentos especializados. De acordo com o relatório, os materiais eram fabricados na cidade de Vitória e não satisfaziam às exigências do exame. Outra medida provisória tomada diz respeito à falta de médicos especializados para o acompanhamento do exame físico dos alunos, o que ocasionaria, segundo o inspetor, uma má dosagem de exercícios aos praticantes. Além das dificuldades de ordem material, como deficiência de professores, pátios, de aparelhos e de materiais móveis, o documento aponta as

condições dos locais para a execução do exame antropométrico nas escolas, informando que, dos 31 estabelecimentos de ensino primário do Estado, apenas 13 possuíam local adequado para o desenvolvimento do exame. O restante das escolas se utilizava de locais improvisados, como sala do diretor, dependências de casas particulares e até banheiros da própria instituição. As escolas, em sua maioria, estavam supridas de materiais como: [uma balança, uma toêsa, um espirometro, uma fita métrica, dois compassos e dois quadros murais] (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 2). Apesar da presença desses materiais, muitas escolas não estavam de acordo com o indicado pela Divisão da Educação Física. Os quadros murais, por exemplo, eram confeccionados pelos próprios professores, não existindo um padrão entre os estabelecimentos (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 2).

Os quadros murais confeccionados, na maioria pelas professoras, [...] apresentam os aspectos mais variados, segundo a condição financeira, da professora, o seu jeito para desenho, etc. (Há quadros traçados em cartolina, em tela, em papel manilha, na própria parede: a lápis a aarming a anking etc) (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 3).

O fato de cada professor ser responsável pela confecção do quadro mural retrata a iniciativa desses profissionais de ensino que, mesmo em meio à carência de materiais, mobilizavam-se para oportunizar o desenvolvimento das atividades prescritas para a aula.

Para o controle antropométrico de cada aluno, era destinada uma ficha, na qual seriam registrados os resultados dos exames práticos e biométricos iniciais e finais. Esse material era expedido pela Secretaria da Inspetoria da Educação Física e distribuído pelas escolas de acordo com os níveis de ensino: elementar ou secundário.

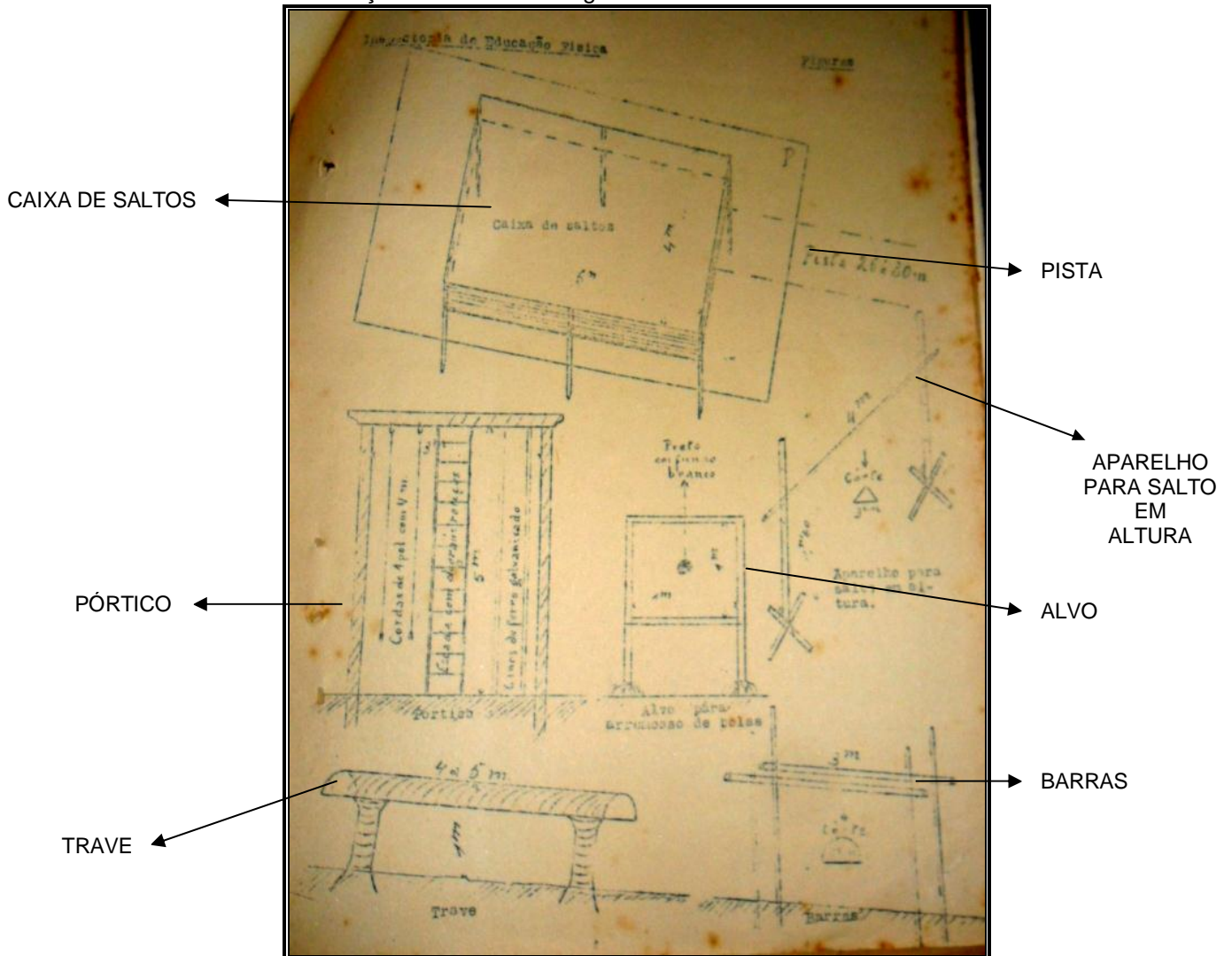
Diante do exposto, é possível perceber que a vigilância sobre o funcionamento do corpo do indivíduo era constante, ao passo que eram esperados resultados positivos no que diz respeito ao desenvolvimento físico e fisiológico dos estudantes. É importante ressaltar que, no programa de disciplinas do primeiro Curso Especial de professores oferecido pelo DEF-ES, em 1931, foi ofertada a disciplina Anthopologia e Morphologia. Dessa forma, é possível supor que os professores tenham recebido orientações necessárias para a realização de tais exames. O que não se pode afirmar é se todos os estabelecimentos de ensino contavam com um local aparelhado para esse fim, pois a partir de informações contidas em um ofício enviado ao secretário de Educação Saúde em 1936, foi solicitado o valor de sete contos e quinhentos mil réis pela verba %fundo Escolar+, para a aquisição de materiais para o Gabinete Antropométrico dos Grupos escolares de algumas cidades do Estado (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1936).

Naquele mesmo ano, por intermédio do inspetor-chefe da Inspetoria da Educação Física, foi destinada aos diretores de vários grupos escolares a quantia de quinhentos mil réis, também solicitada ao %fundo Escolar+. Esse valor seria dedicado à construção de aparelhos de Educação Física que não estavam presentes em alguns estabelecimentos de ensino do Estado, prejudicando os trabalhos desenvolvidos (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1936).

A partir da análise dos documentos da inspetoria, é possível notar que as más condições para aulas práticas nas escolas estaduais já era percebida por professores do Curso de Educação Física. Essa hipótese se sustenta a partir de uma ficha informativa expedida em julho de 1933, que traz orientações para suprir possíveis faltas de materiais indispensáveis para o exame antropométrico e prático. Segundo o próprio inspetor, era %p.o.] preciso cuidar da prática, pois a educação física se faz é no campo+(CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1933, s.p.).

A Figura 20 apresenta um desenho feito pelo inspetor Carlos Marciano de Medeiros, em que sugere equipamentos confeccionados a partir de materiais alternativos que poderiam substituir os materiais originais. Um dos exemplos apontados pelo inspetor é a %p.o.] construção de um pórtico a partir de cordas lisas de uma polegada para amarrar nas árvores, e escadas comuns+.

Figura 20 . Modelo de alguns materiais de campo sugeridos em substituição aos materiais originais



Fonte: Caixa 40, 1933. Arquivo do CEFD-UFES.

Em depoimento o professor Ivan Borgo, aluno do Ginásio do Espírito Santo na década de 1940, faz referências à presença e ao uso dos materiais de campo da Educação Física, instalados no Estádio Governador Bley.

Em 1936 tinha havido as olimpíadas em Berlim, conseqüentemente as pessoas devem ter tido alguma notícia sobre equipamentos de olimpíadas. Eu me lembro que tinham equipamentos. Eram duas hastes com cordas e duas argolas [...]. Curiosamente, tinha um tronco de árvore em cima de duas forquilhas (BORGO, 2011).

No entanto, Ivan Borgo (2011) afirma que ele e seus colegas de classe não tinham conhecimento da finalidade daqueles equipamentos, ao passo que não eram utilizados nas aulas: “[...] nós ficávamos olhando . o que era isso? Eu não sabia nem o que era . ninguém usava+.

Tal afirmação incita alguns questionamentos com relação ao uso efetivo de equipamentos destinados à Educação Física nas escolas capixabas. De acordo com informações do senhor Ivan Borgo e dos documentos encontrados no arquivo da EEF-ES, os professores que ministravam a Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, na década de 1940, eram egressos da Escola de Educação Física do Espírito Santo, o que, na visão do ex-aluno, não parece ter impactado grandemente o exercício da docência.

Eu me lembro de dois professores, Leo Ribeiro e Audifax Barreto Duarte. O Leo era muito nervoso, não sei por quê. Dava bronca, isso era uma característica dele, uma pessoa muito agitada . o Audifax, o método dele era correr. Pareceu-me bastante empírico, sem métodos racionais, sem uma metodologia (BORGGO, 2011).

Claramente, para esse ex-aluno dos anos 40, as aulas de Educação Física pareceram menos importantes e certamente pouco organizadas, em contraste com o rigor das prescrições para o ensino da Educação Física. De toda forma, deve-se ter em mente que recordações e memórias, por mais relevantes que sejam a sua força indiciária, expressam visões singularizadas que, evidentemente, devem ser consideradas no conjunto das fontes estudadas. A partir da análise das lacunas apontadas em relatórios de professores e de autoridades da época com relação às condições objetivas das escolas, concluiu-se que o depoimento do ex-aluno soa verossímil.

De todos os lados, materiais eram solicitados para as aulas de Educação Física nas escolas, o que pode ser visualizado em uma requisição enviada à Inspetoria da Educação Física pelo diretor da Escola Normal “Muniz Freire+”, na qual solicitava: “[...] bolas de basketball, foot-ball, e Volley - Medicine Ball, Bolas para lançamento - Cordas - Pesos para transporte . Balança, Toesa, Fita metrica de aço e espirometro+ (OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO, 1936).

Um relatório datado do ano de 1940 expõe que a situação da Educação Física nas escolas, naquele ano, ainda não havia se regularizado, afirmando que, dos 31 estabelecimentos em que a Educação Física se fazia presente:

[...] 7 não dispõem de pátios e os exercícios são feitos na via pública. 7 fazem-na em pátios de áreas reduzidas. 5 em campos pertencentes a particulares e 12 em pátios próprios com capacidade para as turmas, dos quais 2 apenas são gramados (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 4).

A falta de ambientes adequados para a prática da Educação Física parece ter sido um problema que se arrastou por anos. Relatos datados do ano de 1940 fazem menção aos grupos escolares recém-construídos no interior do Estado, constatando que, nesses grupos, não havia locais aproveitáveis para a prática da Educação Física (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 4).

Por volta do ano de 1935, foram instalados aparelhos de Educação Física nos campos de oito estabelecimentos de ensino do Estado. Para essa instalação, foi depositada, nas mãos dos diretores dos grupos escolares, uma quantia em dinheiro para que eles próprios ficassem responsáveis pelo trabalho. Decisão que não apresentou um resultado satisfatório, ocasionando inconvenientes como: %p.a.] impropriedade de local; instalações em escolas desprovidas de pátios; má disposição técnica na instalação; erros técnicos de construção+ (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p.5). Nesse mesmo ano, banheiros foram instalados nos Grupos Escolares construídos ou reformados da Capital e do interior. No entanto, houve a constatação de que, em nenhum desses estabelecimentos de ensino, os chuveiros foram utilizados. Os diretores desses grupos escolares apresentaram como impedimento para a realização do banho a quantidade pequena de chuveiros instalados, que, relacionados com o número de alunos existente em cada turma, se tornava inviável. As turmas eram compostas por aproximadamente 30 alunos para uma média de quatro chuveiros. Nesse caso, se os banhos acontecessem como previsto o tempo da aula seria insuficiente. Além disso, para um momento de banho organizado, os diretores apontam que seriam necessários inspetores de disciplina para uma fiscalização adequada para a ocasião. Outros impedimentos foram citados a respeito da realização do banho após as atividades físicas, tais como: o

fornecimento de toalhas, sabão e locais para guardar esses pertences (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1940, p. 6).

Em virtude do relatório apresentado em 1940, é possível perceber que a Educação Física encontrou sérias dificuldades para o seu desenvolvimento nas escolas, especialmente no ensino primário. Se passada uma década da instalação do Curso de Formação de Professores do Espírito Santo, o governo ainda não havia conseguido preparar as escolas para a nova Educação Física disseminada pelo método moderno, observa-se, por outro lado, que os movimentos em prol da Educação Física Escolar continuavam visíveis, uma vez que, mesmo não estando totalmente sintonizadas com as exigências estabelecidas pela Divisão da Educação Física, as instituições organizadoras, formadoras e fiscalizadoras procuravam formas de viabilizar o ensino da Educação Física em escolas capixabas.

Contrastando com todas essas questões referentes à sua prática em estabelecimentos de ensino, a Educação Física Escolar se fazia garbosamente visível nas demonstrações públicas e também nas comemorações desenvolvidas no/pelo Estado. Em 30 de maio de 1936, inaugurou-se o Estádio Governador Bley²² e, como era de costume, a Educação Física marcou presença na ocasião. Participaram do evento o Ginásio do Espírito Santo, o Ginásio São Vicente de Paula, a Escola Normal Pedro II e o Jardim de Infância Ernestina Pessoa, todos localizados na Capital do Estado. Esses estabelecimentos de ensino apresentaram demonstrações por meio de diversas lições de Educação Física (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1936, p. 2).

Diante das demonstrações apresentadas pelos estabelecimentos de ensino presentes na solenidade, uma foi evidenciada de maneira especial pelo inspetor - chefe da Educação Física, Heitor Rossi Belache. Na ocasião, a Lição de Educação Física, intitulada *uma tarde na cidade*, organizada pela professora de Educação Física Felisbina Pinheiro de Moraes, ministrante da disciplina no Jardim de Infância Ernestina Pessoa e diplomada pelo Curso Especial de Educação Física no ano de

²² Ver, no Anexo E, a imagem da Inauguração do Estádio Governador Bley com as demonstrações de Educação Física e do jogo de futebol inaugural. Fonte: Revista de Educação, n. 32, 1936.

1934, foi reverenciada pelo secretário de Educação e Saúde Pública no dia da inauguração:

É com grande prazer que louvo a actuação dos alumnos deste estabelecimento de ensino, que fizeram figura destacada, ao lado dos monitores e professores de educação physica que funcionam sob vossas ordens, na demonstração de cultura physica, levada a effeito na inauguração do Stadium Governados Bleyq Peço-vos externar as minhas congratulações pelo resultado alcançado (MORAIS, 1936, p. 12).

Por menos desinteressado que seja, o elogio à professora Felisbina Pinheiro de Moraes pode servir para tensionar déficits permanentes e generalizados que caracterizam os relatos contidos nos documentos oficiais preocupados em prescrever o que deve ser feito e lamentar o que não há, na medida em que tornam visível o esforço de uma professora, dentre outras, para fazer acontecer práticas escolares em espaços frequentemente inóspitos.

Documentos que tratam da Educação Física no Jardim de Infância Ernestina Pessoa apresentam vestígios de práticas desencadeadas na instituição, evidenciando os resultados obtidos no ano de 1934.

Agradavelmente impressionados por tudo quanto nos foi dado conhecer sobre o ensino da creança neste estabelecimento, é com vivo entusiasmo que deixamos consignado nosso LOUVOR À PROFESSORA FELISBINA PINHEIROS DE MORAES, PELO SEU INTELLIGENTE METHODO EMPREGADO PARA A EDUCAÇÃO PHYSICA, bem como às professoras que constituem o quadro de docentes do Jardim de Infância Ernestina Pessoa, cujo o desvelo, carinho e dedicação se provam na bellíssima exposição de trabalhos de fim de período letivo, prova de como aqui se cultiva as qualidades da creança, formando-a moral e intellectualmente , isto é, abrindo-lhe o caminho para a sua educação do futuro, aproveitando tudo o quanto revelam em sua estadia nesta casa. Com o registro da nossa visita o sincero applause á directora professora Hilda Prado, idealizadora e realizadora deste instituto, uma das mais fortes realizações do actual governo em bem da geração do futuro do homem espiritosantense dos dias de amanhã, em bem da causa única . o futuro do Brasil, pela perfeita formação . moral, intelecyual e physica . dos seus filhos (MORAIS, 1934, s. p.).

Figura 21 . Fotografia de alguns exercícios da lição historiada de Educação Física *Um dia na cidade*, levada a efeito em demonstração pública no dia 2 de dezembro de 1934, no Parque Moscoso



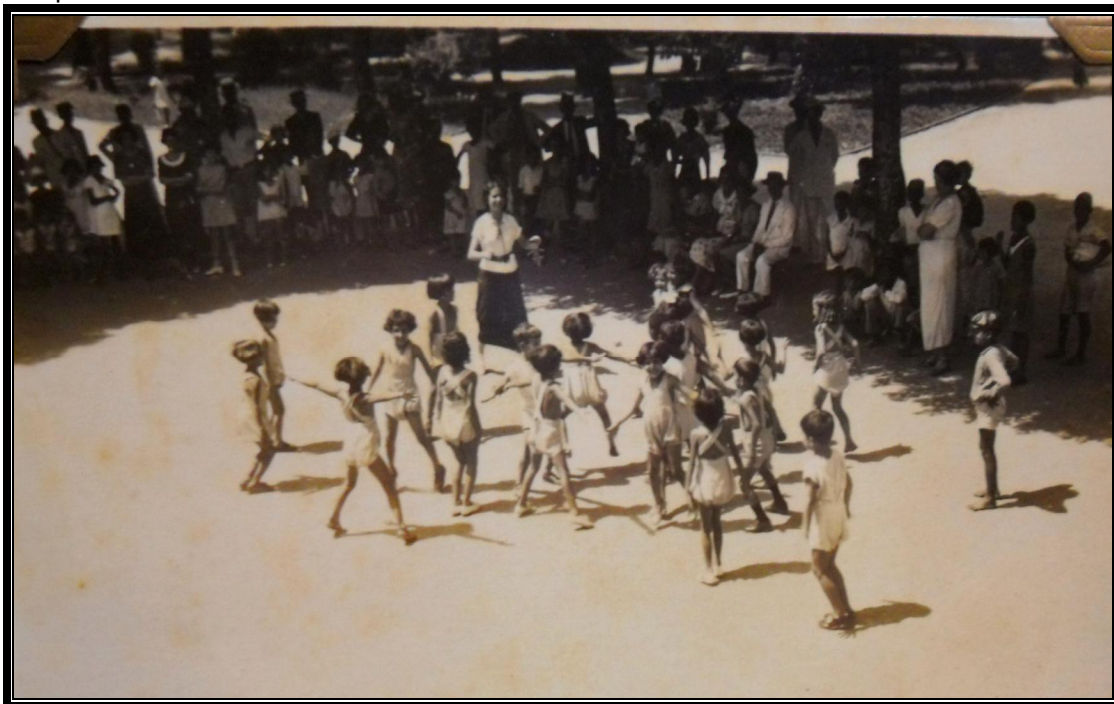
Fonte: Relatório de Educação Física do Jardim de Infância Ernestina Pessôa, Vitória, 1934. Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes.

Figura 22 . Fotografia de alguns exercícios da lição historiada de Educação Física *Um dia na cidade*, levada a efeito em demonstração pública no dia 2 de dezembro de 1934, no Parque Moscoso



Fonte: Relatório de Educação Física do Jardim de Infância Ernestina Pessôa, Vitória, 1934. Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes.

Figura 23 . Fotografia de alguns exercícios da lição historiada de Educação Física *Um dia na cidade*, levada a efeito em demonstração pública no dia 2 de dezembro de 1934, no Parque Moscoso



Fonte: Relatório de Educação Física do Jardim de Infância Ernestina Pessôa, Vitória, 1934. Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes.

Figura 24 . Fotografia de alguns exercícios da lição historiada de Educação Física *Um dia na cidade*, levada a efeito em demonstração pública no dia 2 de dezembro de 1934, no Parque Moscoso



Fonte: Relatório de Educação Física do Jardim de Infância Ernestina Pessôa, Vitória, 1934. Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes.

Figura 25 . Fotografia de alguns exercícios da lição historiada de Educação Física *Um dia na cidade*, levada a efeito em demonstração pública no dia 2 de dezembro de 1934, no Parque Moscovo



Fonte: Relatório de Educação Física do Jardim de Infância Ernestina Pessôa, Vitória, 1934. Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes.

Figura 26 . Fotografia de alguns exercícios da lição historiada de Educação Física *Um dia na cidade*, levada a efeito em demonstração pública no dia 2 de dezembro de 1934, no Parque Moscovo



Fonte: Relatório de Educação Física do Jardim de Infância Ernestina Pessôa, Vitória, 1934. Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes.

Os registros fotográficos e as declarações referentes ao ensino da Educação Física no Jardim de Infância Ernestina Pessoa indiciam práticas da Educação Física, ainda que as escolas estivessem minimamente preparadas para o desenvolvimento dessa atividade. Dessa forma, nas análises, buscou-se capturar, nas fendas dos discursos embutidos nos documentos, vestígios do acontecimento de uma prática para além do déficit e das ausências enfatizadas. Assim como Ginzburg (2002, p. 42) sugere: %a.] o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-los e fazê-los falar+.

Para o ano letivo de 1947, o Serviço de Educação Física baixou instruções que, aprovadas pelo secretário de Educação e Cultura da época, regularizariam o ensino dessa disciplina nos estabelecimentos de ensino do Estado para aquele ano. Para uma possível compreensão dos direcionamentos que a Educação Física do Espírito Santo deveria seguir naquele período, foram selecionadas algumas das instruções baixadas. Segundo a Portaria nº. 1, de 12 de março de 1947, as atividades de Educação Física nos estabelecimentos de ensino compreenderiam:

Sessões de estudo; Sessões completas; sessões de jogos ou recreação; desfiles escolares; demonstrações coletivas; festividades escolares (em que figurem atividades de educação física); palestras educativas sobre a educação física; competições desportivas. Para os professores especializados do ciclo secundário (curso ginásial, colegial e normal), além das observâncias das exigências que na presente portaria não colidirem com as determinações da Divisão da Educação Física (Ministério da Educação e Saúde) assistirão mais: Remeter ao S.E.F [Serviço de Educação Física], até o dia 10 de cada mês, cópias dos boletins mensais de frequência dos alunos às sessões de exercícios físicos. Enviar ao S.E.F, cópia dos programas de exercícios, e quadros de sessões previstas e realizadas para os diversos graus de educação física. Enviar ao S.E.F, cópia da relação nominal dos alunos submetidos às provas práticas, bem como, dos que alcançaram o respectivo Certificado de Educação Física (COLÉGIO ESTADUAL, 1947, s. p.).

Já ao final da década de 1940, é possível notar que as orientações eram bem próximas das instituídas na década de 1930, o que pode ser percebido nas recomendações a respeito do envio ao Serviço de Educação Física de boletins mensais contendo a frequência dos alunos, cópias dos programas de exercícios, entre outras informações referentes ao funcionamento da Educação Física nas escolas estaduais.

Referindo-se novamente à inauguração do estádio Governador Bley, o evento é classificado como relevante para o entendimento de questões que permearam a Educação Física naquele momento, uma vez que o incentivo ao esporte na escola, por meio dessa disciplina, está evidente em documentos que versam sobre a Educação Física no Espírito Santo. A construção de um Estádio com uma estrutura considerada de grande porte no País indica o incentivo na construção de áreas de esportes e lazer no Estado.

5.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE NO BRASIL: PARTICULARIDADES

Entre as décadas de 1930 e 1940, o esporte esteve intimamente ligado à política de Governo implantada por Getúlio Vargas no Brasil. As práticas esportivas eram consideradas instrumentos de alienação e aproximação do Estado com a sociedade, ocasionando a criação de [a.] aparelhos que tinham como objetivo organizar, patrocinar, promover e controlar as atividades esportivas+ (DRUMOND, 2009, p. 399).

O esporte foi idealizado no Brasil a fim de estreitar a relação entre sociedade e governo. Outra questão identificada na adoção do esporte como instrumento da política nacional foi a consolidação de um espírito nacionalista entre a população. Para Drumond (2009, p. 405):

A ligação do Estado com a juventude através do esporte tinha como um de seus objetivos formar o novo homem nacional através da educação física, moral, cívica e higiênica da juventude de uma nova nação, que daria origem a um novo homem, um novo cidadão.

Dentro dessa perspectiva, Getúlio Vargas instituiu a criação de estádios, campos e instalações para centros esportivos em várias regiões do País. No Espírito Santo, a criação do Estádio Governador Bley e das agremiações esportivas nas escolas representou algumas das medidas instituídas nacionalmente naquele momento.

No que diz respeito às relações da Educação Física com o esporte, Barreto (2003, p.1) expressa as seguintes considerações:

Existem outros conceitos de Esporte, em que se consideram como um componente dos blocos de conteúdos da Educação Física escolar, isto é, a Educação Física nas escolas possui alguns conteúdos, tais como a Dança, os Jogos, as Lutas, as Brincadeiras, e o Esporte é um destes. É na escola que a conotação de Esporte deve ser diferente do Esporte de alto nível, apesar de alguns professores de Educação Física insistirem em alto rendimento. Felizmente este modelo vem modificando-se, aos poucos. Assim, a idéia que se tem de Esporte é muito ampla, o que permite uma variedade de conceitos. Dependendo do conceito e do entendimento, Esporte pode estar ou não veiculado à Saúde.

Após um breve relato sobre aspectos que tangenciaram a prática da Educação Física nas escolas capixabas, evidencia-se a seguir o caso do Ginásio do Espírito Santo. A escolha está pautada na importância atribuída a essa instituição de ensino secundário durante o período analisado.

5.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA À LUZ DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO

Na história da educação brasileira, muitas foram as instituições consideradas modelo para diversos níveis de ensino no Brasil. Como exemplo, aponta-se o Colégio Pedro II que, assim como no Império, também durante parte do período republicano serviu de padrão para as escolas de ensino secundário de todo o País. No Estado do Espírito Santo, é possível evidenciar o Ginásio do Espírito Santo (GES) que, criado pela Lei nº 460, de 24 de outubro de 1906, pelo presidente Henrique da Silva Coutinho (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1969), consolidou-se como uma instituição de ensino modelar para os capixabas.

Em 19 de fevereiro de 1908, pelo decreto nº 96, do mesmo presidente, regulamentou-se o seu funcionamento criando-se um Instituto de Ensino nos moldes do Ginásio Nacional com a denominação de Gymnásio Espírito-Santense, atuando como Secretário Geral Interino J.J. Dalemin Debiase (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1969).

Após ter sido criado o GES, sua administração foi entregue a uma congregação religiosa denominada Congregação do Verbo Divino.²³ Com o advento da Lei Orgânica, pelo Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915, [p.].] nenhum estabelecimento de instrução secundaria, mantido por particulares com intento de

²³ Congregação criada pelo padre Arnald Janssen, em 1875.

lucro ou de propaganda philosophica ou religiosa, poderá ser equiparado ao Collegio Pedro II.²⁴ Assim, para que o ginásio não deixasse de receber os privilégios promovidos pela equiparação, em maio de 1915, após reincidentir o contrato com a congregação, o Ginásio do Espírito Santo foi novamente equiparado ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, voltando a ser administrado pelo Governo Estadual.

Pacheco (1996, p. 126), ao comentar historicamente sobre o ginásio, afirma que Jerônimo Monteiro o entregou, a pedido do irmão Bispo, aos Padres do Verbo Divino. Versão também compartilhada por uma publicação dos Missionários da Congregação do Verbo Divino no Brasil (2000, p.12-13):

[...] Dom Fernando de Souza Monteiro, concebeu o plano de entregar à Congregação o ensino secundário na cidade de Vitória.

[...] O senhor Jerônimo Monteiro, irmão do bispo, era presidente do Estado. Havia pouco o governo tinha fundado um ginásio estadual. O prelado manifestou o desejo de confiar a direção do estabelecimento à Congregação o Verbo Divino, havendo plena concordância entre as partes. Este contrato vigorou por cinco anos.

Em seu pronunciamento ao Congresso Legislativo do Espírito Santo, em 14 de setembro de 1909, Jerônimo Monteiro justifica a mudança administrativa no estabelecimento de ensino alegando:

Com os recursos escassos de que dispunha, não se achava o nosso erário em condições de manter o importante estabelecimento, o que, entretanto, conseguira mediante esse acordo.

[...] Revela observar que, ao mesmo tempo que se realizava essa economia, continuava o ensino naquele estabelecimento a cargo de um corpo docente reconhecidamente idôneo e competente (MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO, 2000, p. 16).

Pelo Decreto nº. 3.890, de 1º de janeiro de 1901, entrava em vigor a reforma que regulamentaria a instrução republicana. Assinada pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Eptácio Pessoa, e aprovada pelo presidente Campos Salles, essa reforma regulamentava todas as orientações com relação à instrução secundária e superior a partir daquele ano.

²⁴ Art. 24 do Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915.

Com referência às atribuições dos ginásios equiparados ao Gymnásio Nacional, o inciso II do art. 382, do Decreto n.º. 3890, de 1º de janeiro de 1901, estabelece:

A organização dos programmas de ensino é da exclusiva competencia da congregação do Gymnasio Nacional, sendo, todavia, permitido ás congregações dos institutos equiparados submeter, antes de terminado o prazo da duração daquelles programmas, á consideração do Governo, por intermedio e com informação dos respectivos delegados fiscaes, modificações ou medidas aconselhadas pela experiencia em bem do ensino, sobre as quaes resolverá o mesmo Governo, ouvida previamente a congregação do Gymnasio.

Comumente, o currículo era o mesmo entre as instituições equiparadas, podendo apresentar eventuais modificações.

A finalidade do ensino propagado pelo Gymnásio do Espírito Santo era ministrar a instrução secundária necessária para a boa direção da vida social do cidadão. Outra função consistia em possibilitar a matrícula dos alunos em cursos superiores, além de promover a obtenção de grau de Bacharel em Ciências e Letras. Inicialmente, o curso funcionou em regime de externato misto, no período vespertino, de 12h20min as 17h05min (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1955). Para o funcionamento do curso ginásial, foram aproveitados todos os professores que lecionavam na Escola Normal; os demais foram nomeados por meio de concurso com a denominação de %Lentes+ (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1969).

Cabe ainda ressaltar as alternâncias de endereço até que a instituição adquirisse a sua identidade arquitetônica atual. De acordo com Pacheco (1996), foram cinco localizações distintas que lhe valeram o apelido, por parte dos professores, de %Ludeu Errante+(p. 126). No período em que esteve localizado na Rua Francisco de Araújo, ao lado do Palácio Anchieta, o colégio funcionou no mesmo prédio da Escola Normal Pedro II. Salim (2009, p. 19 - 20) afirma que, durante muito tempo, %Ludeu Errante+ os programas de ensino e os livros didáticos adotados, na maioria das disciplinas, eram os mesmos+.

A autorização para o funcionamento do Ginásio do Espírito Santo como colégio foi concedida pelo Decreto-Lei n.º. 4.245, de 9 de abril de 1942, pelo presidente da

República, Getúlio Vargas, passando o ginásio a ser chamado de Colégio Estadual do Espírito Santo.

Nas próximas linhas, o ensino da Educação Física no Ginásio do Espírito Santo é evidenciado desde a contratação dos primeiros professores diplomados pelo Curso de Educação Física do Espírito Santo, em 1932, até o final da década de 1940, quando o ginásio já havia conseguido liberação para funcionar como Colégio.

Como já mencionado, a partir da Reforma Gomes Cardim, de 1908, foi instituída, pela primeira vez no Estado do Espírito Santo, a inclusão da ginástica nos programas de ensino das escolas capixabas. Há indícios de que a Educação Física tenha se constituído como disciplina escolar, no Ginásio do Espírito Santo, a partir de 1931, em face da oferta da formação superior nessa área pelo DEF-ES. No entanto, um documento expedido pelo ginásio, em julho de 1930, exhibe o horário estabelecido para as disciplinas ministradas, dentre elas, a gymnástica está presente (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1930). Ministrada nos horários das 7h10min às 8h00min, para as turmas de 1º ao 5º ano, essa disciplina tinha como professor Amaro do Nascimento.²⁵ Outro indício da existência de aulas de gymnástica no referido gymnásio, anterior à criação do Departamento de Educação Física, é visualizado em um documento datado de 6 de maio de 1931, contendo a seguinte informação: *Para os alunos dos 1º e 2º annos é obrigatório o uso, por baixo da farda, nas aulas de Gymnástica, de camisa de meia e calção brando, sendo facultativo o [uso] de sapatos de tennis+*(GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

A essa pista soma-se a informação expressa em um ofício enviado pelo diretor do Ginásio ao secretário de Instrução do Espírito Santo, em que solicitava: *¶a.] a colocação no pátio deste Ginásio, de uma barra e uma paralela, necessárias para os trabalhos de Educação Física daquele estabelecimento+* (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

A constatação da existência das aulas de ginástica ou Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, anterior ao ano de 1930, mostra-se importante, em face à temática

²⁵ Não foram encontradas maiores informações sobre esse professor.

empreendida neste estudo, porém não se constitui como foco da pesquisa. A análise partiu da primeira contratação de professores habilitados para ocupar o cargo de professor de Educação Física no Ginásio do Espírito Santo.

Em 1932, o secretário da Instrução do Espírito Santo distribuiu os professores de Educação Física recém-formados pelos diversos estabelecimentos de ensino. Dentre eles, estavam Aloyr Queiroz de Araújo e Luzia Paoliello, ambos diplomados pelo Curso Especial de Educação Física, em 5 de abril 1932 e designados para lecionar no Ginásio do Espírito Santo naquele mesmo ano. (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1932, s. p.).

O professor Aloyr Queiroz de Araújo constituiu-se como um personagem de grande importância na história da Educação Física capixaba. Diplomado pela Escola Normal Pedro II, frequentou o Curso Especial de Educação Física do Espírito Santo, de dezembro de 1931 a abril de 1932 (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931). Aloyr dirigiu a Educação Física no Ginásio do Espírito Santo no ano de 1932, ao mesmo tempo em que atuou como instrutor do ensino prático da sessão masculina do Curso Especial de Educação Física (RECORTE DE JORNAL, AGAZETA, 1933). Em 1933, após ter se diplomado pelo Curso Especial, o professor foi designado, com o colega professor Manoel Carvalho de Anchieta, para fazer o Curso de Instrutor no Centro Militar de Educação Física do Rio de Janeiro.

A esses dois jovens que no Centro Militar de Educação Physica representarão o professorado deste Estado, reiteramos nossos votos pelo êxito do curso que vão fazer, no mesmo passo que felicitamos mui calorosamente o Governo do Estado pela deliberação tomada, pois que é ella prova bastante, do carinho e interesse com que acompanha e estimula a educação physica, como parte integrante que é da educação geral da nossa mocidade (RECORTE DE JORNAL, AGAZETA, 1933).

Dentre todos os alunos formados, entre as turmas de 1932 e 1933, apenas dois foram selecionados para fazer o Curso na Escola Militar. Como professor de Educação Física, Aloyr Queiroz de Araújo desenvolveu importante papel na divulgação desse serviço pelo Brasil. Em 1938, o interventor Nereu Ramos, do Estado de Santa Catarina, solicitou ao governador do Espírito Santo, João Punaro

Bley, que enviase o professor Aloyr Queiroz de Araújo para organizar o Serviço de Educação Física nas escolas catarinenses.

O Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, usando de atribuição constitucional, tendo em vista a solicitação do exmo.sr. Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, resolve por à disposição daquela interventoria, para organizar o serviço de Educação Física naquele Estado, o Inspetor Técnico da Diretoria da Educação Física, professor Aloyr Queiroz de Araújo (RECORTE DE JORNAL, 1938).

A visibilidade que esse professor obteve em outros Estados do Brasil indicia que o Serviço de Educação Física constituído no Espírito Santo, de alguma maneira, estava servindo de inspiração para outros Estados brasileiros.

Com o professor Aloyr, a professora Luzia Paoliello ingressou para ministrar a Educação Física no GES. Documentos da EEF-ES informam que a referida professora diplomou-se no curso de 1932, no qual obteve dez, como nota de aptidão, e 7º lugar com menção *muito bem* no grau de aprovação (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1932). Em 1939, Luzia foi colocada à disposição do Ministério da Educação e Saúde pelo interventor Federal do Espírito Santo, a fim de reger uma cadeira na Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1939).

A partir dos fatos apresentados que envolvem esses dois professores, é possível perceber a grande visibilidade atribuída a eles durante a década de 30, adquirida possivelmente pelas boas atuações como professores no Estado. Além disso, Luzia e Aloyr foram fundadores da União Atlética do Ginásio do Espírito Santo, em 1934, uma importante agremiação esportiva, assunto a ser tratado mais adiante.

Com base na documentação analisada, buscou-se visualizar a Educação Física desenvolvida no Ginásio do Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940, interrogando as fontes a partir dos seguintes aspectos: os espaços reservados à prática da Educação Física, os materiais e equipamentos de ensino, a obrigatoriedade, frequências e advertências nas aulas de Educação Física, as demonstrações e as agremiações esportivas norteadas pelo Ginásio do Espírito

Santo e a relação da Educação Física desenvolvida nessa instituição com as ideias que circulavam na Escola de Educação Física do Espírito Santo.

5.4 DOS ESPAÇOS RESERVADOS À PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Segundo orientações do Método Francês, o local indicado para a o desenvolvimento de uma lição de Educação Física deveria seguir as seguintes prescrições:

O trabalho físico deve ser, em princípio, praticado ao ar livre. Em caso de mau tempo, usar de preferência os galpões ou pátios cobertos. Se se dispõe somente de uma sala fechada, faze-la arejar largamente antes da sessão e limpar o soalho ou piso com uma vassoura úmida que absorverá a poeira (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969, p.36).

Dessa forma, utilizando o Método Francês (Oficial do Estado,) o Ginásio do Espírito Santo, no início da década de 1930, não contrariava as suas indicações quanto ao espaço. As aulas eram ministradas em um pátio que, nas palavras da senhora Ivone Martins, aluna do Ginásio da década de 1930, caracterizava-se da seguinte maneira:

[...] ali, na Fafi (Faculdade de Filosofia), havia um pátio enorme, e era um pátio de areia, de terra. A gente marchava em fila única para fazer aquecimento, a gente fazia a ginástica e depois fazia a marcha de novo . era um terreno de metragem enorme, era do tamanho de um campo de basquete e vôlei (MARTINS, 2011).

Nas lembranças trazidas pela ex-aluna, o pátio aparece como local ideal para a prática da Educação Física, sem restrições para o que se pretendia desenvolver naquele espaço. A transferência do Ginásio do Espírito Santo para o prédio onde funcionava a Escola Normal Pedro II ocorreu somente em 1939. Nesse novo prédio, a Educação Física também ganhou o seu espaço (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1943).

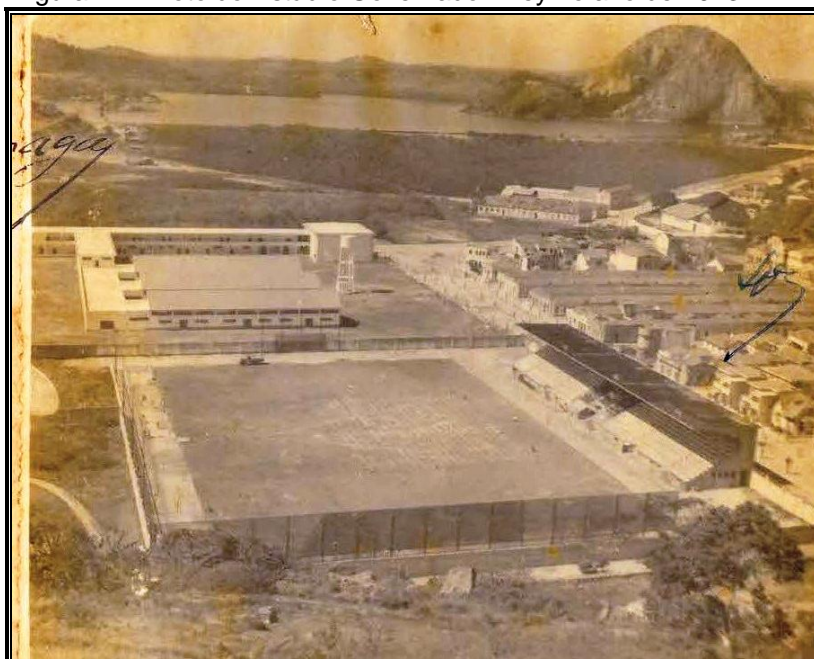
Em entrevista, Ivan Borgo, aluno do Colégio Estadual do Espírito Santo (ex-Ginásio do Espírito Santo), na década de 1940, recorda alguns momentos que remetem ao espaço destinado à Educação Física no Colégio Estadual.

[...] Era o seguinte: nós tínhamos aula de Matemática, Português e, no meio, tinha uma aula de Educação Física, então nós saíamos da sala e descíamos para um pequeno pátio que tinha lá embaixo. Estou me referindo ao ginásio que funcionava ao lado do Palácio Anchieta. Nós fazíamos Educação Física e se, perguntar que tipo, eu não sei. Suava muito. Aí terminava a aula, vestíamos outra vez, não tinha banho, não tinha nada. Vestíamos a roupa e voltávamos para a sala. Achava aquilo um absurdo (BORGO, 2011).

O professor afirma ainda que, em algum momento da sua escolarização no colégio, as aulas de Educação Física foram desenvolvidas no Estádio Governador Bley: *%.] O Estádio era do Estado, posteriormente passou para o Rio Branco. Tanto é, que quando os atletas do Rio Branco estavam treinando num determinado momento tinham que parar, para nós entrarmos para fazer a Educação Física (Ivan Borgo, 2011).*

Mediante a análise de um relatório, em 1943, as aulas de Educação Física aconteciam no Estádio Governador Bley (Figura 27) localizado no bairro Jucutuquara.²⁶ As atividades eram desenvolvidas das 7 às 9 horas da manhã (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1943). Ou seja, as aulas eram aplicadas fora do ambiente escolar, obrigando, de alguma maneira, os alunos a se deslocarem até o local determinado.

Figura 27 . Foto do Estádio Governador Bley no ano de 1943



Fonte: Arquivo público do Espírito Santo.

²⁶ Bairro localizado próximo ao centro da cidade de Vitória- ES.

O mesmo documento aponta uma justificativa para a ocorrência das aulas fora do ambiente escolar, ao alegar que, no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro . estabelecimento padrão de ensino secundário . as aulas de Educação Física eram ministradas na Quinta da Boa Vista, ou seja, fora do colégio. Dessa forma, não haveria problema, caso o Ginásio do Espírito Santo desenvolvesse as aulas de Educação Física em uma área externa ao seu prédio. Simões, Salim e Tavares (2009, p.160) afirmam:

Dessa forma, por obra de artifício, aquilo que poderia representar déficit (imperdoável em tempos de conformação de corpos e mentes), aparece como imitação modelar. Em outras palavras, em vez de assinalar a ausência de espaço para a prática da Educação Física na instituição inspecionada, em desacordo com as diretrizes traçadas para a educação nacional durante o Estado Novo e, conseqüentemente, uma ameaça à intenção de instituir o segundo ciclo no GES, os sujeitos locais, com a conivência do inspetor federal, buscavam lidar com as prescrições legais de forma a conseguir os seus intentos.

Quanto ao desenvolvimento das aulas de Educação Física em local externo ao colégio, uma carta enviada ao diretor do ginásio pelo Ministério da Educação e Saúde solicitou providências a respeito dessa situação:

Comunico-vos para os seguintes fins, que as sessões de exercícios físicos dos alunos desse Colégio não podem ser ministradas em local fora do estabelecimento, fato esse que viria dificultar a ação fiscalizadora do inspetor federal, além de constituir uma irregularidade (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1943, s.p.).

A situação aponta o distanciamento entre as prescrições feitas pelos órgãos responsáveis pela Educação Física no Brasil e os fatos apontados pelas fontes. No entanto, em virtude das informações contidas nos depoimentos concedidos e em alguns documentos do ginásio, é possível notar a relação de forças estabelecida, ou seja, mesmo com a proibição, as aulas eram realizadas em local externo do estabelecimento de ensino.

Diante das tensões identificadas, foram selecionadas algumas características do Estádio Governador Bley, um dos locais utilizados para a prática de exercícios dos alunos do Ginásio do Espírito Santo:

[...] dispõe de uma área livre de 6.968 metros quadrados (104 x 67), além dos campos para basquete, volei e caixas de saltos, com pistas apropriadas para extensão, altura e vara, sendo também dotado de grandes vestiários e dois salões chuveiros (12 em cada salão) (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1943, s.p.).

O relatório firma ainda que, ao se deslocarem para praticar exercícios no campo do estádio, os alunos poderiam utilizar toda a estrutura da Escola de Educação Física que funcionava naquele local (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1943).

De acordo com as lembranças do professor Borgo (2011):

O Estádio Governador Bley ficava em Jucutuquara, e a escola ficava na cidade. Tínhamos que nos deslocar para o Estádio Governador Bley. Para mim não havia problema, pois eu morava em Jucutuquara, mas para os outros, naturalmente, havia problema.

Em depoimento, a senhora Ivone Martins aponta que, em sua época, na década de 1930, os alunos utilizavam o campo do Governador Bley apenas para ensaiar e montar demonstrações de Educação Física. Ela informa que, nessas ocasiões, faltava assistência:

Nós fizemos exibição pública no Estádio Governador Bley. Lea Manhães era o modelo. Ela tinha um palanquinho mais alto. Ela dava o modelo e nós todas repetíamos. Nós éramos tão maltratadas nesse tempo, tudo era tão largado, a Educação Física era um negócio sério, mas nós saíamos do campo do governador Bley em Jucutuquara, loucas de sede! Lá não tinha água para nós bebermos. Saíamos batendo de porta em porta nos agrupamentos de casas, em Jucutuquara. Nós importunávamos as famílias pedindo água e os vestiários que tivessem eram para jogador de futebol. Eles não permitiam que a gente frequentasse (MARTINS, 2011).

É importante evidenciar que, em fevereiro de 1943, o Ginásio do Espírito Santo foi autorizado a funcionar como colégio, denominando-se Colégio Estadual (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1943, s.p.).

Segundo orientações advindas do Método Francês, a aplicação de exames médicos, como forma de acompanhar o desenvolvimento dos alunos, era recomendada duas vezes ao ano. Assim como evidenciado, muitos estabelecimentos de ensino apresentaram dificuldades na realização desse exame, pela ausência de um

gabinete antropométrico e dos materiais que o compunham. Diante da situação, observa-se que essa também foi uma situação vivida pelo Colégio Estadual, no ano de 1947:

Respeitosamente venho encarecer a V.s, a necessidade de um Gabinete Antropométrico a fim de atender a tempo os exames de início e fim de ano, nos alunos deste educandário. O pedido em apreço visa não só dotar o estabelecimento de um aparelho de grande utilidade, mas também, remover este inconveniente pouco agradável, de o colégio sempre estar na dependência desse ou aquele estabelecimento para realizar seus exames [...] (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1947, s. p.).

É preciso levar em consideração que, no ano de 1947, o Colégio Estadual foi transferido para o prédio do grupo escolar Gomes Cardim. Portanto, a solicitação de um gabinete antropométrico era referente a esse novo espaço, visto que, em anos anteriores, quando a instituição funcionou no prédio da Escola Normal Pedro II, foi utilizado o gabinete dessa escola para a realização dos exames antropométricos nos alunos do Colégio Estadual.

Muitas foram as solicitações feitas ao diretor do Colégio Estadual em decorrência da transferência para a sua nova sede. De acordo com o documento, o prédio contava com um pequeno pátio com área acidentada, pintura dos banheiros e vestiários. Solicitava, ainda, a substituição dos aparelhos de Educação Física instalados em 1936, alegando estar em má estado de conservação (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1947)

É possível notar que a cobrança, com relação aos materiais para a aplicação dos exames nos alunos, era constante, caracterizando um dos problemas enfrentados pela instituição. As mudanças de sede podem ter propiciado dificuldades na instalação dos equipamentos e aparelhos para a execução dos referidos exames.

5.5 DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ENSINO

De acordo com o Regulamento de Educação Física para o planejamento das sessões, materiais para cada grau e ciclo eram aconselhados. Dentre as

orientações: pares de barras colocadas para suspensão alongada, sarrafo para o salto em altura, bolas de *medicine* de variados pesos, bastões, bola de futebol, barras colocadas para suspensão inclinada, vara para o jogo; troncos de árvore, pesos, bastões de revezamento, rede e bolas de voleibol (SANCHES, [19 - -]).

O contato com algumas correspondências da época aponta alguns indícios a respeito da Educação Física no Ginásio do Espírito Santo. Em carta, o então diretor, Francisco Generoso da Fonseca, comunicava a suspensão das aulas de Educação Física no referido ginásio justificada pela: %a.] falta de materiais adequados, bem como de verba para a sua aquisição+(GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1937).

No entanto, de acordo com um relatório expedido pelo inspetor federal da época e endereçado à Diretora do Ensino Secundário, o GES possuía uma grande variedade de materiais e equipamentos destinados à prática da Educação Física, o que pode ser percebido na lista de materiais citados no relatório. Dentre eles, encontravam-se equipamentos para a prática do atletismo, como caixas e aparelhos para saltos em altura e a distância; barras duplas, traves e alvos para arremessos de bola; pórtico com hastes, cordas e escadas; pesos variados; bolas de estopa revestidas de couro; *medicine . balls*, cordas e bastões (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1943).

A lista contemplava também a presença de materiais esportivos como: discos, dardos, bolas para basquetebol e de voleibol, rede de vôlei, cronômetros, trenas, apitos, bandeirolas, pranchetas para basquetebol e novelos de lã. O gabinete antropométrico apresentava boa estrutura material, contendo os equipamentos necessários para a aplicação do exame aos alunos (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1943).

Apesar da constatação de materiais de ensino para a Educação Física no relatório expedido pelo inspetor federal, em 1943, essa situação parece não ter se sustentado nos anos seguintes. Dezesesseis anos após a criação do Departamento de Educação Física, um ofício expedido pelo Serviço de Educação Física aponta o empréstimo de uma *toesa*, uma balança e um espirômetro para o Colégio Estadual (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1947). Ao que parece, houve uma constante produção de estrutura humana, nem sempre acompanhada da estrutura material.

As condições infraestruturais destinadas à Educação Física na referida instituição parecem ter sido um problema enfrentado por vários professores que ministraram essa disciplina durante as décadas de 30 e 40. No entanto, as aulas aconteciam seguindo os preceitos da obrigatoriedade e da disciplina preconizados pelas diretrizes.

5.6 DA OBRIGATORIEDADE, FREQUÊNCIAS E ADVERTÊNCIAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A presença às aulas de Educação Física no Ginásio do Espírito Santo era obrigatória. A senhora Ivone Martins, aluna do Ginásio do Espírito Santo durante o período de 1931 a 1935, em entrevista, faz menção à frequência às aulas:

No meu tempo, quando a gente fazia ginásio, era obrigada a frequência na aula de Educação Física. Quem não fizesse frequência em Educação Física ficava reprovado, perdia nota de aprovação, diminuía a nota, se fosse demais, podia ficar reprovado, ter que fazer Educação Física nas férias. A Educação Física era obrigatória, era coisa séria.

Para o secretário do ginásio, a presença nas aulas de Educação Física configurava grande importância na vida escolar do aluno. Essa afirmação está pautada em um documento expedido em 1933, em que o secretário versa sobre os alunos faltosos informando aos alunos faltosos que, [...] se não comparecerem às aulas de E. Física não serão promovidos ao ano imediato ao que estão cursando, embora tenham nota de aprovação nas demais disciplinas+(GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1933).

É possível perceber, em documentos sobre advertências dos alunos expedidos pelo ginásio, que quaisquer comportamentos considerados irregulares pelo regimento da escola seriam passíveis de punição. Alguns exemplos podem ser visualizados:

[...] o aluno da 1ª, série, suspenso por ordem do snr. Diretor do Ginásio por três dias uteis de aula, em virtude da representação feita contra este aluno, pelo professor de Educação Física, na qual consta ter o referido aluno entrado no gabinete de E. física aos empurrões e usar de indelicadeza na vista da professora Luzia Paoliello, quando advertido pelo professor Léo Ribeiro (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1933, s.p.).

Outro episódio que foi possível constatar foi a advertência aplicada a 11 alunos que não compareceram à aula de Educação Física e escreveram seus nomes na lista de presença (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1933).

Situações como essas apontam a vigilância imposta às aulas desenvolvidas. Os alunos eram advertidos, caso perturbassem ou violassem as regras ditadas pelo colégio. Os motivos das advertências eram os mais variados. Piadas durante a aula, empurrões, brigas entre colegas, não comparecimento às aulas com o uniforme estipulado, indisciplina durante o exame antropométrico, ausência nas provas práticas, dentre outros. Geralmente os alunos advertidos eram suspensos das aulas por um determinado período.

5.7 DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS NORTEADAS PELA EDUCAÇÃO FÍSICA DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO

Era comum a presença da Educação Física na organização de demonstrações para as datas comemorativas do Estado. Por vezes, alunos e alunas apresentavam números compostos por exercícios sincronizados para homenagear alguma data especial, ou até mesmo demonstrar o trabalho que se realizava na Educação Física no Espírito Santo.

A comemoração do 4º Centenário do Povoamento do Espírito Santo, ocorrida no dia 23 de maio de 1935, caracterizou um dos eventos em que a Educação Física do Ginásio do Espírito Santo esteve presente. Na ocasião, o comando geral foi feito pelo professor Aloyr Queiroz de Araújo, tendo o professor Léo Ribeiro como assistente. Na referida demonstração, fizeram parte a Associação Atlética Ginásio do Espírito Santo, sessões de Educação Física do mesmo ginásio, a Escola de Educação Física, além de sessões de Educação Física da Escola Normal Pedro II e de vários grupos escolares do Estado (RECORTES DE JORNAL, 1935).

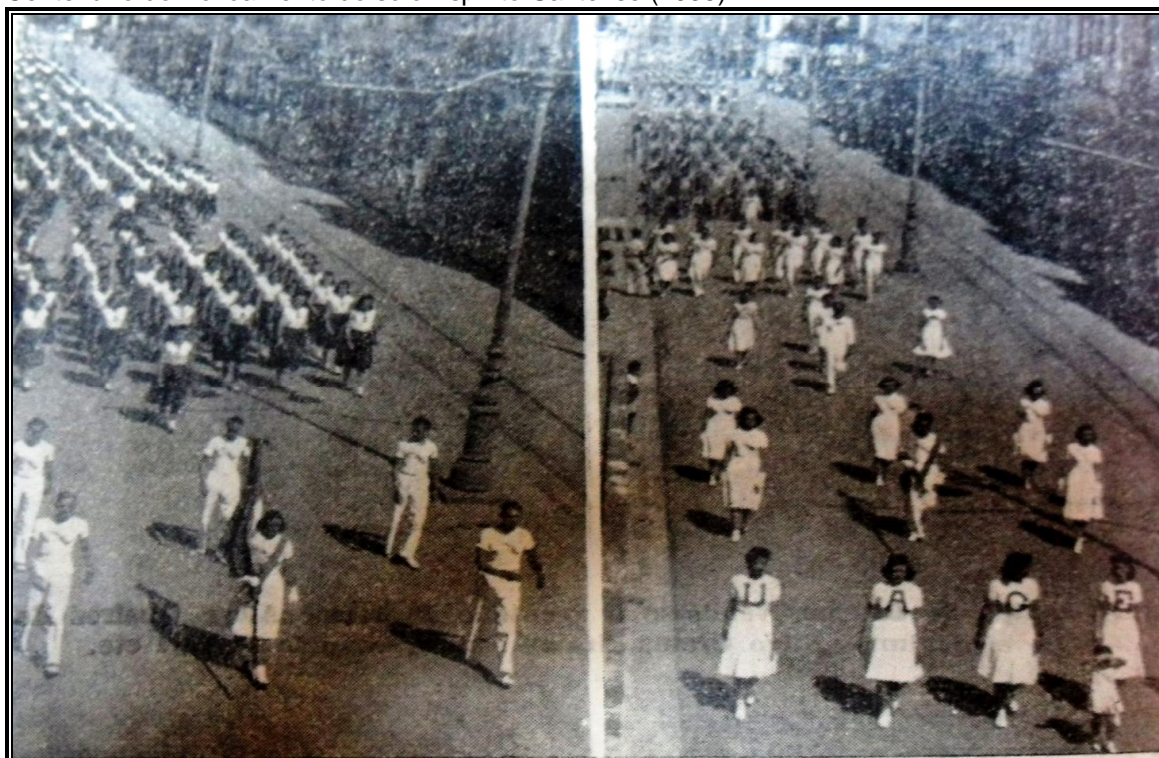
Nota-se a importância atribuída ao Ginásio do Espírito Santo pelos organizadores do evento, especialmente para a Uages. Tal afirmação está pautada na disposição das bandeiras no momento do desfile daquele ano pelas ruas de Vitória. Paralelamente, frente,

para o instituto, deslocando-se, após, as bandeiras que irão ocupar posição ao meio da formatura na seguinte ordem: E- [Escola de] Educação Physica . U.A.G.E.S. . Nacional e Espírito Santo+(RECORTES DE JORNAL, 1935, s.p.). Em depoimento, a senhora Ivone Martins faz menção a uma lembrança sobre um desfile em que ela e as amigas do ginásio participaram:

Eu me formei em 35, e nós já tínhamos um time de vôlei pela Uages. Já tínhamos feito um desfile de rua. As cinco do time desfilaram na frente, nós éramos as mais altas. Eda Medina levava a bandeira da Uages no meio de nós cinco. Nós tínhamos na camisa as letras da Uages, cada uma com uma letra formando o nome. Eda levava a bandeira porque era magra, tinha um porte bom.

De acordo com a descrição da senhora Ivone, a figura a seguir corresponde ao desfile em que ela e as amigas haviam participado no ano de 1935.

Figura 28 . Parada desportiva da Uages por ocasião dos festejos comemorativos do IV Centenário do Povoamento do solo Espírito-Santense (1935)



Fonte: Arquivo pessoal do professor Aloyr Queiroz de Araújo, encontrado nas Coleções especiais da Biblioteca Central Universidade Federal do Espírito Santo.

Um documento expedido pela Inspeção de Educação Física, em 1934, versa sobre orientações para organizações esportivas escolares. Nele foi possível constatar que tais organizações deveriam ter finalidades essencialmente educativas, apontando que as iniciativas dessa natureza seriam apoiadas pelo diretor do estabelecimento de ensino e orientadas pelos professores de Educação Física. Essas organizações esportivas deveriam congrega professores e alunos regidos por estatutos aprovados pelo diretor escolar, devendo ser os uniformes, distintivos, escudos, bandeiras e flâmulas, registrados na Inspeção da Educação Física, assim como as competições e torneios organizados entre agremiações. As competições e os torneios seriam promovidos entre as associações, sob os auspícios da Inspeção de Educação Física (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1934, s.p.).

5.8 UNIÃO ATLÉTICA DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO: A UAGES

Amemos a nossa UAGES, o seu significado é unitário: União Atlética Ginásial do Espírito Santo, mas para nossos corações joviais ele continuará sendo o mesmo que para os jovens de 1934: Unidos Assim, Ganharemos sempre (REVISTA DOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL, 1954, s.p.).

Em virtude das manifestações a favor da criação de associações esportivas educativas, foi criada, em 1934, a União Atlética Ginásial do Espírito Santo. Fundada no dia 16 de maio de 1934 e reconhecida pelo Decreto nº. 12.648, de 18 de abril de 1941 (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1941), a Uages teve como idealizador o professor Aloyr Queiroz de Araújo. Caracterizado como um homem cheio de força de vontade, idealista, e combatente intemperato e como grande incentivador da mocidade esportiva nas escolas capixabas, Araújo esteve à frente da Associação durante o período de 1934 a 1938. Ao final desse período, teve que se ausentar da Uages para atender ao convite para organizar o serviço de Educação Física no Estado do Paraná (RECORTE DE JORNAL AGAZETA, [194-]). Essa Associação representou a primeira organização esportiva escolar do Espírito Santo.

Em depoimento a um jornal local, um ex-aluno do ginásio e ex-integrante da Uages aclamou a criação e o criador dessa associação com as seguintes palavras:

Na noite de 16 de maio de 1934, uma quarta-feira, se não me falha a lembrança, um grupo de moços, vibrantes do entusiasmo sadio da juventude, entusiasmo que, quando bem orientado, produz milagres, se reunia num pequenino quarto de uma casa, na rua D. Fernando, e lançava as bases do que seria UAGES. Ali residia Aloyr Queiroz de Araújo; e, atraídos pela sua inteligência esclarecida, pela pujança de sua vontade, pelo vigor de seu idealismo, outros jovens se agruparam em sua volta para o empreendimento que mais honra, hoje, os estudantes do Espírito Santo (RECORTE DE JORNAL AGAZETA, [194 -]).

A atuação de Aloyr como organizador de eventos relacionados com a Educação Física teve importante representação no cenário local e nacional. No auge de sua carreira, após fundar a Uages, foi solicitado para organizar serviços de Educação Física nos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Com a partida de Aloyr para o Estado de Santa Catarina, assumiu o seu cargo o professor Adão Benezath, dando continuidade ao trabalho iniciado por Aloyr de maneira muito competente (RECORTE DE JORNAL AGAZETA, [194 -]).

Em depoimento, a senhora Ivone Martins, aluna do ginásio na década de 1930, expõe carinhosas lembranças a respeito da Uages:

Quando nós começamos a treinar vôlei, depois que a Uages foi fundada e foi feito o time de vôlei da Uages. Luzia, Aloyr nos levavam para treinar. Era num campo que tinha entre a Praça Oito e aquele prédio que é do Estado, que vai sair quase no cais do Porto naquela quadra. Sai da Praça Oito, aí a rua vem fazendo assim, chega no cais do Porto, indo para a Vila Rubin, faz um bico assim onde tem um hotel. No meio disso aí, mais próximo da Praça Oito, havia um terreno vazio que não era construído. Esse terreno parece que é, hoje em dia, era do Governo. Parece que fizeram a delegacia fiscal, eu não me recordo bem. Eu sei que era um terreno vazio e ali tinha rede, tinha o time e a gente treinava ali. Treinava assim, no sábado de manhã.

Para a senhora Ivone, as marcas deixadas pelos jogos de vôlei promovidos pela Uages representaram grande importância na sua vida, ao passo que, durante a entrevista a respeito da Educação Física no ginásio, suas lembranças sempre estavam associadas à agremiação esportiva da qual fez parte.

Para a participação em eventos, a Uages contava com uniformes específicos e uma bandeira confeccionada para a agremiação. De acordo com dona Ivone, o uso do uniforme era um orgulho das meninas do time de vôlei da Uages. As memórias sobre essa agremiação esportiva são tão marcantes para ela que, ao ser perguntada, a respeito do uniforme para as aulas de Educação Física, ela afirma apenas recordar do uniforme da Uages, completando que as colegas que participavam do time de vôlei constantemente estavam vestidas com o referido uniforme, descrito por ela da seguinte maneira (Figura 29).

O nosso calção era assim, tipo bombacho, costurava no meio e nós, muito saliente, puxávamos o elástico e botávamos cá em cima. Nós fazíamos isso. O shortinho era comprido, a gente não gostava do elástico ali, então a gente puxava o elástico e ficava aquela sainha bombachinha. Era branquinho, todo branquinho, blusa e calça. Nós, sendo da Uages vivíamos com esse uniforme volta e meia para um lado e para o outro.

Figura 29 . Alunas do ginásio com o uniforme do time de vôlei da Uages



Fonte: Arquivo pessoal Ivone Martins, 1933-1934.

Obs.: O menino do centro era o mascote do time. A segunda moça da fila, de pé, da direita para esquerda, é a senhora Ivone Ewald Martins, uma de nossas entrevistadas.

No mesmo período em que foi criado o time de vôlei feminino da Uages, outros times foram constituídos, o que pode ser visualizado nas lembranças de Dona Ivone, quando faz menção ao time do Álvares Cabral:

Nós fizemos o uniforme para o jogo de vôlei. O do time do Álvares também foi feito nessa ocasião. O Álvares Cabral fez um time de moças e foi o time opositor da gente, a gente jogava contra elas. Nós, na ocasião, brincávamos que nós ganhamos do time do Álvares porque nós fomos de bombacho, quer dizer, com as pernas bem livres, e elas que eram moças mais maduras, dois três anos mais velhas. Nós éramos meninas de 13 e 14 anos até 15 anos talvez, e elas eram moças já de 17 e 18. Elas foram com uma saia preta até o meio da perna e uma blusinha branca. Nós ganhamos, e brincávamos que nós ganhamos porque a gente estava de bombacha. Para elas correrem, a saia atrapalhava. Isso éramos nós fazendo molecada, que a gente era menina, né? Fazia o comentário que queria.

Segundo a entrevistada, o time de vôlei da Uages e o time de vôlei do Álvares Cabral realizaram o primeiro jogo feminino de vôlei da cidade de Vitória. Essa informação sustenta a importância dessa Associação na história do esporte no Espírito Santo.

Figura 30 . Jogo de vôlei feminino entre os times da Uages e do Álvares Cabral em 1934



Fonte: Arquivo pessoal Ivone Martins, (1933-1934).

Obs.:As jovens acima são, da esquerda para a direita, na segunda fila: Cleusa Fundão, Amália Benezath, Zuleika Baihense, Maria Benezath, Heda Medina, Lourdes Benezath, Ivone Ewald e Izabel Botechia. Na primeira fila, estão, ainda da esquerda para direita: Helena Aguirre, Clélia, Irene Cavaliere, Palmyra Vallorini, Laura Aguirre, Iracy Abaurre, Lea Manhães e Juracy.

Publicações em jornais locais caracterizavam a Uages como: “[a.] uma perfeita organização estudantil, centro de cultura física, onde esses moços do amanhã do Brasil aprendem com o vigor do seu corpo, a conservar um espírito grandioso, enérgico e firme para o bem na nossa estremecida Pátria+ (RECORTE DE JORNAL ATRIBUNA, 1942, s.p.).

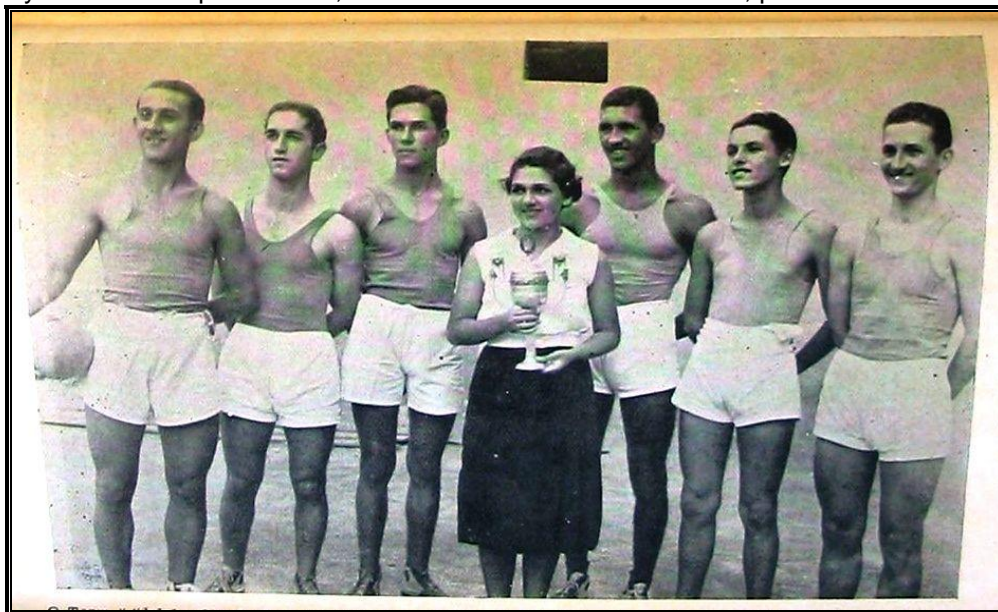
Figura 31 . Alunas do ginásio posando para uma foto no Estádio Governador Bley com a bandeira da Uages



Fonte: Revista da Educação, maio, 1935.

Dentre as participantes da Uages, uma estudante nos chamou a atenção. Era Lea Manhães. O seu caso apresenta-se como emblemático, tanto para dimensionar as influências da referida União Atlética na vida dos estudantes, quanto para compor traços do cenário educacional e da profissão docente daqueles tempos. As relações entre a estudante Lea Manhães com a Uages foram marcantes. É possível identificar a estudante em várias fotografias de eventos esportivos organizados pela agremiação esportiva na década de 30, ocasião em que foi, inclusive, eleita Rainha da União Atlética (REVISTA DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, 1936, n. 25, 26, 27, 28).

Figura 32 . O *team* Adolpho Oliveira, da 3ª série, campeão de *volley-ball* do Gymnasio do Espírito Santo, revelando o Brasil do futuro: forte, poderoso e unido



Fonte: Revista da Educação do Espírito Santo, (1936, ano 3, n. 25, 26, 27,28).

Da esquerda para a direita: - João Vicentine Filho cap. Eraldo Tirone, Aylmer Roseiro Salles, Darcy G. Grijó, Helio Thevenard e Fernando Baptista. Ao centro, Lea Manhães de Andrade, madrinha da equipe e rainha dos esportes da União Athletica. %Gymnásio do Espírito Santo+

Após o término do secundário, Lea Manhães matriculou-se na Escola de Educação Física do Espírito Santo. Em depoimento datado de 2004, ela justificou a escolha nas seguintes palavras: %Quando terminei o secundário, escolhi o curso de Educação Física, porque era um curso superior de duração de um ano+(PINTO, 2006, p. 35). O nome de Lea Manhães de Andrade figura entre os formandos em Educação Física da turma de 1939 (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939). Outras motivações, não constantes no depoimento, contribuíram para a escolha da Educação Física como formação superior e assume-se que a identificação com a Uages tenha sido uma delas. A professora de Educação Física Lea Manhães teve uma curta carreira, por razões que ela mesma descreveu:

Quando me formei, fiz um exame para lecionar e tirei o primeiro lugar. Eu era boa na parte Física e também nos outros conteúdos, principalmente nos de Matemática. Eu tive o direito de escolher uma cadeira, mas, como eu já estava de casamento marcado, meu noivo me disse: ~~M~~Mulher minha não vai trabalhar de jeito nenhumq Isso foi em janeiro de 41. Então, eu voltei para

Colatina, pois meus pais ainda moravam lá. Quando cheguei em casa, minha mãe disse assim: Enquanto você não se casar, quem manda somos nós. Então, peguei uma substituição de Educação Física até o mês de setembro, pois já ia me casar em outubro (PINTO, 2006, p. 35).

O casamento e as imposições do marido não permitiram que a carreira de professora de Educação Física vigorasse, no entanto tal circunstância não apagou a paixão pelo magistério. Paradoxalmente, foram os frutos e desdobramentos do casamento que possibilitaram o retorno da professora Lea ao magistério, mas ministrando uma outra disciplina, cuja identificação vinha desde os tempos de Secundário, da mesma maneira que a Educação Física:

Casei, e vieram os filhos. Começamos a construir uma casa maior, então, meu marido percebeu que precisava de ajuda nas despesas. Primeiro, comecei a dar aula particular e depois entrei como professora de Magistério. Assim começou a minha carreira de professora de Matemática (PINTO, 2006, p. 35).

As aulas particulares tinham, e ainda têm, propósitos bem definidos: dentre eles, minimizar as dificuldades de estudantes em relação a uma dada disciplina escolar, ou maximizar as habilidades cognitivas para fins de certame, ou situação similar. Difícil imaginar a figura de uma professora de Educação Física particular nos anos 40 ou 50. Em virtude de configurações históricas próprias, a Educação Física nunca esteve presente nos Exames de Admissão ao Ginásio. As circunstâncias e a mentalidade de uma época encerraram precocemente a carreira de uma professora diplomada em Educação Física e, concomitantemente, deram início a um percurso de sucesso na área de ensino de Matemática.²⁷

A respeito dos professores que atuaram nos primeiros anos da década de 1930 no ginásio, nossa entrevistada, a senhora Ivone Martins, faz menção aos professores Aloyr Queiroz de Araújo, Luzia Paoliello e Leo Ribeiro (Figura 33). Em suas lembranças:

²⁷ Léa Manhães de Andrade Penedo foi professora da Escola Técnica de Vitória e atual Instituto Federal de Educação Tecnológica por quase 30 anos (1952-1980). Trabalhou também em outras escolas da rede estadual de ensino, como o Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo.

Aloyr e Luzia eram ligados à gente, parece que eles queriam ver o colégio crescer. O Léo era mais apagado. Eu me lembro do Leo, ele era baixinho. As aulas eram muito boas, Luzia era uma pessoa ótima, ela ensinava a gente postura, nós temos postura, tanto que eu tenho postura até hoje, eu sei erguer as costas. Aloyr também era muito bom nisso.

Figura 33 . Professores que ministraram a Educação Física no Ginásio do Espírito Santo na década de 1930



Fonte: Recortes de jornal (1934-1935).

Para as aulas de Educação Física, os alunos eram divididos por gênero. Meninas e meninos eram separados para as seções. No caso das meninas, durante o período em que o ginásio funcionou na Avenida Capixaba, ou seja, na década de 1930, as aulas, segundo depoimento da estudante daquele período, caracterizavam-se basicamente em exercícios ginásticos. Aconteciam no pátio da escola, duas a três vezes na semana sempre pela manhã, na primeira aula:

Nós entrávamos primeiro para a Educação Física. A gente trocava roupa lá na escola. Nós fazíamos ginástica em um campo. Era descoberto, mas era arejado. As aulas duravam de 30 a 40 minutos. E nós não fazíamos exercícios violentos, nós fazíamos ginástica. Luzia ensinava o movimento, alongando, esticando, marchando, era só o corpo, não usávamos aparelhos (MARTINS, 2011).

É importante observar que a lembrança da senhora Ivone faz referências às aulas desenvolvidas para meninas. O fato de ela não se recordar de possíveis equipamentos pode ser explicado por essa especificidade, ao passo que, segundo o Método Francês a partir dos oito ou nove anos de idade, havia necessidade de adaptar o exercício às características específicas do sexo. Dessa forma:

[...] não deve existir a preocupação do desenvolvimento muscular ou da força na mulher, mas a de obter um perfeito equilíbrio orgânico a favorecer a harmonia das formas, que, na mulher se caracterizam pelas linhas curvas. Os exercícios devem visar à função mais importante que a mulher tem a desempenhar, que é a maternidade; esta a razão pela qual seu fim é favorecer o normal desenvolvimento da bacia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1969, p. 3).

A orientação advinda do método e as lembranças de nossa entrevistada chamam a atenção para as particularidades da Educação Física que se pretendiam desenvolver naquela época. O plano de Governo para a formação do homem forte+passava pela educação de mulheres adestradas para a maternidade, pois, dessa maneira, procriariam crianças saudáveis, capazes de crescer e receber orientações físicas. Ao formar homens fortes e robustos e mulheres saudáveis e conscientes do seu papel na sociedade, o governo assegurava a disseminação de uma raça forte. De acordo com Corrêa (2009, p.1):

No pensamento social dominante no período não era possível enxergar a mulher dissociada do papel exclusivamente reservado a ela: o de mãe. Esta diferenciação de papéis entre homens e mulheres se manifesta concretamente na legislação educacional do Ministério Capanema, que no documento que regulamenta a Reforma do Ensino Secundário de 1942, destinou um item para tratar exclusivamente do Ensino Secundário Feminino [...] [o que acabou] por determinar objetivos específicos para o ensino das mulheres, que no período de guerra, se conjecturou atribuírem à figura da mulher-mãe a função primordial de gerar filhos fortes e saudáveis e zelar pela formação do soldado de amanhã, reservando a ela o espaço privado do lar como o lugar por excelência de concretização desta tarefa [...].

Desse modo, compreende-se que as atividades relacionadas com a Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, posteriormente, em 1943, Colégio Estadual, em tese, estavam, em sua maioria, ligadas às orientações ditadas pelo Serviço de Educação Física do Espírito Santo, por sua vez, orientado pela Divisão da Educação Física do Brasil.

A afirmação está pautada em um relatório expedido pela Inspeção de Educação Física, que dita as diretrizes para o funcionamento da Educação Física no Estado, no ano de 1936. O item 18 da referida diretiva afirma:

A fim de que haja unidade de doutrina nos ensinamentos ministrados na Escola de Educação Physica e nos estabelecimentos de ensino, dá-se por muito bem recomendada uma estreita relação entre eles e a Inspectoria da Educação Physica, não sendo absolutamente permitida qualquer alteração nas directivas baixadas por essa Inspectoria sobre o assunto (INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1936, p. 3).

Complementando, o item 20 da mesma diretiva ²⁸ orienta ainda que: anualmente, cada estabelecimento deveria remeter um relatório feito pelos professores de Educação Física, registrando todos os aspectos referentes a essa prática na escola.

No ano de 1933, um relatório expedido pelo diretor técnico da Educação Física, Horácio Cândido Gonçalves, faz referência à situação dessa prática nas escolas capixabas, durante aquele ano. Dentre as apreciações, estão observações que se reportam às aulas ministradas pela professora Luzia Paoliello. De acordo com o documento, os resultados obtidos nos exames práticos foram positivos, embora a professora tivesse deixado de expor suas observações pessoais sobre o ensino da Educação Física. Nesse mesmo documento, é feita uma menção a Aloyr Queiroz de Araújo, professor da sessão masculina do ginásio naquele período, quando informa que o referido professor não havia enviado o seu relatório, [p.].] deixando assim, de manter a indispensável ligação com o Departamento, para a apreciação de trabalho realizado com a seção masculina: 114 alunos+ (CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1933).

A circularidade de informações entre a EEF-ES e o GES pode ser visualizada a partir de alguns documentos. Um ofício enviado ao diretor do Ginásio do Espírito Santo informa sobre a instalação do Departamento de Educação Física:

Tenho o prazer de comunicar a V. Exa. a instalação do Departamento de Educação Física, creado neste Estado pelo decreto do Interventor Federal nº 1366 de 26 de junho do corrente ano, cuja finalidade será difundir, unificar, e controlar a prática da Educação Física em todos os estabelecimentos estaduais de ensino (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

²⁸ Ver, no Anexo F, diretivas para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Espírito Santo para o ano de 1936.

Em resposta, o diretor do GES expressou as seguintes considerações ao tenente Carlos Marciano de Medeiros:

Está de parabéns a nossa mocidade pelas vantagens incalculáveis que vai auferir de sua organização modelar como essa, em tão boa hora creada, que, por certo muito contribuirá pelo desenvolvimento da Educação Física, unificando e controlando a sua prática (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

O fato de o ginásio ter sido comunicado da instalação do Departamento de Educação Física indicia uma possível conexão entre as instituições. Porém, mesmo sendo de aparente importância, esse fato não foi recordado por nossos entrevistados, o que é compreensível, ao passo que tais informações podem não ter chegado aos alunos, por ser essa uma correspondência de nível institucional.

Mais uma evidência da correspondência entre as instituições pode ser observada em um documento enviado pelo Serviço de Educação Física, no qual se convida o diretor do Colégio para assistir ao encerramento do período letivo do Curso de Educação Física (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1947).

A análise dos processos que regeram a Educação Física desenvolvida nas escolas capixabas, durante as décadas de 1930 e 1940, especialmente no Ginásio do Espírito Santo, aponta que o Serviço de Educação Física do Estado funcionava com instruções definidas e organizadas, ou pelo menos bem encaminhadas para essa prática nas escolas. Foi possível visualizar que, assim como nas outras escolas comentadas neste estudo, o GES também encontrou inúmeros obstáculos no que concerne à Educação Física. No entanto, vestígios e indícios encontrados nas fontes consultadas indicam iniciativas constantes destinadas ao desenvolvimento dessa disciplina nas instituições de ensino capixabas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tecer maiores detalhes sobre a conclusão deste trabalho, solicita-se que o leitor tenha em mente que os fatos não foram contados tal como eles aconteceram, mas sim a partir de uma percepção proporcionada pelo contato com as fontes. Assim como num filme, cenas foram editadas, recortes foram feitos, personagens foram focados. Da mesma forma como o diretor determina o enredo de uma obra, a partir de um *script*, assumiu-se o estudo como produto de concepções pessoais, preferências e limitações. Bloch (2001) já alertava sobre as intrínsecas relações entre o historiador e o fruto do seu ofício.

O objetivo maior deste estudo foi identificar como se constituiu a Educação Física Escolar no Espírito Santo durante as décadas de 1930 e 1940, a partir de uma análise das relações entre as orientações disseminadas pela Escola de Educação Física do Espírito Santo e as práticas educacionais de alguns de seus egressos.

A criação do Departamento de Educação Física pode ser entendida, no âmbito da pesquisa, como uma tentativa de se instituir no Espírito Santo uma política de culto ao corpo a serviço do Estado, ideia afeita e disseminada pelo Governo getulista naquele momento. Tais referências ao propósito de se instaurar um órgão orientador, organizador e fiscalizador da Educação Física no Espírito Santo, são constatadas em reportagens de jornais que se referem à implantação desse Serviço, bem como nas instruções baixadas pelo Decreto n°. 1450, de 15 de julho de 1931. A determinação tinha o propósito de orientar a criação e o funcionamento do Curso de Educação Física em terras capixabas. O documento ressalta alguns *considerandos* para a criação do DEF-ES, cujas justificativas se pautavam:

- a) nos preceitos educacionais *modernos* denominados *integrals*, alcançados mediante o *desenvolvimento harmônico das aptidões intelectuais e físicas*;
- b) nas práticas inadequadas de exercícios corporais das escolas da época. Essas atividades eram fundamentais para o *robustecimento do organismo* e, também, para combater os *elementos destruidores da saúde*. A inadequação das práticas era consequência da ausência de ações diretivas, controladoras e fiscalizadoras por parte de pessoal especializado. Desse modo, seria possível entender o *prezo*

relegado à cultura física num momento em que a conveniência e utilidade eram reconhecidas por todos e recomendadas pelos programas escolares.

c) na premissa de que a criação de um aparelho administrativo encarregado de promover e dirigir a Educação Física nas escolas capixabas acarretaria uma maior amplitude e eficiência, concernente à aspiração coletiva de preparar homens fortes e sadios para o fortalecimento da raça (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, 1931).

A prática discursiva que justifica a instituição do DEF-ES intenta adquirir plausibilidade por meio da menção de valores comumente aceitos, no caso, a conciliação harmônica entre o físico e o intelecto e a qualificação de seus preceitos pedagógicos, adjetivando-os como modernos e integrais. Além disso, o documento desqualifica as práticas educacionais empreendidas até então, de maneira que a criação do aparelho administrativo, ou seja, o DEF-ES, representaria uma nova era para a Educação Física capixaba, ao atender aos anseios específicos, admitidos arbitrariamente como coletivos. É importante ressaltar que existem registros históricos de práticas de exercícios físicos escolarizados, datadas de 1912, orientadas por outros objetivos e pressupostos conceituais.

A iniciativa de se organizar um Serviço de Educação Física no Estado, inicialmente, estava a cargo de dois homens ligados ao serviço militar, o capitão João Punaro Bley e o tenente Carlos Marciano de Medeiros. Tal conjuntura pode ter sido determinante para a constituição de um serviço dessa natureza no Espírito Santo. Uma concepção de história que foca a atenção principal em ações humanas, bem como em suas relações, é um bom pressuposto para o entendimento dos motivos que levaram à criação do referido DEF-ES, fato que pode ser entendido à luz do pensamento de Bloch (2001, p. 129):

Dos homens que viviam então, não havia um que não participasse, quase simultaneamente, de múltiplos aspectos do destino humano: que não falasse e não fizesse entender por seus vizinhos; que não tivesse seus deuses; que não fosse produtor, traficante ou simples consumidor; que não tendo papel nos acontecimentos políticos, não sofresse pelo menos seus desdobramentos.

Nesse sentido, a formação militar, aliada à participação na campanha de difusão e de incentivo à prática e ao ensino da Educação Física ocorrida no Rio de Janeiro, no início dos anos 30 (SILVA, 1996), influenciou consideravelmente as ações empreendidas na constituição da Escola de Educação Física do Espírito Santo. O cenário era de fato favorável: o capitão Bley, no cargo de interventor federal, designou o tenente Medeiros para ocupar o cargo de diretor do DEF-ES. De acordo com Silva (1996), o tenente havia participado de um Curso de Educação Física, organizado pelo Centro Militar do Rio de Janeiro, pouco antes de chegar ao Espírito Santo. Desse modo, as concepções que orientavam o DEF-ES, pelo menos no aspecto documental, eram concepções militares que se propagavam a partir de discursos nacionalistas, arraigados numa conjuntura de governo e nos ideários de seus dirigentes.

A proximidade das ideias disseminadas pela escola e os pressupostos de uma política nacional assumida pelo Governo Getúlio Vargas consolidaram um cenário educacional que mesclava discursos sanitaristas e nacionalistas. Destaca-se que a configuração de Governo instaurada no Estado do Espírito Santo, nos primeiros anos da Era Vargas, foi fundamental para que a Escola assumisse também contornos higienistas e de servilidade ao regime, em terras capixabas.

A constituição do Departamento e, posteriormente, da Escola de Educação Física do Espírito Santo, revela-se parte fundamental do contexto da análise. Informações obtidas por fontes históricas diversas foram entrecruzadas, com o intuito de juntar pistas, indícios e sinais que pudessem nos ajudar a compreender processos pelos quais o objeto de pesquisa transitou.

[...] todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, os olhos das pessoas envolvidas, decisivos. Em situações como essas, o rigor flexível do paradigma indiciário se mostra inclinável. [...] neste tipo de conhecimento entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição (GINZBURG, 1989, p.177).

O percurso histórico que se inicia na Educação Física constituída no início da década de 1930, no Espírito Santo, é transversalizado por diversas questões, analisadas neste estudo até o final da década de 1940. Uma dessas questões é a

compreensão do funcionamento dos cursos de formação de professores, que tiveram sua gênese a partir do Curso de Emergência.

A intenção dos referidos cursos era habilitar professores que atuariam nos Cursos Especiais de Educação Física. Foi possível constatar que, nos seus primeiros anos de funcionamento, as concepções difundidas pelo Departamento de Educação Física sofreram modificações. Os primeiros professores foram formados a partir de concepções emanadas pelo Curso de Emergência. Ao receber tal formação, esses professores, possivelmente, atribuíram significados próprios aos ensinamentos recebidos. Um caso que pode ser tomado como exemplo, é o da professora Felisbina Pinheiro de Moraes, formada em uma das primeiras turmas do Curso Especial que, ao assumir aulas no Jardim de Infância Ernestina Pessoa, em 1934, ministrou a Educação Física para crianças por meio de ~~aulas~~ ^{aulas historiadas}. Procedimento que não foi identificado na grade curricular do CEEF - ES.

A partir da análise das orientações para os quatro primeiros anos do curso, foi possível identificar que houve mudanças na estrutura curricular durante esse período. A cada ano, novas disciplinas eram agregadas ao programa, o que gerou a necessidade de mudanças no que concerne à duração dos cursos. Tais mudanças foram consolidadas, uma vez que o primeiro curso, datado de 1931, teve duração de três meses, já o de 1934 foi realizado no período de cinco meses.

Constatou-se que o Método Francês adotado no Estado como método oficial serviu de base metodológica tanto para as orientações proferidas pela Escola de Educação Física, como para as escolas estaduais de ensino primário e secundário. Para Aloyr Queiroz de Araújo, professor diplomado pelo CEEF-ES e ministrante de aulas de Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, o método foi caracterizado como ~~positivo~~ ^{positivo} para os capixabas. No entanto, de acordo com o próprio professor, o método foi imposto como única opção de ensino, impedindo, por vezes, o docente de utilizar sua autonomia para o desenvolvimento das aulas.

Com isso, vem à tona uma primeira observação e algumas indagações: o método era realmente adequado para a população capixaba? Ou fora imposto de maneira equivocada, sem estudos a respeito de sua adaptação pelos professores e alunos?

Como se sabe, esse método foi trazido para o Brasil pela Missão Militar Francesa, a fim de instruir o Exército brasileiro. Não seria, então, esse método destinado a militares? O fato é que o método prevaleceu durante as décadas de 1930 e 1940, no Espírito Santo, sofrendo adaptações no que diz respeito à sua utilização ao longo desse período.

A falta de materiais, espaços físicos aparelhados e de uma sede própria configurou algumas carências apresentadas pela Escola de Educação Física. Posto isso, compreende-se que o Departamento abriu suas portas, ainda sem estrutura adequada, para o bom funcionamento dos cursos idealizados, o que não impediu a formação de professores, instrutores e monitores de Educação Física nos seus quatro primeiros anos de criação.

A carência na estrutura nas escolas estaduais constituiu um dos aspectos enfrentados pelos professores no desenvolvimento dessa prática. Por vezes, as aulas de Educação Física eram suspensas devido à falta de espaços e materiais suficientes para atender às demandas do método. No entanto, é preciso destacar que, em meio a todos os déficits, de uma forma ou de outra, práticas escolares foram se constituindo. O trabalho desenvolvido pelos professores e professoras do Ginásio do Espírito Santo e do Jardim de Infância Ernestina Pessôa remete-nos a essas práticas que às vezes extrapolavam interesses predominantemente científicos ou pedagógicos.

Constatou-se, por exemplo, que essas instituições participavam constantemente de demonstrações e eventos esportivos no Estado. Na figura de Aloyr Queiroz de Araújo, o GES fundou a primeira agremiação esportiva do Estado de que se tem notícia, levando os alunos a desenvolverem diversas práticas desportivas.

No caso da professora Felisbina Pinheiro de Moraes, as aulas historiadas desenvolvidas por ela são destacadas pela forma diferenciada de levar as crianças a praticarem atividades físicas.

Assim, ao retomar as questões iniciais levantadas neste estudo, compreende-se que as ideias que circulavam no DEF-ES e, conseqüentemente, nos cursos oferecidos

por ele, refletiam a formação e as crenças de seus idealizadores que, ao passar dos anos, foram ressignificadas nas práticas escolares.

As orientações para o funcionamento da Educação Física nas escolas estaduais eram ditadas pela Inspeção de Educação Física. Dentre as prescrições, estavam: a aplicação do exame antropométrico e do exame prático duas vezes ao ano; o desenvolvimento das aulas por meio do grupamento homogêneo; a organização de programas de acordo com cada grau e ciclo; a disposição dos horários das aulas; além da realização de demonstrações de Educação Física em eventos.

Na teoria, existia, ou deveria existir, uma proximidade promovida pela Inspeção entre a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino e as orientações traçadas pelos programas de ensino dos cursos oferecidos pela Escola de Educação Física. No entanto, a análise de documentos apontou que, por motivos variados, muitas escolas deixavam de enviar os relatórios anuais, o que dificultava o trabalho desse serviço no Estado.

Compreende-se, assim, que havia a intenção de se construir um princípio orientador entre a Educação Física desenvolvida nos estabelecimentos de ensino e as orientações disseminadas pela Escola de Educação Física do Espírito Santo. A utilização do Método Francês no Espírito Santo, como método oficial de ensino, constitui mais um indício da existência de relações entre a Educação Física disseminada na instituição formadora e as práticas escolares.

Com relação aos investimentos ligados à Educação Física no Espírito Santo, destaca-se a mensagem publicada por um jornal local da época que traz um texto assinado com o pseudônimo "meestre escola+". A mensagem aponta toda a indignação e revolta do referido personagem com o movimento de estruturação e investimento no serviço de Educação Física instaurado pelo governador João Punaro Bley. Na visão do "meestre escola+", uma determinada área de ensino estava sendo privilegiada mediante uma política educacional segregadora, cujas ações eram mobilizadas em prol de uma única disciplina. Em suas considerações, o "meestre escola+" se vale de termos como: "[...] formar um exército de educadoras do muque [...] quer elle transformar o Espírito Santo em uma Sparta dos tempos antigos+para caracterizar o

ensino da Educação Física no Estado. Dentre todas as fontes analisadas, o texto proferido pelo mestre escola+ constituiu a única manifestação pública contrária às ações ligadas ao Serviço de Educação Física no Espírito Santo.

Por fim, este estudo não pretende esgotar o assunto aqui tratado. Como afirma Silva (1996, p. 203) [a.] a história continua e cabe a nós ajudarmos a entendê-la. Compartilha-se aqui com essa ideia, uma vez que o trabalho com as fontes possibilitou o entendimento de que a História da Educação Física e do seu ensino no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940, pode ser escrita para além de um olhar produzido exclusivamente pelo déficit. Abre-se, dessa forma, a possibilidade de uma escrita da História a partir da pluralidade de interrogações e de fontes lidas a contrapelo, visando a tecer compreensões de processos da constituição histórica da Educação Física escolar ensinada no Espírito Santo, de resto ainda em curso.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Vitória: FGV, 2010.

ANJOS, José Luiz dos. **Corporeidade, higienismo e linguagem**. Vitória: Ufes, Centro de Educação Física e Desportos, 1995.

ARCE, Alessandra; SIMÃO, Rosimeire. A Psicologia da criança e a pedagogia funcional d Edouard Claparède e a pedagogia dos jardins de infância de Friedrich Froebel: continuidades e rupturas no pensamento de dois autores defensores de uma escola progressista. Revista HISTEDBR, on-line, Campinas, n. 28, p. 38 - 56 dez. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br.pdfso>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BARRETO, Selva Maria Guimarães. **Esporte e Saúde**, Revista Eletrônica de Ciências, n. 22, out. / nov. / dez. 2003. Disponível em: http://cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_22/esportesaude.html. Acesso em: 5 de dez. 2011.

BERTO, Rosianny Campos; SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. **A educação da Infância na década de 1930 e 1940: representações na Revista Educação Physica**. Vitória: Proteoria, Ufes, 2007.

BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **Construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) . Programa de Pós-Graduação em Educação . Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Ministério da cultura. **Método francês**: manual de educação física. Brasília: MEC, 1969. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

CARVALHO, Magalhães, Janete. **A formação do professor e do pesquisador em nível superior no Brasil**. análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmica-científica (1945-1964). 1992. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1992.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

CASTRO, Celso. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

CORRÊA, Denise Aparecida. A educação física escolar na política educacional dos governos de Getúlio Vargas. **Revista Efdeportes**, Buenos Aires, ano 14, n. 138, nov. 2009. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/405>>. Acesso em: 20 mar. de 2011.

DANAÏLOF, Kátia. Imagens da infância: a educação e o corpo em 1930 e 1940 no Brasil. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 25-40, maio 2005.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p.398-421, jul/dez 2009. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2594/1547>. Acesso em: 10 out. 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. **Olhos de madeira:** novas reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Relações de força:** história, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Águilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O método francês e a Educação Física no Brasil: da caserna a escola. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil, Rio Grande do Sul, 1992.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e reinvenção do homem. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abr. 2003.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro; DALBEN, André. O controle médico esportivo no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: aproximações entre esporte e medicina nas décadas de 1930 e 1940. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n. 2, p. 321-335, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n2/04.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

HISTÓRICO...Histórico do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, de 1931 a 1934. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 31, p. 40, 1936. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702011000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 dez. 2012.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LORENZ, Karl; VÉCHIA, Ariclê (Org.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira**: 1850-1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

LOVISOLO, Hugo. **Os higienistas e a educação Física**: a história dos seus ideais. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://sanny.com.br/downloads/mat_cientificos/oshigienistas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MELO, Victor Andrade de. A educação física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Revista Digital, Buenos Aires, año 12 , nº. 115, Diciembre de 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 7 set. 2011.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). **Dimensões**, v. 25, p. 182-195, 2010. ISSN: 1517-2120. Disponível em: <www.ufes.br/ppghis>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MISSIONÁRIOS DA CONGRGAÇÃO DO VERBO DIVINO NO BRASIL. **Nossa história, nossa missão**. Belo Horizonte, 2000.

PACHECO, Renato. No Colégio Estadual do Espírito Santo. In: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Colégio Estadual**: 90 anos educando. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1996. p.121-128.

PINTO, Antônio Henrique. **Educação Matemática e formação para o trabalho**: práticas escolares na Escola Técnica de Vitória. 2006. Tese (Doutorado em Educação) . Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PUBLIO, Nestor Soares. **Evolução Histórica da Ginástica Olímpica**. Phorte Editorial, Guarulhos . SP, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas na Escola Normal e no Ginásio Espírito Santo na Primeira República**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2009.

SANCHES, Jandira Guidini. **Método francês**. S.D.I. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

SCHARTZMAN, Simon; BORNENY, Helena Maria; COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000.

SILVA, Dirce Maria Corrêa da. **Escola de Educação Física do Espírito Santo: suas histórias, seus caminhos: 1931-1961**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 1996.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara; TAVARES, Johelder Xavier. O ginásio e o Colégio Estadual do Espírito Santo no contexto das políticas públicas educacionais do Estado brasileiro (1933-1957). In: SIMÕES, Regina Helena Silva, FRANCO, Sebastião Pimentel, SALIM, Maria Alayde Alcantara. (Org.). **História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória, ES: Edufes, 2009. v. 1, p. 141-165.

SOUZA, Patrícia Pereira de. **Constituição do ensino superior da Educação Física no Espírito Santo (1931-1972)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SOARES, Carmem Lúcia. **As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Física e Esportes).

VAGO, Tarcísio Mauro. **Sobre a produção da educação Física como disciplina escolar: apontamentos**. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: Edufes, 2010. v. 1. 446 p.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ABREU, J. R. Toledo de. Cruzada civica e eugenia do C.M.E.F. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 1, abr. 1933.

ARAÚJO, Aloyr Queiroz de. **Organização da Educação Física no âmbito estadual**. Trabalho apresentado no I Congresso Nacional de Educação Física. Brasil, Paraná, 1953. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

ARAÚJO, Aloyr Queiroz de. **O que se tem feito e o que se faz no Espírito Santo pela Educação Física, 1964**. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CARDOSO, Celina. A dança e a ginástica rítmica na Educação Física feminina. **Revista da Educação**, Vitória, ano 1, n. 3, p. 13, jun 1934.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória. **Decreto de Reconhecimento da UAGES como Associação esportiva escolar representativa dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário da capital do Estado, 1941**. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **As aulas sessões de exercícios físicos no Colégio Estadual não poderiam ser ministradas fora do estabelecimento de ensino, 1943**. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória. Livro Correspondência expedida pela Diretoria, 1943.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória. **Instruções para as atividades de Educação Física nos estabelecimentos de ensino público no período letivo de 1947.** Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Solicitação de um Gabinete antropométrico para o Colégio Estadual, 1947.** Arquivo do Colégio Estadual, Vitória. Livro Serviços de Educação Física, 1947.

_____. **Convite para a instalação do período letivo da Escola Superior de Educação Física, 1947.** Livro Serviço de Educação Física 1947. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Empréstimo de material para a Educação Física para o Colégio Estadual, 1947.** Serviço de Educação Física . 1947. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Funcionamento do curso oferecido pelo Colégio Estadual nos seus primeiros anos de funcionamento, ainda como ginásio.** Arquivo Público do Espírito Santo, 1955.

_____. **Informações a respeito da fundação do Ginásio do Espírito Santo, 1969.** Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Solicitação da troca de materiais para a Educação Física instalados desde 1936 no Colégio Estadual.** Arquivo do Colégio Estadual, Vitória. Livro Serviços de Educação Física - 1947.

CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, Vitória. **Livro de matrícula dos alunos do Curso Especial de Educação Física n. 52:** dados pessoais dos estudantes matriculados no curso de emergência de 1931. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. **Resultado das provas finais do Curso de Emergência de Educação Física (1931).** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, caixa n. 27.

CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, Vitória. **Informações sobre a formação do professor Aloyr Queiroz de Araújo no Curso Especial de Educação Física, 1931.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, livro n.º 1.

_____. **Informações a respeito da formação da professora Luzia Paoliello no Curso Especial de Educação Física, 1932.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Boletim n.º.77

_____. **Classificação final dos alunos diplomados pelo Curso Especial de Educação Física de 1932-1933.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, caixa n. 27.

_____. Uniformes para professores e professoras e para oficiais da R. P. M para o ano de 1931, p. 1 - 2. **Boletim Diário do Curso de Educação Física.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Prova de higiene do Curso Especial de Educação Física, 1931. **Boletim Diário n.15.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Prova de Anatomia do Curso Especial de Educação Física, 1931. **Boletim Diário n. 16.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Prova de Fisiologia do Curso Especial de Educação Física, 1931. **Boletim Diário n. 22.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Livros para a biblioteca do Curso Especial de Educação Física, 1932. **Boletins Diários n. 21 e 26.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CURSO DE EDUCAÇÃO PHYSICA, Vitória. **Aloyr Queiroz de Araújo designado para auxiliar do ensino prático e do gabinete médico da sessão masculina do Curso Especial de Educação Physica, boletim n. 1, 1933.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Entrega do Regulamento Geral da Educação Física (método francês), 1933. **Boletim Diário n. 29.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. Passe escolar com redução de até 50%. **Boletim Diário, n. 2, 1933.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. **Justificação às diretivas para os programas de curso dos cursos de professores e monitores, 1933.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. **Ficha com orientações para suprir a falta de materiais para a Educação Física, 1933.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, caixa n.º 40.

_____. **Relatório sobre o trabalho dos professores de Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Estado do Espírito Santo, 1933.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, caixa n.º 40.

DECRETO-LEI N. 4.244. **Lei orgânica do ensino secundário.** 9 de abr. 1942. Getúlio Vargas; Gustavo Capanema. Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema_ensino%20secund%E1rio.htm>. Acesso em: 10 agos. 2011.

DECRETO N. 19.890. **Ensino secundário.** 18 de abr. 1931. Getúlio Vargas; Francisco Campos. Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm> Acesso em: 10 agos. 2011.

DECRETO N. 3.890 - DE 1 DE JANEIRO DE 1901. **Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.** Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%E1cio%20pessoa.htm. Acesso em: 10 dez 2011.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA. **Instruções para o Curso de Educação Physica**, aprovado pelo Decreto n.º. 1450, 15 de julho de 1931, p. 1- 2- 3 - 4 - 9 - 15. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo, Coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. **Entrega de diplomas dos alunos do Curso de Emergência de 1931.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DIRETORIA DA ESCOLA PEDRO II, 1936. **Devolução do manequim anatômico emprestado à inspetoria da Educação Física, 1936.** Arquivo Público do Espírito Santo, caixa n.º 20 Vitória.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Vitória. **Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola, 1933, p. 1 e 2.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, caixa n.º 40, Vitória.

_____. **Plano de uniforme para professores e instrutores, professoras, alunos e alunas escolares, 1934.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Vitória. **Entrega de diplomas às professoras que concluíram o Curso na Escola de Educação Física.** Recorte do jornal Diário da Manhã, 1935. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Instalação do 6º período letivo do curso de professores de educação física.** Recorte do jornal A GAZETA, 1935. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Instalação do Curso de professores de educação física destinado somente à professores, boletim n.1, 1935.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. Regulamento de Educação Física adquirido na secretaria da Escola de Educação Física pelo valor de nove mil réis. **Boletim n. 41, 1935.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. Projeto n. 82 de 1935. A Escola de Educação Física passa a denominar-se Escola Superior de Educação Física. **Recorte de jornal, 1935.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Horários e disciplinas do Ginásio do Espírito Santo em 1930.** Ofícios expedidos . Secretaria e Diretoria do Ginásio . 1931. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Obrigatoriedade do uso do uniforme de ginástica por baixo da farda pelos alunos dos 1º e 2º anos, 1931.** Livro correspondências diversas. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Colocação no pátio do Ginásio, de uma barra e uma paralela, necessárias para os trabalhos de Educação Física, 1931.** Ofícios expedidos . Secretaria e Diretoria do Ginásio . 1931. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. Informação a respeito da instalação do Departamento de Educação Física do Espírito Santo, 1931. Livro Ofícios recebidos de diversas autoridades. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Resposta acusando o recebimento da informação a respeito da instalação do Departamento de Educação Física do Espírito Santo, 1931.** Livro Ofícios expedidos . Secretaria e Diretoria do Ginásio. Arquivo Colégio Estadual, Vitória.

_____. Designação dos professores Aloyr Queiroz de Araújo e Luzia Paoliello para lecionarem a Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, 1932. **Recortes de Jornais 1936.** Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Documento expedido pelo secretário do Ginásio do Espírito Santo, a respeito dos alunos faltosos nas aulas de Educação Física, 1933.** Livro Correspondências diversas. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Suspensão de alunos por mau comportamento nas aulas de Educação Física ministradas no Ginásio do Espírito Santo, 1933.** Livro Correspondências diversas. Arquivo do Colégio Estadual, Vitória.

_____. **Relatório do Inspetor Federal a respeito do Ginásio do Espírito Santo, 1943.** Arquivo Público do Espírito Santo.

_____. **Suspensão das aulas de Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, pela falta de materiais adequados, bem como de verba para a sua aquisição, 1937.** Arquivo Público do Espírito Santo. Caixa 22 a.

_____. **Professora Luzia Paoliello convidada para reger uma cadeira na Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, 1939.** Arquivo do Colégio Estadual, Vitória. Livro Recortes de Jornais 1937/40 .

_____. **Relação do material do Gabinete Médico-Biométrico usado pelos alunos do Ginásio do Espírito Santo, 1943.** Arquivo Público do Espírito Santo.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. Horário e local onde aconteciam as aulas de Educação Física no Ginásio do Espírito Santo, 1943. Arquivo Público do Espírito Santo.

_____. **Transferência do Ginásio do Espírito Santo para o prédio onde funcionava a Escola Normal Pedro II, 1943.** Arquivo Público do Espírito Santo.

_____. **Autorização para que o Ginásio do Espírito Santo passasse a funcionar como colégio, 1943.** Arquivo Público do Espírito Santo.

INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Orientação para as organizações esportivas escolares, 1934. Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória. Fundo Educação, ofícios, caixa 20.

_____. **Material para a Educação Física: solicitação de sete contos e quinhentos mil réis pela verba 'Fundo Escolar' 1936.** Arquivo Público do Espírito Santo, caixa n.º 20.

_____. **Importância em dinheiro destinada à construção de aparelhos de Educação Física em alguns Grupos Escolares do Estado, 1936.** Arquivo Público do Espírito Santo, caixa n.º 20.

_____. **Entrega das chaves dos prédios n.º 4 da rua Alberto Torres, por não estar funcionando o Curso de professores de Educação Física naquele ano, 1936.** Arquivo Público do Espírito Santo, caixa n.º 20. Vitória.

_____. **Diretivas para o funcionamento da Educação Física no Estado do Espírito Santo, 1936.** Arquivo Público do Espírito Santo, caixa n.º 20.

_____. **Relatório confidencial assinado pelo Inspetor técnico da Educação Física Napoleão Freitas em 1940.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Decreto 3.384 de 3 julho de 1941**. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Documentos exigidos para a inscrição no vestibular do Curso Normal de Educação Física no ano de 1943**. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Ata da primeira reunião da Congregação da Escola Superior de Educação Física, 1946**. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Decreto n. 9 de 12 de agosto de 1947: Regulamento do Serviço de Educação Física**. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Divulgação da Diretoria técnica: espírito esportivo ideal para estudantes e outros, 1948**. Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO. **Ofício encaminhado pela professora Rita Tosi Quintaes ao diretor da Escola Normal Pedro II a respeito da impossibilidade de ministrar aulas de Educação Física no pátio da escola, 1936**. Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória. Fundo Educação, ofícios, caixa 20.

_____. **Solicitação de melhoramento do pátio destinado à Educação Física na Escola Normal Pedro II. Ofício enviado pelo inspetor-chefe Heitor Rossi Belache, 1936**. Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória. Fundo Educação, ofícios, caixa 20.

_____. **Solicitação de uma mangueira para irrigação do pátio destinado às aulas de Educação Física do Grupo Escolar José Cupertino, 1936**. Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória. Fundo Educação, ofícios, caixa 21.

OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO. **Materiais solicitados pelo diretor da Escola Normal Muniz Freire para a Educação Física, 1936.** Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória. Fundo Educação, ofícios, caixa 21.

_____. **Programa oficial de inauguração do Estádio Governador Bley, 1936.** Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais biblioteca Central Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. **Relação de alunos diplomados pela Escola Superior de Educação Física, 1939.** Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais biblioteca Central Universidade Federal do Espírito Santo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Brasil. **Método Francês:** Manual de Educação Física, 1969, 202 p. Disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

MORAIS, Felisbina Pinheiro de. **Relatório de Educação Física do Jardim de infância Ernestina Pessôa, 1934, 1935, 1936.** Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. A ginástica respiratória, a base da Educação Física (1). **Revista da Educação**, Vitória, ano 1, n. 2, p. 24, maio 1934.

NOGUEIRA, Maria Aparecida. **A educação physica como factor de progresso.** Vitória, ano 1, n. 9, p.16, dez. 1934.

RECORTE DO JORNAL, Vitória. Artigo assinado por um mestre escola publicado no *Jornal do Estado* no Espírito Santo em 1935. **Recorte de jornal.** Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito, Vitória.

_____. **Formação e Atuação de Aloyr Queiroz de Araújo.** Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo, **AGAZETA**, 1933. Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

RECORTE DO JORNAL, Vitória. **Designação dos professores Aloyr Queiroz de Araújo e Manoel Carvalho de Anchieta para fazer o curso de Instrutor no Centro Militar de Educação Física do Rio de Janeiro, 1933.** Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo. Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. **Comemoração do 4º centenário do Povoamento do Espírito Santo, 1935. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo.** Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. Pasta n.º 1, Contribuições do Espírito Santo para a História da Educação Física no Brasil.

_____. **Designação do Inspetor técnico o professor Aloyr Queiroz de Araújo para a organização do Serviço de Educação Física do Estado de Santa Catarina, 1938. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo.** Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. **ATRIBUNA, 1942. Relatos sobre a Uages. Recortes Aloyr Queiroz de Araújo, Vol. 1. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo.** Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. **AGAZETA, ([194 -]). Substituição de Aloyr Queiroz de Araújo por Adão Benezath na Uages. Recortes Aloyr Queiroz de Araújo, Vol. 1. Arquivo pessoal Aloyr Queiroz de Araújo.** Coleções especiais da biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA. **Requerimento de informações a respeito dos funcionários Heitor Rossi Belache e Aloyr Queiroz de Araújo.** Arquivo Público do Espírito Santo, Vitória.

ENTREVISTAS

BORGIO, Ivan. Entrevista concedida a Tatiana Borel, Vitória, Nov. 2011.

MARTINS, Ivone. Entrevista concedida a Tatiana Borel, Vitória, 26 Dez. 2011.

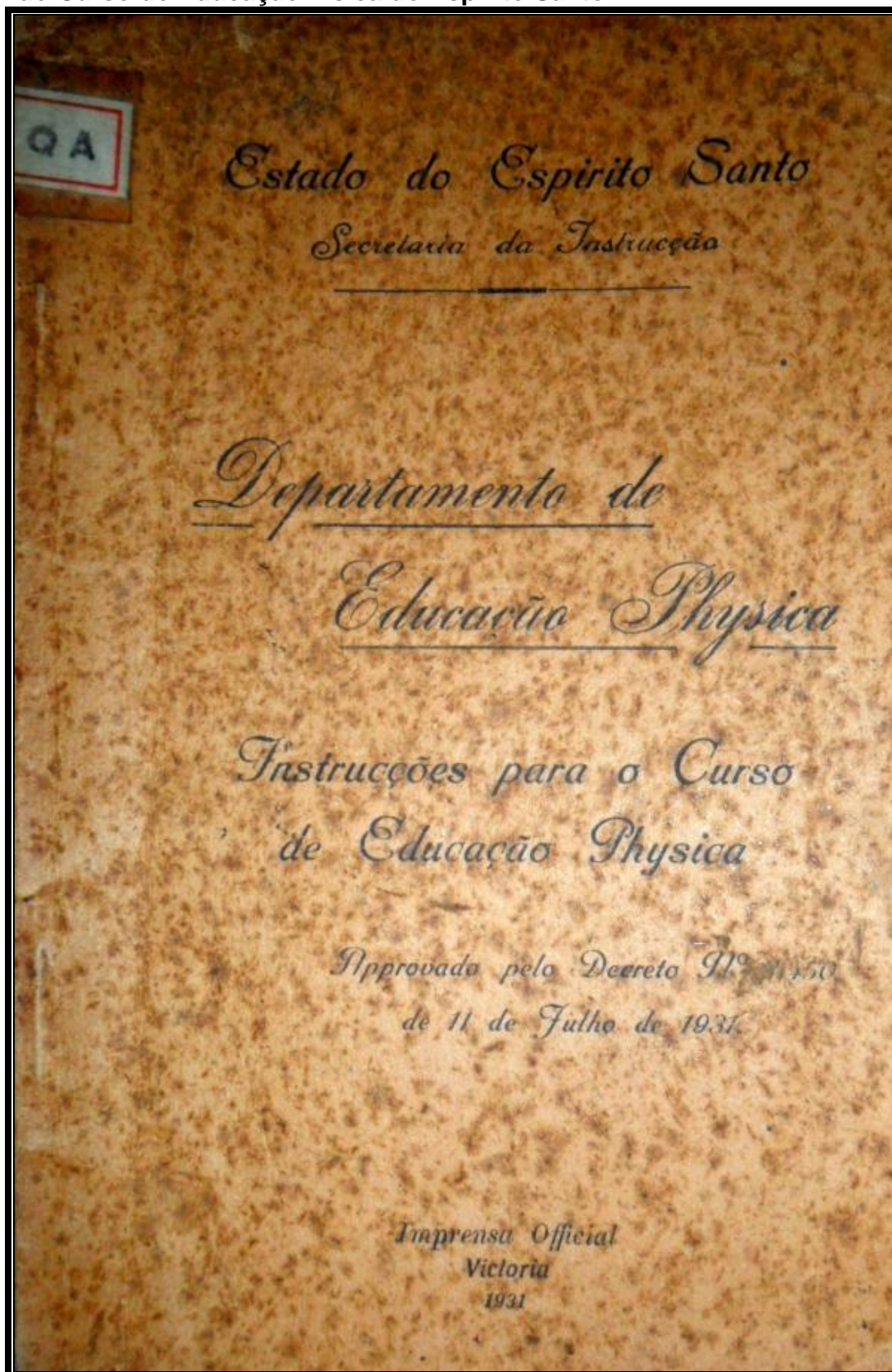
APÊNDICES

APÊNDICE A – Alguns estudos que versam sobre a História da Educação Física no Brasil e no Espírito Santo

| DATA | TÍTULO | AUTOR | TIPO DE ESTUDO |
|------|---|--|-------------------------|
| 1989 | A ginástica pelo rádio no Brasil | Denise do Amaral Gomes | Dissertação de mestrado |
| 1992 | O método francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola | Silvana Vilodre Goellner | Dissertação de mestrado |
| 1995 | A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil e sua inserção na política do Estado Novo | José Luiz Marques Pintor | Dissertação de mestrado |
| 1995 | Lembranças e reconstrução da Educação Física no Colégio Pedro II (1930 - 1937) | Agnaldo Quintela Coelho | Dissertação de mestrado |
| 1996 | Escola Nacional de Educação Física e Desportos : uma possível história | Victor Andrade de Melo | Dissertação de mestrado |
| 1996 | Escola de Educação Física do Espírito Santo: suas trajetórias, seus caminhos - 1931-1961 | Dirce Maria Correa da Silva | Dissertação de mestrado |
| 1997 | Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época | José Tarcísio Grunennvaldt | Dissertação de mestrado |
| 2001 | A influência da Escola Nacional de Educação Física e Desporto (Rio de Janeiro) no desenvolvimento da Educação Física da Bahia, décadas 1940 - 1970 | Roberto Gondim Pires | Dissertação de mestrado |
| 2001 | O Atheneu Sergipense e a Educação Física: (1916-1950) memórias | Randeanthony da Conceição do Nascimento. | Dissertação de mestrado |
| 2001 | "A institucionalização do campo de conhecimento da Educação Física: uma história do ensino da Educação Física nas escolas secundárias do Rio de Janeiro (1851-1939)" | Marcus Vinicius Marques Ferraz | Dissertação de mestrado |
| 2001 | Educação Physica: educação e mudança de comportamento | Deoclecio Rocco Gruppi | Dissertação de mestrado |
| 2002 | 'A ginástica em Campinas: suas formas de expressão da década de vinte a década de setenta' | Cristiane Montozo Fiorin Fuglsang | Dissertação de mestrado |
| 2003 | Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos Professores de Educação Física: ordenamento de ordenamento da Educação Física no Estado de São Paulo no início da década de 1930 | Adriano Mastrorosa | Dissertação de mestrado |
| 2003 | Collegio Tobias Barreto: escola ou quartel? (1909-1946) | Francisco Igor de Oliveira Manguieira | Dissertação de mestrado |
| 2003 | A revista Educação Physica (1932-1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais | Omar Schneider | Dissertação de mestrado |
| 2004 | Constituição do Ensino Superior de Educação Física no Espírito Santo (1931-1972) | Patrícia Pereira de Souza | Dissertação de mestrado |
| 2006 | Educação Física no Estado Novo | Nestor Donizetti de Moura | Dissertação de mestrado |
| 2007 | Antonio Boaventura da Silva: o professor e suas concepções sobre a Educação Física nas décadas de 1940-1970 | Luiz Fernando Costa de Lourdes. | Dissertação de mestrado |
| 2009 | Mente e Corpo sadio: a Educação Física e esportes nos colégios católicos do Recife durante o Estado Novo (1937-1945) | Flávio Miguel Archanjo | Dissertação de mestrado |

ANEXOS

ANEXO A É Documento contendo as instruções para o funcionamento do Curso de Educação Física do Espírito Santo



Estado do Espirito Santo
Secretaria da Instrucção

Departamento de
Educação Physica

Instrucções para o Curso
de Educação Physica

Approvado pelo Decreto N.º 1450
de 11 de Julho de 1931.

Imprensa Official
Victoria
1931



DECRETO N. 1.366

Crêa o Departamento de
Educação
Cultura Physica do Estado.

O Interventor Federal no Estado do Espirito Santo, usando de attribuições que por lei lhe são conferidas, e

Considerando que a educação da mocidade escolar, segundo os modernos preceitos pedagogicos, deve ser integral, visando o desenvolvimento harmonico das aptidões intellectuaes e physicas;

Considerando que os exercicios corporaes recommen- dados para o robustecimento do organismo e sua neces- saria resistencia contra os elementos destruidores da sau- de não são devidamente praticados nos nossos estabe- limentos educativos, por falta, sem duvida de acção di- rectiva, controladora e fiscalizadora exercida por pessoas especializadas na materia, pois de outro modo não se comprehenderia o desprezo em que se encontra a cultura physica, quando todos reconhecem sua conveniencia e utilidade e os programmas escolares o aconselham e re- commendam;

Considerando que a existencia de um aparelho ad- ministrativo encarregado de promover e dirigir a educa- ção physica em nossas escolas lhe dará certamente maior amplitude e efficiencia, afim de que possa corresponder á aspiração collectiva relativamente ao preparo de ho- mens fortes e sadios,

DECRETA.

Art. 1.º — Fica creado o Departamento de Educação Physica do Estado, que funcionará directamente subordinado á Secretaria da Instrução.

Art. 2.º — Ao Departamento competirá diffundir, regulamentar e controlar a pratica da educação physica em todos os estabelecimentos estadaes de ensino.

Art. 3.º — O Departamento manterá annualmente um curso especial que funcionará durante o periodo das férias escolares, com o fim de habilitar o professorado estadual a ministrar a instrução de educação physica pelo methodo moderno.

Art. 4.º — O funcionamento do curso especial a que se refere o artigo anterior será opportunamente regulamentado pelo Departamento de Educação Physica.

Art. 5.º — O Departamento de Educação Physica terá os seguintes funcionarios:

- 1 director
- 1 secretario
- 1 dactylographo
- 1 auxiliar de escripta.

1.º — A designação para o cargo de director do Departamento de Educação Physica só poderá recahir em um tecnico devidamente habilitado.

2.º — A nomeação do pessoal do Departamento de Educação Physica ficará a cargo da Secretaria da Instrução.

Art. 6.º — O dactylographo e o auxiliar de escripta serão escolhidos dentre os funcionarios do quadro da Secretaria da Instrução, sem maior onus para o Estado.

Art. 7.º — Fica adoptado nos estabelecimentos estadaes de ensino o methodo francez de educação physica.

Art. 8.º — A Federação Espirito-Santense de Escoteiros passa a fazer parte do Departamento de Educação Physica.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Victoria, 26 de Junho de 1931.

JOÃO PUNARO BLEY

João Manoel de Carvalho

DECRETO N. 1.450

Dá instruções para o funcionamento do Curso de Educação Physica.

O Interventor Federal no Estado do Espirito Santo, usando de attribuições que, por lei, lhe são conferidas, resolve baixar as Instruções para o funcionamento do Curso de Educação Physica, do Departamento de Educação Physica, creado pelo decreto n. 1.366, de 26 de Junho de 1931, annexas ao presente Decreto, ficando revogadas as disposições em contrario.

Victoria, 15 de Julho de 1931.

JOÃO PUNARO BLEY

João Manoel de Carvalho

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PHYSICA

Estado do Espirito Santo

Instruções para o Curso Especial de Educação Physica, de que trata o Decreto n. 1.450, de 15 de Julho de 1931.

FINS DO CURSO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 1º — O curso especial de Educação Physica, que se destina ao professorado do Estado e aos officiaes do Regimento Policial Militar, tem por fim:

- a) — Preparar professores de Educação Physica;
- b) — preparar instructores de Educação Physica;
- c) — diffundir, unificar e intensificar o ensino da Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino do Estado.

Art. 2º — O curso receberá tambem sargentos do Regimento Policial Militar, aos quaes ministrará conhecimentos essencialmente praticos, com o fim de constituir um nucleo de monitores destinados a exercerem as funções de auxiliares do ensino de Educação Physica na corporação militar e nos estabelecimentos de ensino do Estado.

4
 i unico — Para a matricula dos sargentos no curso de monitores é imprescindivel o exame de admissão, devendo ainda os candidatos satisfazerem a todas as exigencias das presentes instrucções.

Art. 3.º — O curso é subordinado didacticamente ao Departamento de Educação Physica e em tudo o que concernir á administração e á disciplina, á Secretaria da Instrução.

PLANO DE ENSINO

Art. 4.º — O curso especial de Educação Physica será feito em tres mezes de accôrdo com os programmas organizados annualmente pelo director tecnico do curso e submettidos á approvação do Departamento de Educação Physica.

i unico — Os trabalhos lectivos terão inicio, annualmente, no dia 1.º de Dezembro.

Art. 5.º — O curso comprehenderá as seguintes series:

- a) — Curso de instructores e professores;
- b) — Curso de monitores.

Art. 6.º — O ensino no curso de instructores e professores comprehenderá:

- a) — Ensino geral theorico-pratico;
- b) — ensino pratico.

Art. 7.º — O ensino geral theorico-pratico, constará de:

- a) — Anatomia
- b) — Physiologia
- c) — Hygiene
- d) — Historia da Educação Physica
- e) — Physiologia applicada
- f) — Anthropologia e Morphologia
- g) — Didactica e pedagogia da Educação Physica
- h) — Physiologia e meehanica dos movimentos
- i) — Gymnastica orthopedica
- j) — Soccorros de urgencia
- k) — Physiotherapia

l) — Estudo geral da educação e da harmonia dos movimentos, com applicação á educação physica feminina, Plastica animada, gymnastica rythmica, dansas regionaca e classicas.

Art. 8.º — O ensino pratico, constará de:

- a) — Demonstração pratica e execução individual e collectiva de todos os elementos do methodo.
- b) — estudo geral pedagogico e anatomio-physiologico dos diferentes elementos do regulamento geral de Educação Physica;
- c) — composição das lições para os diferentes graus das edades physiologicas;
- d) — direcção de lições para os diferentes graus das edades physiologicas;
- e) — organização de reuniões esportivas;
- f) — organização do ensino de Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino.

Art. 9.º — O ensino do curso de monitores comprehenderá:

- a) — Ensino geral theorico-pratico;
- b) — ensino pratico.

Art. 10.º — O ensino geral theorico-pratico constará de:

- a) — As grandes divisões da anatomia;
- b) — as grandes funcções physiologicas;
- c) — noções de hygiene geral;
- d) — resumo historico da educação physica e dos desportos;
- e) — noções de anthropometria;
- f) — noções de didactica e de pedagogia da educação physica;
- g) — soccorros de urgencia.

Art. 11.º — O ensino pratico constará de:

- a) — Demonstração pratica e execução individual e collectiva de todos os elementos do methodo;
- b) — estudo geral pedagogico dos diferentes elementos do Regulamento Geral de Educação Physica;
- c) — organização de lições para os diferentes graus das edades physiologicas;

- d) — direcção de lições para os diferentes graus das idades physiologicas;
- e) — noções sobre organização geral do ensino da Educação Physica nos estabelecimentos militares e de ensino.

DO PESSOAL DE ENSINO

Art. 12° — O pessoal de ensino do curso especial de educação physica comprehenderá:

- a) — Um director tecnico;
- b) — Instructores e professores, admittidos de accordo com as necessidades;
- c) — Monitores, para auxiliar os trabalhos praticos, em numero sufficiente.

Art. 13° — Ao director tecnico incumbe:

- a) — Superintender, orientar e coordenar todo o ensino do curso;
- b) — estabelecer directivas para os assumptos theoreticos e praticos que facilitem a organização dos programas dos instructores e professores;
- c) — Examinar, corrigir e coordenar os diferentes programas parciaes apresentados pelos instructores e professores do curso;
- d) — transmitir ao director do Departamento todos os programas do ensino annual dos diferentes cursos, depois de examinados e corrigidos, afim de que sejam submettidos á aprovação final;
- e) — ministrar pessoalmente um ou mais assumptos;
- f) — acompanhar e fiscalisar o desenvolvimento do ensino, fazendo cumprir os programas e propondo ao director do Departamento as correções das deficiencias que se façam sentir no decorrer do periodo lectivo;
- g) — apresentar ao director do Departamento, relatorios annuaes sobre o desenvolvimento do ensino e resultados obtidos;

h) — Solicitar ao director do Departamento a divulgação de todas as medidas relativas ao ensino e que necessitem conhecimento geral;

i) — apresentar, findos os trabalhos lectivos, ao director do Departamento o seu juizo sobre cada um dos instructores e professores, no desempenho das funcções de que se acham investidos;

j) — communicar ao director do Departamento as occurencias havidas com o pessoal do ensino e que determinem responsabilidade disciplinar de alumnos ou outros quaesquer funcionarios do curso, civis ou militares, afim de que o director do Departamento, usando da sua autoridade, tome as providencias que julgar necessarias;

k) — encaminhar ao director do Departamento as requisições de material de ensino feitas pelos instructores e professores, alterando-as segundo lhe pareça conveniente.

§ unico — As communicações entre o director tecnico e o director do Departamento, serão feitas por memoranda, ainda que tenha havido outro entendimento entre elles.

Art. 14° — O director tecnico será substituido em suas faltas ou impedimentos pelo instructor ou professor por elle designado.

Art. 15° — Ao pessoal de ensino cumpre:

- a) — Dar lições, aulas ou exercicios, nos dias e horas designados, entregando, quando necessario, as lições dactylographadas, ao director tecnico, para serem impressas e distribuidas aos alumnos;
- b) — solicitar ao director tecnico o material necessario aos respectivos trabalhos e conserval-os sob sua guarda;
- c) — diligenciar, por todos os meios possiveis para que a materia respectiva seja efficientemente tratada, cumprindo rigorosamente o programma de ensino;

d) — apurar o aproveitamento dos alumnos por meio de arguições oraes frequentes e sabbatinas ou trabalhos dados mensalmente, quando o assumpto comportar;

e) — apresentar ao director tecnico, até o dia 15 de cada mez, uma relação das medias de todas as notas obtidas pelos alumnos, no mez anterior, afim de que sejam mandadas registrar, na Secretaria pelo director do curso;

f) — comunicar ao director tecnico, com a necessaria antecedencia, os impedimentos, que, respectivamente, tenha no exercicio de suas funções;

g) — apresentar ao director tecnico, antes do periodo lectivo, o programma e o numero de aulas ou trabalhos praticos da respectiva materia;

h) — satisfazer as determinações feitas pelo director do curso, a bem do serviço ou para dar informações a autoridade superior;

i) — marcar com 8 dias de antecedencia, pelo menos, as datas e materias das sabbatinas escriptas, entendendo-se previamente com o director tecnico afim de saber se ha alguma impedimento;

j) — observar as instrucções e recommendações do director do curso quanto á policia interna das aulas;

k) — convidar a retirar-se da aula o alumno cuja presença julgue, no momento, perturbadora, dando conhecimento da falta commettida ao director tecnico que a transmittirá ao director do Departamento para os fins disciplinares.

Art. 16° — Quando o instructor ou professor não tiver auxiliar, o director tecnico indicará quem o deva substituir, se possivel, ou pedirá as providencias necessarias ao director do Departamento.

Art. 17° — Todo o pessoal de ensino será designado pelo secretario da Instrução mediante proposição do director do Departamento, e pela mesma fórma dispensado das respectivas funções.

DO CONSELHO DE INSTRUTORES E PROFESSORES

Art. 18° — Para boa harmonia de vista e melhor ordenação do ensino o director do Departamento, pode, quando julgar necessario, ou por solicitação do director tecnico do curso, reunir o pessoal do ensino em Conselho, sob a sua presidencia, para estudar os assumptos geraes relativos aos problemas geraes do curso de Educação Physica.

DAS MATRICULAS

Art. 19° — Para a matricula no curso de instructor e professor de Educação Physica é necessario que os candidatos satisficam as condições seguintes:

a) — Ser diplomado como professor por estabelecimento do ensino official ou officialisado do Estado e da União;

b) — ser official do Regimento Policial Militar, com o curso profissional militar;

c) — ter mais de 16 e menos de 35 annos de idade, contada até a data da matricula;

d) — ter demonstrado capacidade para ministrar o ensino de educação physica, attestada, para os officiaes — pelo commandante do R. P. M. e para os professores — pelos directores dos Estabelecimentos onde tiverem obtido seus diplomas.

e) — ter excellente e optima robustez physica, comprovada em rigorosa inspecção de saude perante uma junta medica indicada pelo director do Departamento.

Art. 20° — Para matricula no curso de monitores é necessario que os candidatos satisficam as condições seguintes:

a) — Ser sargento do R. P. M. com o curso profissional ou certificado de approvação no terceiro gráo da Escola Regimental;

b) — ter mais de 19 annos e menos de 35 annos de idade, contada até a época da matricula;

c) — ter optima conducta;

- d) — ter demonstrado capacidade para ministrar a Educação Physica, attestada pelo commandante do Regimento;
- e) — ter excellente saude e optima robustez physica comprovada em rigorosa inspecção de saude perante uma junta medica indicada pelo director do Departamento;
- f) — ter obtido, pelo menos, a classificação para *medito* no ultimo exame physico;
- g) — ter obtido classificação no concurso de admissão dentro do numero fixado das vagas a preencher.

Art. 21° — Os requerimentos dos candidatos aos cursos de instructor e professor de educação physica deverão ser dirigidos ao director do Departamento, onde devem dar entrada o mais tardar até 10 de Novembro de cada anno.

Art. 22° — Os requerimentos dos candidatos ao curso de monitores serão dirigidos ao director do Departamento, por intermedio do commandante do Regimento Policial Militar, devendo dar entrada até o dia 10 de Outubro de cada anno.

Art. 23° — Os requerimentos de que tratam os artigos 21 e 22 serão instruidos com os seguintes documentos:

- a) — para o curso de instructores e professores:
- 1 — Resumo da historia de sua vida no magisterio, para os professores, e, resumo da fé de officio, para os officiaes do R. P. M. Para ambos os casos deverão ser mencionados, principalmente o numero e a qualidade dos elogios e das punições soffridas;
 - 2 — Uma folha de conceitos relativos ao candidato, expedida, respectivamente, pela Secretaria da Instrucção e pelo Regimento Policial Militar;
 - 3 — Acta da inspecção de saude;
 - 4 — Das informações constantes da alinea "d" do art. 19.°;
 - 5 — De photographias do tamanho de 12 x 12, tiradas de frente e de perfil, devendo os instructores, juntarem ainda a ficha individual de modo anexo ás presentes instrucções.
- b) — para o curso de monitores:

- 1 — Resumo dos assentamentos.
- 2 — Julzo particular do Commandante do R. P. M. sobre a idoneidade moral, intellectual e physica do candidato.
- 3 — Das informações constantes da alinea "d" do art. 20.° e das exigencias estabelecidas pelos ns. 3 e 5 da alinea anterior.

DO CONCURSO DE ADMISSÃO

Art. 24.° — O concurso de admissão de que trata o unico do art. 2.°, necessario para a matricula no curso de monitores de educação physica consta de uma prova escripta e é feita de accordo com os programas annualmente elaborados pelo director tecnico do curso, approvados pelo director do Departamento e publicados no "DIARIO OFFICIAL" até 1.° de Outubro do anno anterior áquelle para o qual deve vigorar.

Art. 25.° — Trinta dias antes da data fixada para a realizacão do concurso de admissão, o director tecnico do curso submeterá á approvação do director do Departamento as questões da prova escripta do citado concurso.

Art. 26.° — A prova escripta do concurso de admissão é feita na sede do Departamento no primeiro dia util do mez de Novembro de cada anno.

Art. 27.° — A commissão de fiscalizacão e exame da prova escripta do concurso de admissão é constituída do:

- Director Technico ou professor;
- um instructor ou professor;
- um medico.

Art. 28.° — Terminado o concurso, serão as provas remettidas á Secretaria do Departamento em envelope lacrado, afim de serem guardadas até nova reunião da commissão que as julgará.

DAS NOTAS, EXAMES E CONCLUSAO DO CURSO

Art. 29.° — Os alumnos dos diversos cursos serão, durante o periodo lectivo, submettidos a sabbatinas, trabalhos e provas, escriptas, oraes e praticas, (quando a materia comportar), conforme os programas de detalhe organizados pelo director tecnico.

é unico — O julgamento das sabbatinas, trabalhos e provas, é feito em grãos, variando de "0 a 10".

Para cada materia a *media geral* será obtida pela media arithmetica dos grãos obtidos durante o periodo lectivo.

Art. 30 — Os exames de fim de curso constarão de provas escriptas, oraes e praticas, consoante a natureza das aulas e materias do ensino; abrangerão disciplinas respectivamente escolhidas e organizadas pelos instructores e professores e submettidas ao director tecnico do curso.

§ 1º — Os exames praticos, referentes á Educação Physica, constarão, pelo menos, da execução dos exames medico e physico e de provas de execução e direcção.

§ 2º — Por occasião dos exames a secretaria do curso fornecerá á banca examinadora as medias obtidas pelos alumnos durante o periodo lectivo, e relativa a cada materia.

§ 3º — Antes de iniciados os exames de fim do curso, cada alumno apresentará á direcção do curso um trabalho escripto, sobre Educação Physica, ficando o assumpto á sua escolha.

§ 4º — Para a obtenção de diploma de instructor ou professor de Educação physica, é indispensavel a apresentação do trabalho citado no § anterior.

Art. 31 — O julgamento das provas é feito segundo os grãos do § unico do art. 29º.

O *grão de exame* é obtido pela media arithmetica entre os grãos das provas escriptas, oral e pratica (quando a materia comportar).

O *grão "0"* em qualquer uma das provas ou a media igual ou inferior a "4" (curso de instructores e professores) ou a "3" (curso de monitores), reprovarão.

Art. 32 — A *aprovação em cada materia* será obtida pela media arithmetica entre a *media geral* e o *grão de exame*.

Art. 33 — A *aprovação em fim de curso* será obtida pela media arithmetica entre o *grão de aprovação em cada materia* e a *nota de aptidão* dada pelo director tecnico do curso.

Art. 34 — As notas de aprovação em fim de curso recebem as seguintes qualificações ou menções:

"4" — (exclusive — curso de instructores e professores) — ou "3" — (exclusive — curso de monitores) — **REGULAR.**

"6" — (exclusive — a "8" — inclusive — **BEM.**)
"8" — (exclusive — a "10" — inclusive — **MUITO BEM.**)

Art. 35 — O grão igual ou inferior a "3" — curso de monitores, e a "4" — curso de instructores e professores — como nota de aprovação de fim de curso, **REPROVA** o sargento para as funcções de monitor, e, serão considerados como tendo feito o curso, *sem aproveitamento*, os officiaes e professores.

Art. 36 — Ao alumno que estiver doente por occasião de qualquer prova de exame, ou que adoecer depois de inicial-o, de modo a não poder conclui-lo, o director do curso marcará outro dia para a prova ou nova prova, uma vez ellestada a doença pelo medico do curso.

De qualquer modo, porem, somente até 15 de Março de cada anno pode haver exame de alumnos do curso, que, por motivo de molestia, deixar de os fazer na época opportuna.

Art. 37 — Todo o alumno que no fim do periodo lectivo, não obtiver em cada materia uma *media geral* "3" (curso de monitor) ou "4", (curso de instructores e professores), não poderá fazer o exame final respectivo e será considerado **REPROVADO.**

Art. 38 — Os exames serão prestados por aulas ou materias, perante uma commissão de tres instructores ou professores, da qual deve, sempre que possivel fazer parte o instructor ou professor que tiver dirigido a aula ou materia sobre que versar o exame. A nomeação das commissões de exame compete ao director do Departamento, por indicação do director tecnico do curso.

Art. 39 — Designadas as commissões, o director tecnico do curso determinará a ordem que se deve seguir em todas as provas.

Art. 40 — Nas provas oraes e praticas os alumnos podem ser divididos em turmas; essa divisão é feita de accordo com o instructor ou professor.

Entre as provas escriptas e oraes da mesma turma, deverão mediar, no minimo, 24 horas.

Nenhum alumno pode ser obrigado a fazer no mesmo dia mais de um exame.

Art. 41. — A prova escripta é feita em presença da commissão examinadora e não se permitirão pessoas estranhas ao acto do exame no local que ella se realizar.

O papel distribuido aos alumnos será rubricado pela commissão.

O ponto para prova escripta será tirado á sorte.

Os alumnos não podem se servir de apontamentos, livros ou quaesquer outros meios que não sejam previamente permittidos e designados pela commissão examinadora.

Considera-se **REPROVADO** o alumno que assignar a prova em branco ou se servir de meios não permittidos pela commissão examinadora.

Art. 42. — As provas oraes serão publicas.

Cada alumno tirará o ponto á sorte.

Art. 43. — O grão das provas escriptas, oraes e practicas é obtido pela media dos grãos conferidos pelos examinadores em cada uma dellas.

Art. 44. — Os alumnos, — officiaes, professores e sargentos, que terminarem os cursos de Educação Physica serão classificados por merecimento intellectual, dentro de cada um dos respectivos cursos.

O resultado dessa classificação será publicado no "*Diário Official*".

DO PERIODO LECTIVO E DA FREQUENCIA

Art. 45. — Quando, por motivo de ordem superior, os trabalhos escolares do curso forem iniciados depois da epocha designada nas presentes instrucções, ou haja uma interrupção no decorrer do mesmo, haverá se necessario, no final do periodo lectivo, uma compensação, por acrescimo, de modo que possam sempre ser integralmente realizados os programmas respectivos.

Art. 46. — O emprego do tempo é regulado mediante a organização, pelo director technico, de programmas semanaes ou quinzenaes, que devem chegar ao conhecimento do director do Departamento e dos alumnos do curso.

Art. 47. — A frequencia é obrigatória.

§ 1.º — Ao alumno que por motivo justificado faltar, em um mesmo dia, a uma ou mais aulas ou exercitios, marcar-se-á um ponto.

§ 2.º — Marcar-se-ão tres pontos ao alumno que faltar, em um mesmo dia, a uma ou mais aulas ou exercitios, sem motivo justificado.

§ 3.º — O alumno que completar vinte pontos será desligado do curso.

Entretanto, se as faltas, numerosas e consecutivas, resultarem do caso de força maior (doença ou accidente) e o alumno tiver obtido nos seus trabalhos anteriores a media CINCO ou mais, o desligamento só será effectuado quando attingidos TRINTA pontos.

§ 4.º — Quando, porém, o alumno tiver sido desligado por ter completado VINTE pontos só poderá obter nova matricula mediante as condições normaes de ingresso, estipuladas no art. 19.º.

§ 5.º — Será tambem desligado o alumno que commetter falta grave, á juizo do director do Departamento, submettido o acto á ratificação do Secretario da Instrução. O alumno assim desligado não mais poderá voltar ao curso.

§ 6.º — A justificação das faltas será feita perante o director technico do curso, dentro de quarenta e oito horas, salvo o caso de força maior comprovada.

§ 7.º — O comparecimento dos alumnos do curso de instructores e professores será verificado pela assignatura no livro de presença, e a dos alumnos do curso de monitores, mediante chamada.

§ 8.º — Os professores e instructores do curso e seus auxiliares, não poderão dispensar o alumno de aula ou instrução, cabendo-lhes mandar marcar ponto ao que se retirar dos trabalhos.

DO SYSTEMA DISCIPLINAR

Art. 48. — Todo o pessoal do curso de Educação Physica, permanente ou temporario, ficará sob a acção disciplinar do director do Departamento, que encaminhará ao Secretario da Instrução o que competir.

Art. 49. — O Secretario da Instrução pode, por conveniencia disciplinar justificada, mandar transcar a matricula de qualquer alumno ou dispensar qualquer pro-

feitor, instructor, auxiliar ou monitor, cuja continuação no curso, fór, a seu juizo, nocivo á disciplina.

§ 1º — Tratando-se de alumno do curso de monitores, pode tambem solicitar, por intermedio da Secretaria do Interior, penalidade mais rigorosa, para o infractor.

§ 2º — As medidas de character administrativo acima indicadas, não prejudicam qualquer procedimento criminal, que no caso couber.

Art. 50 — O director do Departamento é competente para impor as penas de reprehensão bem como multas, de um a oito dias de ordenado ou gratificação, ou ainda de todo o vencimento nesse periodo, conforme a gravidade da falta, a seu juizo, a todo o pessoal do curso de educação physica sobre os quaes não houver disposição especial nas presentes instrucções.

Fica entendido que esse procedimento não isenta os assim punidos da accção penal que lhes possa caber, se fór o caso, nos termos da legislação em vigor.

Art. 51 — Qualquer membro do pessoal de ensino ou do Departamento, que faltar aos seus deveres, será advertido em particular pelo respectivo director; se reincidir na falta, será reprehendido em boletim de serviço ou boletim reservado, podendo o director, caso julgue necessario, suspendel-o e levar o facto ao conhecimento do Secretario da Instrução.

RECOMPENSAS E OBRIGAÇÕES

Art. 52 — Haverá um DIPLOMA para os instructores e professores e um CERTIFICADO DE APTIDAO para os monitores de educação physica, approvados nos respectivos cursos (modelos annexos).

Art. 53 — O alumno que concluir o curso com a qualificação "MUITO BEM", tem MENÇÃO HONROSA feita em boletim de serviço e transcripta pela Secretaria da Instrução no historico de sua vida no magisterio ou na sua fé de officio, si se tratar de official do R. P. M. ou ainda, nos seus assentamentos, si se tratar de sargento do R. P. M.

Art. 54 — Aos alumnos que terminarem o curso nas condições previstas no artigo anterior, serão conferidas as seguintes recompensas:

a) — ao professor — promoção á entrança superior, independente de vaga;

b) — ao official do R. P. M. — graduação no posto immediatamente superior;

c) — ao sargento — promoção ao posto immediatamente superior (exclusive o sargento-ajudante).

Art. 55 — Os instructores, professores e monitores do curso, serão substituidos annualmente na proporção de um terço, á juizo do director do Departamento, por proposta do director tecnico, pelos alumnos que terminarem o curso com a MENÇÃO HONROSA ou na falta d'estes, com a qualificação "BEM".

Art. 56 — Os instructores e professores diplomados pelo curso de educação physica, e os sargentos que obtiverem certificado de approvação no citado curso, serão aproveitados para dirigirem e auxiliarem, respectivamente, a instrução desta especialidade, nos estabelecimentos militares e de ensino e nas agremilações desportivas do Estado.

Art. 57 — Os instructores, professores e monitores de educação physica, aproveitados nas condições do artigo anterior, ficam obrigados a remetter annualmente ao Departamento de Educação Physica, no fim dos trabalhos, um relatório da progressão e dos resultados que houverem obtido nas suas turmas.

Art. 58 — O director tecnico do curso póde propor ao director do Departamento, até dois instructores ou professores e dois monitores, que tenham se distinguido como alumnos para um estagio de aperfeiçoamento, como auxiliares de ensino do curso.

Art. 59 — O diploma expedido pelo Departamento de Educação Physica assegura aos professores o direito de preferencia para os casos de nomeação e promoção.

DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

Art. 60 — O curso terá ALEM DO DIRECTOR TECHNICO, mais o seguinte pessoal para a administração:

a) — um secretario;

b) — um medico;

c) — um almoxarife.

Art. 61 — A administração terá como auxiliares os alumnos chefes das turmas de que trata o artigo 19.

- Art. 62 — Terá o seguinte pessoal empregado:
- a) — um bibliothecario, professor ou instructor do curso;
 - b) — um dactylographo, que poderá ser escolhido entre os sargentos do R. P. M. ou no quadro de funcionarios da Secretaria da Instrução;
 - c) — um continuo-servente;
 - d) — um enfermeiro;
 - e) — um auxiliar do almoxarife.

Art. 63 — O director tecnico será de nomeação e demissão do Governo do Estado, que fixará seus vencimentos.

Art. 64 — Os demais empregados do curso serão nomeados pelo Secretario da Instrução por proposta do director do Departamento de Educação Phisica, á excepção do bibliothecario, que será designado pelo director tecnico do curso.

Art. 65 — Ao director tecnico compete as seguintes funcções administrativas:

- a) — dirigir e administrar o curso de educação phisica dentro das exigencias previstas nas presentes instrucções;
- b) — corresponder-se directamente, em objecto de serviço do curso, com as autoridades civis e militares, quando o assumpto não exigir a intervenção da autoridade superior;
- c) — preencher, interinamente, dentro da administração, os cargos que se vagarem;
- d) — apresentar ao Departamento, annualmente, um relatório das principaes occurrencias relativas á administração e á disciplina do curso, durante o periodo lectivo findo, propondo ao mesmo tempo as medidas que se tornarem necessarias e juntando o orçamento das despesas para o novo periodo escolar;
- e) — nas faltas graves, que affectem á disciplina e á moralidade do curso, poderá propor ao Departamento a pena de desligamento, se o infractor fór alumno, ou demissão, dos demais, depois da conclusão da syndicancia instaurada a respeito, por sua determinação;

D) — excluir do curso os alumnos cujo desligamento fór previsto nestas instrucções, communicando o facto ao director do Departamento.

E) — propor ao Departamento a imposição aos empregados, para os quaes não houver disposições especiaes nas presentes instrucções, de penas de suspensão ou multa, consoante a gravidade da falta;

F) — baixar instrucções especiaes relativas á administração e disciplina do curso, que, porventura, sejam necessarias para o fiel cumprimento destas instrucções;

G) — encaminhar á autoridade competente as questões e actos relativos ao ensino, que lhe forem apresentados pelos professores e instructores, opinando, se for o caso, pela sua approvação ou modificação, em vista das necessidades e do interesse geral;

H) — fiscalisar a disciplina do curso no que disser respeito ao pessoal da administração, alumnos e pessoal empregado, civil ou militar, e o modo por que são cumpridas as ordens em vigor, inspecionando diariamente todos os serviços do curso;

I) — facilitar aos instructores e professores todos os elementos necessarios ao trabalho escolar;

J) — Ao secretario compete:

- a) — auxiliar o director tecnico na fiscalisação dos diferentes trabalhos do curso;
- b) — fiscalisar a escripturação de carga e descarga de todo o material confiado ao almoxarife, verificando a sua regularidade, bem como a distribuição;
- c) — ter a seu cargo a organização de um boletim diario interno, que deverá conter todo o objecto de serviço do Curso;
- d) — participar diariamente ao director tecnico as occurrencias havidas, prestando esclarecimentos a respeito;
- e) — organizar e dirigir toda a escripturação relativa ao Curso, ficando responsavel, perante o director, pela exactidão;
- f) — ter a seu cargo o livro de ponto dos instructores e professores e do pessoal empregado;

- g) — organizar e ter em dia o livro de matricula dos alumnos, por séries;
- h) — organizar e trazer em dia o historico do curso;
- i) — organizar e escripturar o livro historico da vida de cada alumno no Curso;
- j) — preparar a correspondencia do curso, de accordo com as ordens do director tecnico;
- k) — distribuir e fiscalisar os trabalhos da secretaria;
- l) — estudar, preparar e instruir com os necessarios documentos, todos os assumptos que devem subir ao conhecimento do director tecnico do Curso, facilitando-lhe a solução dos papeis com as exposições explicativas;
- m) — executar ou fazer executar pelos seus auxiliares, todos os serviços não discriminados nas presentes instruções, que se referirem á Secretaria do Curso;
- n) — escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada e trazer em dia a escripturação dos livros necessarios ao movimento do Curso;
- o) — zelar pelo sigillo dos serviços affectos á secretaria e que, por sua natureza, não devam ser divulgados;
- p) — preparar os esclarecimentos que devem servir de base ao relatório do director do Curso;
- q) — suggerir a este as medidas necessarias á boa ordem dos trabalhos na Secretaria;
- r) — apurar e apresentar ao director tecnico do curso, com opportuidade, o numero de pontos de cada alumno;
- s) — apurar mensalmente, pelos livros e aulas, as faltas dos instructores, professores, auxiliares e monitores, apresentando communicação escripta ao director do Curso;
- t) — fiscalisar constantemente o serviço da bibliotheca;
- § unico — O secretario será substituído em seus impedimentos ou faltas pelo instructor ou professor que o director tecnico do Curso, designar.
- Art. 67 — Ao medico incumbem:
- a) — prestar soccorros de sua profissão a todo o pessoal do Curso;

b) — participar ao director do curso qualquer indicio de molestia contagiosa ou epidemica, indicando os meios para debellar o mal;

- c) — assistir a todos os exercicios dos alumnos;
- d) — fazer o controle physiologico do gabinete physiologico, sendo responsavel por todo o material ali existente;
- e) — organizar, com auxilio dos instructores e professores, as fichas individuaes dos alumnos;
- f) — propôr ao director do curso a dispensa dos trabalhos aos alumnos que, embora a elles competendo, não possam tomar parte nos mesmos por motivos considerados prejudiciaes;
- g) — attestar, por escripto, a impossibilidade dos instructores, professores, auxiliares, monitores e alumnos, de comparecerem aos trabalhos por motivo de doença;
- h) — organizar um posto de soccorro de emergencia e respectiva ambulancia;
- i) — propôr, fundamentando-as, todas as medidas hygienicas que devam ser adoptadas.

Art. 68 — Ao Almozarife compete:

- a) — ter sob sua guarda e responsabilidade o material e mais utensilios pertencentes ao curso;
- b) — assignar e submeter ao visto do director do Curso) os pedidos de material dirigidos ao Departamento;
- c) — ter em dia os livros de carga e descarga, não só do material sob sua guarda immediata, como tambem todo aquelle distribuido ás diferentes dependencias do Curso;
- d) — não permittir a retirada do material em depósitos sem ordem escripta do director do Curso;
- § unico — O almozarife, será substituído em suas faltas e impedimentos pelo funcionario que o director do Curso determinar.

Art. 69 — Os chefes de turma, que serão escolhidos dentre os alumnos, exercerão simultaneamente com os encargos que lhes cabem, as funções seguintes:

- a) — verificar a presença dos alumnos de suas turmas por occasião dos exercicios praticos, dando immediatamente parte ao instructor, das faltas occorridas;

b) — comunicar immediatamente ao instructor toda a occorrença, havida na instrução;

§ unico — Os chefes de turma, não, se assim o exigir o serviço, a juizo do director do Curso um auxellia com a denominação de sub-chefe.

Art. 70 — Ao bibliothecario incumbê:

a) — a guarda e conservação dos livros, móveis, utensilios e demais objectos existentes na bibliotheca, por tudo sendo responsavel;

b) — ter em dia o catalogo da bibliotheca, methodicamente organizado;

c) — fazer a escripturação da entrada e saída de livros e mais objectos;

d) — observar rigorosamente as instruções para o serviço da bibliotheca, que forem baixadas pelo director do Curso.

Art. 71 — Ao dactylographo incumbê os trabalhos que lhe forem entregues pelo secretario do Curso.

Art. 72 — As funções de continuo-servente, serão determinadas pelo director do Curso.

Art. 73 — O enfermeiro terá as suas funções determinadas pelo medico do Curso, ficando obrigado tambem a comparecer diariamente a todos os trabalhos de campo.

Art. 74 — O auxiliar do almoxarifate terá as funções determinadas pelo almoxarifate.

MATERIAL DE ENSINO E DESPENSAS DO CURSO

Art. 75 — Para que o ensino seja ministrado com o necessario desenvolvimento, o Curso de Educação Physica comportará uma installação material tanto quanto possível, adequada ao funcionamento simultaneo de todos os seus cursos. Tal installação será fixada e apropriada mediante entendimento entre o director tecnico do Curso e o director do Departamento de Educação Physica, desde que sejam autorizadas pelo Governo do Estado as despesas decorrentes.

§ unico — Completam a installação acima referida:

a) — uma bibliotheca, com livros, regulamentos, registros, publicações, etc., versando principalmente sobre educação physica e assumções a ella referentes;

b) — mappas anatomicos diversos, graphicos, etc.;

c) — manequins anatomicos;

d) — esqueletos;

e) — appparelhos necessarios aos differentes cursos;

Art. 76 — Para estudo dos alumnos fóra das horas de trabalho poderão ser utilizados o material e utensilios das diferentes installações e laboratorios do Curso, desde que o permitta o responsavel pela carga do material e utensilios e o autorise o director do Curso.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 77 — Terminados os exames e expedidos os respectivos diplomas, os alumnos serão delegados do curso e mandados apresentar pelo Departamento a Secretaria da Instrução que por sua vez, encaminhará os officiaes e sargentos a Secretaria do Interior e disporá do pro-fessorado.

Art. 78 — Os alumnos do Curso de Educação Physica, quer sejam professores, officiaes ou sargentos do R. P. M., nenhuma vantagem pecuniaria extraordinaria perceberão durante o periodo lectivo, sem, entretanto serem prejudicados nos seus ordenados ou vencimentos. Os sargentos receberão os seus vencimentos como desarmachados.

Art. 79 — O Governo do Estado fornecerá, por intermedio da Secretaria da Instrução, passagem de ida e de volta aos professores do interior que desejarem effectuar matricula no curso de Educação Physica.

Art. 80 — Os sargentos, alumnos do Curso de monteses uniformes communs e ficarão considerados a disposição da Secretaria da Instrução durante o periodo lectivo.

§ unico — Ao se matricularem no Curso, esses sargentos se obrigam a um reengajamento por cinco annos, mas se forem delegados por qualquer motivo que não seja a terminação do Curso, esse reengajamento fica reduzido a dois annos.

Art. 81 — Com o fim de evitar accidentes desagradáveis no decorrer dos trabalhos practicos, o director tecnico do curso poderá solicitar, por intermedio do Departamento, mediante parecer do medico do Curso, o desligamento do alumno que, por qualquer motivo de saúde, fraqueza organica ou incapacidade para fazer o respectivo curso, não esteja em condições de supportar, sem perigo para a sua saúde, o intensivo trabalho physico do Curso.

Art. 82 — Os alumnos designados por qualquer motivo que não seja: — conclusão do Curso, alteração de saúde, comprovada perante junta medica designada pelo Departamento, indemnisarão os cofres publicos das despesas de passagens, concedidas na forma do artigo 79.

Art. 83 — Afim de que haja unidade de doutrina nos ensinamentos ministrados no Curso de Educação Physica e nos estabelecimentos de ensino e corporações militares do Estado, deverá existir estreita ligação entre o Departamento de Educação Physica, não sendo absolutamente permitida qualquer alteração nas directivas baixadas sobre o assumpto pelo mesmo Departamento. Esta relação de dependencia, da qual resultará uma verdadeira fiscalização por parte do Departamento, que solicitará a intervenção do Secretario da Instrução sempre que julgar, haja irregularidade, deficiência ou divergencia no methodo de ensino, só trará beneficios para a Educação Physica no Estado, facilitando a tarefa de cada um e dando margem ás observações e á organização de estatisticas.

Art. 84 — A ligação acima referida será feita:

1.º — Dos estabelecimentos de ensino do Estado para com o Departamento:

a) — remessa annual: — após o inicio dos trabalhos, de uma relação de todos os alumnos matriculados na escola, com a classificação intellectual dentro de sua classe, idade, filiação, naturalidade e, discriminando ainda, os resultados dos primeiros exames medicos e physicos. Após o encerramento dos trabalhos, de uma relação contendo as observações dos resultados obtidos com o methodo, e o aproveitamento de cada alumno;

b) — Remessa periodica: — Dos exames medicos e physicos subsequentes. Do resultado das demonstrações levadas a effecto na escola. Le observação sobre o ensino de Educação Physica nos estabelecimentos de ensino. Emfim, de todos os dados, observações e trabalhos que possam interessar ao Departamento de Educação Physica.

2.º — Da Corporação Militar do Estado para com o departamento:

- a) — resultado do 1.º exame medico e physico, acompanhado das indicações: — idade, naturalidade, estado civil;
- b) — Resultado dos exames medico e physico subsequentes;
- c) — resultado das diferentes competições realizadas;
- d) — observações sobre os resultados alcançados com a educação physica, sobre as vantagens ou desvantagens da applicação do methodo adoptado e sobre a falta ou difficuldade de material ou campos para os trabalhos;
- e) — consultas ao Departamento sobre certas difficuldades ou duvidas no modo de applicação do methodo adoptado;
- f) — Relatorio annual.

Art. 85 — O Departamento de Educação Physica fornecerá periodicamente aos estabelecimentos de ensino e corporação militar do Estado, as notas necessarias ao ensino de Educação Physica.

Art. 86 — Os inspectores escolares, afim de que possam fiscalisar tambem o ensino de educação physica nos respectivos estabelecimentos, deverão se habilitar com o Curso de Educação Physica.

§ unico — A matricula dos mesmos será feita de accordo com as exigencias previstas no art. 19, 21 e alinea a) do art. 23.

Art. 87 — Será permitida a matricula no Curso de Educação Physica, a civis que, embora não satisficam a exigencia da alinea a) do artigo 19, se submettem a um exame de admissao previsto no art. 24, ficando a cargo do Departamento avaliar a capacidade dos candidatos.

§ unico — Os civis que nessas condições obtiverem o diploma de professor de Educação Physica, poderão ser aproveitados pelo Governo para ministrarem o ensino dessa especialidade.

Art. 88 — Opportunamente, por proposição do Departamento, será creado pelo Governo do Estado o Curso de Especialização, para medicos, com o fim de uma melhor cooperação no ensino de Educação Physica no Estado, sendo então baixadas as respectivas instrucções.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 89 — O methodo de Educação Physica a adoptar no Curso de Educação Physica será, na forma do que dispõe o Decreto n. 1.365 de 26 de Junho de 1931, aquelle expresso no Regulamento Geral de Educação Physica.

Art. 90 — O Governo poderá augmentar a duração dos cursos enumerados nestas instrucções, desde que a pratica a isso aconselhe, e o permittam as possibilidades, mediante proposta do director do Departamento de Educação Physica.

Art. 91 — O Curso de Educação Physica funcionará num dos estabelecimentos do Estado, podendo utilizar para os seus trabalhos praticos a praça de desportos escolhida pelo Governo, mediante accordo com o Club, pela sua Directoria, sobre o qual recahir essa escolha.

Art. 92 — Para a constituição do grupo de professores, instructores e monitores, que deverão formar o corpo docente no periodo lectivo de 1931—32, serão aproveitados aquelles que já se encontrarem leccionando essa especialidade, á juizo do director do Departamento.

Victoria, 15 de julho de 1931.

João Manoel de Carvalho



ANEXO B Ë Entrega do diploma de professora de Educação Física para a senhora Lydia Besouchet

SECRETARIA DO INTERIOR
 Departamento do Ensino Público
VITÓRIA
 ESTADO DO ESPIRITO SANTO
 Secretaria de Educação Física

Vitória, _____
 N.º _____
 Objeto: _____

No dia 1.º de Dezembro de 1931, presentes o exmo. Sr. Interventor Federal, secretrios de Estado, Bispo Diocesano, autoridades Federais, estaduais e municipais, foi encerrado o Curso de Emergência, instalado em 24 de Agosto deste no.

Foram conferidos diplomas de professor de Educação Física às professoras Rita Tosi Quintais, Hilda Pessoa Prado, Alcira Netto, Maria Durvelina Calmon, Juracy Machado e Lydia Besouchet e certificado de Monitor ao sargento do Regimento Policial Militar, Alcides Vasconcelos. Os diplomas foram conferidos sem nos mesmos constar a classificação e o grau de aprovação, por não terem sido os alunos submetidos a exames sendo os diplomas conferidos tendo em vista o aproveitamento obtido pelos mesmos, durante o Curso.

No mesmo dia foi instalado o primeiro curso regular de Educação Física, com a presença das mesmas autoridades, tendo o Diretor do Departamento de Educação Física, ten. cel. Carlos M. Medeiros, dado como iniciado o primeiro Curso Especial de Educação Física.

Não se tendo lavrado a ta das solenidades acima, para constar lavrei o presente termo, que assino, ficando o mesmo anexo ao livre de tas deste Curso.

Secretaria do Curso de Educação Física, em 2.12.31

Amador Mello
 Secretário do C. E. F.

Exposição de Educação Física
 Comemorativa ao «Dia do Professor de Educação Física»
 VITÓRIA - E. SANTO

Ata de instalação do 1.º CURSO
 da ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO
 ESTADO. 1931

Contribuição da Casa Hilal Vitória

ANEXO C É Fragmentos do Artigo publicado pelo Jornal do Estado no ano de 1935, assinado pelo pseudônimo Í mestre escolaí

Dó Estado de 19-11-935

A Anarchia no Ensino

(De um mestre-escola)

Parece ser proposito assentado do nosso governador reduzir á expressão mais simples o ensino nesta terra infeliz. Tendo formado o seu espirito na escola da força physica, quer elle transformar o Espirito Santo em uma Sparta dos tempos antigos. Não tardará que o homenziño abaixe um edito, obrigando a infancia a dormir ao relento, para temperar o organismo na resistencia aos phenomenos atmosphericos. O resto ahí está aos olhos do publico. A educação physica é a preocupação maxima do governador.

Lobo, Feliciano Garcia e Cyro Duarte está assediando o Capitão para que complete o seu plano de desmantelo, pondo na direcção do Departamento um feliz chefe de sessão. Um governo assim, pode muito bem ter, também, como supremo dirigente um chefe de secção.

Para o Governador ler

Naquelle tempo o Capitão João Punaro Bley era o ajudante do Col. José

As questões da intelligencia não o attraem nem o interessam. Já começaram as provas escolares, tendo sido a primeira a de educação physica. Compareceram as crianças para os saltos e as correrias. Essa prova só existe no Espirito Santo do sr. Bley, mais em parte alguma. Cor-

sub-môr. Os estabelecimentos de curso secundario estão cheios de macruros, isto é, professores que não dão aula. Na sua maioria a cousa é assim. O governador não vê, porque está sonhando com as suas milicias spartanas. E como elle não vê, ninguém mais vê.

pelas escolas, mantém o governo um curso de aprendizagem nesta capital, que é um verdadeiro escandalo. Cerca de 15 professoras normalistas estão matriculadas neste curso, com um vencimento mensal de 300\$000, vencimento, que não se justifica, porque em quanto ellas para aprender ganham aquella quantia, as que estão no interior á frente das escolas ruraes percebem menos de 200\$000. Mas, só conseguem matricular neste extravagante curso as protegidas, que querem ficar em Victoria sem nada fazerem e apenas sangrando o thescuro nos 300\$000 mensaes. Para isto, são neameadas professoras ruraes sem que jamais apareçam nas localidades, para as quaes foram designadas.

Que é della ?

(De um mestre escola)

O inspector Claudionor Ribeiro fez bem, publicando aquelle telegramma sobre escola rural modelo, transmittido pela congressista paulista Francisca Rodrigues. A estas horas a referida deputada está convencida de que ha neste Estado aquelle estabelecimento; porém, si ella soubesse que este governo só cuida de educação physica, á maneira como elle proprio e entende aquelle despacho teria sido de peza-mes.

Foram dizer ao governador da conveniencia de fundar-se nas imediações da Capital uma escola rural modelo. Com a mentalidade que elle possui do que seja instrucção, concluiu ser a escola uma mortalidade de sua educação physica. Na cidade se salta, se cabriola e se corre a obstaculo; na modelo rural se desenvolve o muque no cabo da enxada e da foice. Chamou, então, á Victoria o professor José Elias Queiroz, então director da Escola Normal Muniz Freire, do Cachoeiro, nomeando logo para substituil-o o sociologo Fernando Abreu. Explicou o professor Queiroz o que era uma escola rural modelo e qual a verba precisa para sua installação. O governador prometeu e man-

dou que o professor Queiroz ficasse adido ao Departamento.

Espera ali o ex-director da Moniz Freire que o governo lhe de a verba e, enquanto espera, carrega pedra, isto é, funciona como inspector escolar.

O ensino é isso que se vê. Nada de cousas de utilidade. O ideal é o desenvolvimento do muque dos braços e da batata das pernas.

Mas, ha quem diga que o capitão, logo que se installe o Banco Rural, arranjará ali a verba, por se tratar de um estabelecimento rural.

ANEXO D É Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola, para o ano de 1933

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO, COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA.

A educação é uma experiência de vida e a Educação Física um aspecto dessa educação que significa, no seu verdadeiro sentido, educação por meio de atividades físicas.

A educação explora a capacidade do indivíduo respeitando e favorecendo as suas condições vitais, aproveitando-as da melhor forma para a plenitude do ser.

Assim, ela se processa dentro dos limites impostos pela condição orgânica de cada ser. Como o adolescente está ainda em constante e progressivo desenvolvimento teremos de considerar o grau de maturidade física e psíquica adequado à prática de determinadas atividades, sem o que se forçaria o educando à execução de um trabalho físico inconveniente e, muitas vezes, prejudicial.

A educação é uma realidade social pois se produz em todos os tempos e lugares onde entram em contato gerações sucessivas. Por isso mesmo o programa não poderá ser organizado em torno do educando sem considerar a comunidade onde ele irá viver e, embora guardando a unidade indispensável, para que a educação se promova em bases gerais para todos, deverá ser flexível para atender às peculiaridades regionais.

A educação visa a preparar o educando para a vida adulta. Conseqüentemente, o ensino deverá satisfazer às necessidades do presente ao mesmo tempo em que fornece bases sólidas para atividades futuras que no caso da educação física se relacionam, principalmente, com a utilização futura das horas de lazer.

A orientação do trabalho deve ser extremamente prática, visando a formar personalidades independentes, capazes de se dirigir, tomar decisões, atuar convenientemente nas suas experiências de vida. Isto nos leva a concluir que as situações reais decorrentes da prática dos exercícios físicos

-2-

são o próprio programa e que a lista das atividades físicas que o compõem constituem mera fonte a que se deve recorrer. As modificações de comportamento, por contínua reorganização e reconstrução da experiência, resultam, portanto, da própria atividade do aluno interessado, atuando o professor como fator auxiliar em sua realização.

Qualquer que seja o tipo de experiência, num momento, ela é sempre vivida como unidade pelo educando. O aluno reage como um todo aos diversos estímulos educativos, destacando-se como consequência principal da interdependência e interação desses estímulos a existência da função educativa dos exercícios físicos.

Assim, num programa de Educação Física, o desenvolvimento físico e a manutenção da saúde constituem apenas um dos fins a alcançar. Tão importante quanto eles são os de promover o desenvolvimento de qualidades sociais, psíquicas e de maturidade emocional.

Os objetivos gerais a serem alcançados com a prática das atividades físicas visam dar oportunidade:

- a) para desenvolvimento da capacidade orgânica e de qualidades como força, resistência, destreza, flexibilidade, coordenação motora, etc.;
- b) para o desenvolvimento da capacidade de observação, análise, julgamento, decisão, auto-domínio e espírito de iniciativa;
- c) para o exercício de qualidades sociais desejáveis como cooperação, confiança, cortesia, disciplina, espírito esportivo, respeito ao direito alheio e a liberdade individual, responsabilidade perante a si mesmo e aos outros, etc.;
- d) para o aprimoramento de qualidades de caráter como sejam honestidade, coragem, lealdade, altruísmo, etc.;
- e) para aquisição de conhecimentos e habilidades em atividades físicas que possibilitem a utilização futura das horas de lazer.

ATIVIDADES FÍSICAS

1º CICLO

1ª Série

- Ginástica (inclusive ginástica rítmica).
- Exercícios naturais que possibilitem o desenvolvimento das habilidades específicas que podem ser usadas depois de logo e, também, mais tarde em jogos e desportos.
- Danças.
- Pequenas aerobias.
- Jogos.

Considerando a inexistência de prática de exercícios físicos no ensino primário, o programa de Educação Física nesta série deverá, primordialmente, promover uma preparação física e orgânica, de modo a assegurar preparo físico indispensável para que os alunos possam participar de atividades mais vigorosas, sem prejuízo da saúde.

A orientação das atividades será predominantemente recreativa uma vez que o jogo, e ainda uma necessidade mental e fisiológica, que se caracteriza pela atitude de quem o realiza.

É o aproveitamento desta atitude lúdica do educando, que se interessa pela atividade, pelo prazer de realizá-la que servirá de base fundamental ao trabalho do professor.

Objetivos específicos

- Proporcionar o preparo físico e resistência orgânica para a prática de exercícios físicos;
- despertar o interesse pela prática dos exercícios físicos;
- criar atitudes de respeito aos regulamentos;
- despertar o senso de responsabilidade;
- proporcionar aprendizagem de jogos comuns que não exijam muito material;
- desenvolver capacidade de lidar bem com os outros;
- desenvolver qualidades de caráter.

2.^a - 3.^a e 4.^a séries

- Ginástica.
- Exercícios naturais que possibilitem o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades.
- Danças.
- Grandes jogos.
- Iniciação desportiva sem especialização.
- Natação.
- Início de competições inter-colegiais.

O adolescente está em período de pleno desenvolvimento físico, emocional e mental, como que pedindo atividades que lhe dêem oportunidade de por em jogo essas capacidades recém descobertas. Tem maior poder de atenção e concentração de enfrentar o desagradável, de reagir às situações emocionais objetivas, possuindo maior senso de segurança, sendo capaz de participar de trabalho de grupo sem pretender dominá-lo.

Ao iniciar a prática desportiva deverão ser tomadas precauções relativamente à especialização prematura em um só desporto.

Devemos oferecer atividades físicas de natureza vigorosa, de cultivo primordialmente dirigido para o aumento de fortaleza, para obter um rendimento e mantê-lo o máximo de tempo possível com esforço, paciência e tenacidade (maratons), para conseguir velocidade e precisão, possibilitar a execução de movimentos onde haja conciliação de força física com a força mental; ou atividades físicas que satisfaçam ao desejo de competição, amenizando este desejo de rivalidade ou estimulante de agressividade pelas reações de emulação, derivantes dessa agressividade, a qual nos é proporcionada pelo desporto coletivo em que vencemos conjuntamente dificuldades, cooperando mutuamente, ao mesmo tempo em que competimos.

Na realização dos campeonatos deverá ser levada em consideração, acima de tudo, a preservação da saúde a fim de evitar transtornos decorrentes da pouca resistência orgânica dos adolescentes nesta idade.

Objetivos específicos

- Promover o desenvolvimento físico;
- cultivar a confiança na segurança conseguida pelo seu esforço;
- propiciar a razoável estimativa das pró-

prais capacidades;

- despertar o interesse pela prática desportiva;
- criar atitudes de tolerância, solidariedade, cavalheirismo, etc.;
- desenvolver a capacidade de participação em trabalho de grupo, sem pretender dominá-lo.

2º CICLO

- Ginástica.
- Desportos coletivos.
- Desportos individuais.
- Natação.
- Danças.
- Campeonatos inter-colegiais.

As diferenças individuais neste período de desenvolvimento do adolescente revelam-se como expressão de rendimento, isto é, de maior ou menor aplicação das possibilidades individuais. É a época em que o professor terá de atender às aptidões específicas e interesses especiais que estão surgindo, devendo orientar o seu trabalho no sentido da melhor aplicação das capacidades já desenvolvidas para conseguir maior rendimento.

A orientação do trabalho físico terá em vista a especialização em desportos que possam ser utilizados, mais tarde nas horas de lazer.

Torna-se necessário insistir nas formas de atividades aprendidas anteriormente, acrescidas agora em complexidade e dificuldade, com grande ênfase das qualidades morais e sociais do executante.

Objetivos específicos

- Possibilitar o julgamento da própria habilidade e destreza;
- orientar o interesse pela Educação Física para um número de atividades relativamente pequeno, consolidando preferências;
- propiciar a libertação da dependência extrema do grupo;
- desenvolver a capacidade de reagir convenientemente em situações emocionais;

críticas;

do seu tempo livre;

- criar atitude favorável à aceitação de
- habilitar para o planejamento do emprego
- contribuir para a aquisição de ideais e princípios gerais de conduta.

ANEXO E È Directivas para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Espírito Santo, para o ano de 1936

INSPECTORIA DE EDUCAÇÃO PHYSICA.

Portaria 36-01

Na forma do que estabelecem os artigos 83 e 84 das Instruções baixadas com o Decreto 1450, de 15 de Julho de 1931 e Artigo 2º do Decreto 5207, de 24 de Agosto de 1934, determino que para o ensino da Educação Physica nos estabelecimentos de ensino no Estado, officiaes e officializados, sejam cumpridas no anno de 1936 as seguintes Directivas:

- 1- A educação physica será ministrada durante todo o anno lectivo e diariamente para todos os alumnos; quando isto não fôr possível devido ao grande numero de alumnos em relação ao numero de professores, ou devido as difficuldades de horario e local, a educação physica será ministrada de preferencia aos alumnos menores de ambos os sexos, de modo que tenham pelo menos 3 aulas por semana.
- 2- Os professores de educação physica devem minstrar a educação physica tanto ao sexo masculino como ao feminino, conforme as necessidades do ensino e conveniencias do horario; evidentemente, não se póde exigir que uma professora ministre a educação physica á meninos maiores de 12 annos, pois a capacidade physica da mulher não permite realizar alguns exercicios que aos meninos desta idade já devem ser dados, assim como é mais raro encontrar um professor que tenha a inclinação, facilmente verificada na mulher, para ensinar os exercicios mimicos ás creanças menores.
- 3- É necessario destinar uma saleta para o gabinete medico-anthropometrico, cuja organização ficará á cargo dos professores de educação physica.
- 4- O exame physiologico ao qual devem ser submettidos periodicamente todos os alumnos que praticam a educação physica, está dividido em duas partes: o exame medico á cargo do Serviço de Inspeccão Medica e Educação Sanitaria Escolar e o exame anthropometrico á ser feito pelos PROFESSORES DE EDUCAÇÃO PHYSICA.
- 5- Insiste-se para que se apelle para a collaboração generosa dos medicos do lugar, afim de examinarem, pelo menos, os alumnos que apresentem symptomas de doçna, estado de desnutrição, má permeabilidade nasal, deformações esqueleticas, desenvolvimento physico retardado, verificados no decorrer do exame anthropometrico e os que se dizem doentes para não fazer os exercicios physicos.
- 6- O exame medico será registrado na ficha escolar e o exame anthropometrico na ficha individual, cujas numerações corresponderão á matricula do alumno.
- 7- Haverá dois exames anthropometricos por anno; um no inicio do periodo lectivo (exame inicial), outro realizado antes do inicio dos exames de fim de anno (exame final) registrados na ficha branca, de archivo do estabelecimento.

- 8- O exame anthropometrico inicial deve estar terminado dentro do prazo maximo de 2 mezes após o inicio das aulas, sendo de prompto enviadas á Inspectoria, as copias dos resultados desse exame.
- 9- O exame anthropometrico final, bem como o exame pratico para os alumnos nas proximidades dos 13 annos, devem ser realizados no mez de Setembro, e registrado na ficha de archivo do estabelecimento.
- 10- Aos alumnos que nunca tenham feito exercicio physico, os professores devem dar antes de submettel-os ao exame anthropometrico, algumas secções espezias tendo por fim preparal-os para o referido exame, durante as quaes insistirá na correccão da posição fundamental e de affastamento lateral na execucao dos jogos respiratorios e do exercício respiratorio e no movimento de flexionamento da caixa thoraxica com elevação dos braços flexionados, ensinando-lhes a respirar amplamente pelo jogo dos musculos e articulações da mesma.
- 11- O horario para as aulas de educação physica será organizado pelos Directores dos Grupos em entendimento com os professores espezializados, tendo em vista que a "educação physica só pôde ser ministrada por grupamentos homogeneos e nunca por classes". As sessões de educação physica devem ser dadas dentro do tempo de duração regulamentar para cada gráu e cyclo, e afastadas de uma hora antes e duas horas depois das grandes refeições.
- 12- Os professores e professoras de educação physica usarão durante o trabalho, OBRIGATORIAMENTE, o uniforme proprio, approved pelo Exmo. Snr. Secretario do Interior, em Portaria 325 e 348 publicadas em 7/7/34 e 8/8/34.
- 13- É indispensavel a organização de programmas para cada gráu e cyclo, correspondente ás condições particulares e recursos propios de cada estabelecimento.
- 14- Os professores procurarão desde cedo seleccionar, nas differentes turmas, os seus guias. Os alumnos seleccionados como guias, serão submittidos no fim do anno lectivo á uma prova de execucao, individual, dos exercicios do methodo, compatíveis com o gráu e cyclo á que pertencerem. Os que forem approved, terão os seus nomes collocados num quadro "QUADRO DOS GUIAS" e serão os guias das suas turmas no anno seguinte. O julgamento nesta prova será rigoroso para nao baratear a distincção. Serão conferidos premios aos que mais se destacarem e a Inspectoria creará um distinctivo para os mesmos.
- 15- Dos exames de promoção fará parte o de Educação Physica. Constará elle de lições organisadas pelos professores de educação physica (para os differentes gráus e sexo, separadamente, quando couber), exclusivamente com os exercicios do methodo adoptado que serão executados pelas differentes turmas ao fim do anno lectivo e ao par dos exames de classe, com a presença dos professores do estabelecimento. No verso das lições que serão enviadas junto aos relatorios, serão lançadas as apreciações dos professores, do Director, e do Inspector escolar se estiver presente, quanto ao aproveitamento geral demonstrado pelas diversas turmas e quanto aos resultados colhidos com a educação physica. Os Directores deverão communicar á Inspectoria as datas da execucao dessas lições, com a antecedencia minima de 8 dias.

- 16- De accordo com o estabelecido na Constituição do Estado, o ensino da Educação Physica é obrigatoria e por isso, tambem obrigatoria a frequencia ás aulas. Assim, e para que seja rigorosamente observado o disposto no artº 27 do Decreto nº 10.171, que obriga o minimo de 80% de frequencia annual, dos alumnos, para promoção de classe ou conclusao de curso, deverao os professores de Educação Physica proceder diariamente á chamada, registando em livro proprio as faltas. Os que exergem suas funcões subordinados á Directores, lhes apresentarao mensalmente, até o dia 5, a relação de frequencia do mez anterior, para o deuido registo. Os que funcionarem em escolas isoladas, remetterao essas relações, com o mesmo prazo, directamente a esta Inspectoria.
- 17- Os alumnos só poderao ser isentos das aulas de educação physica, por prescripção medica, quando nao couber um regime especial, que cumpre ao medico determinar por escripto. Os professores de educação physica só poderao considerar a prescripção medica que prohibir as actividades physicas, a contar da data do recebimento da acta de inspecção, para periodo a seguir, a qual devera ser archivada junto a ficha individual do alumno (quando nao lavrada na mesma), dentro das 72 horas que se seguirem á sua emissao e visada pelo orgao competente, quando fornecida por medico particular.
- 18- Afim de que haja unidade de doutrina nos ensinamentos ministrados na Escola de Educação Physica e nos estabelecimentos de ensino, dá-se por muito bem recomendada uma estreita ligação entre elles e a Inspectoria de Educação Physica, nao sendo absolutamente permittida qualquer alteração nas Directivas baixadas por esta Inspectoria sobre o assumpto. A ligação acima referida será feita pela remessa annual: a) logo após a terminação dos exames iniciais; das copias de fichas dos exames medico e anthropometrico realizados e nos casos em que couber, ao fim do periodo lectivo, copias dos exames praticos; acompanhadas de um mappa estatistico; b) no inicio do periodo lectivo: de copia do horario e dos programmas organizados; c) no fim do periodo lectivo: de um relatorio sobre o desenvolvimento dos trabalhos, a progressao e os resultados obtidos nas turmas e registrados todos os dados e observações sobre o methodo, que possam interessar o ensino da educação physica.
- 19- A Inspectoria responderá á todas as consultas de ordem technica que lhe forem feitas pelos professores de educação physica. Estas consultas serão directamente dirigidas pelos professores de educação physica ao Inspector Chefe.
- 20- Cada estabelecimento remetterá annualmente um relatorio feito pelos professores de educação physica, registrando os seguintes itens: Gabinete medico-anthropometrico (local e organização) Exame medico- Exames anthropometricos- Grupamento physiologico Locaes, Instalações e material movel (para ensino pratico) Horario- Desenvolvimento dos programmas- Resultados (progressao nas turmas, licções, resultados comparados dos exames - inicial e final). O relatorio devera ser claro, suscito, sempre que possivel eschematisado, acompanhado de graphicos e documentação photographica (escolher posições do primeiro, segundo e terceiro tempos, dos exercicios para tirar aspectos das turmas e enviar os negativos para ampliações.